



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO  
CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MÁRCIA VALÉRIA DA SILVA LIMA

**URBANISMO DE RISCO: UMA ANÁLISE DA FAVELA E COMUNIDADE URBANA  
FUNDÃO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

Campos dos Goytacazes, RJ

Fevereiro, 2026

MÁRCIA VALÉRIA DA SILVA LIMA

**URBANISMO DE RISCO: UMA ANÁLISE DA FAVELA E COMUNIDADE URBANA  
FUNDÃO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

Linha 2 - Estado, Sociedade, Meio  
ambiente e Território

Dissertação de Mestrado apresentada ao  
Programa de Pós-Graduação em Políticas  
Sociais da Universidade Estadual do  
Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como  
requisito parcial à obtenção do título de  
mestre.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra<sup>a</sup> Teresa de Jesus Peixoto Faria

Campos dos Goytacazes, RJ

2026

**FICHA CATALOGRÁFICA**

UENF - Bibliotecas

Elaborada com os dados fornecidos pela autora.

L732 Lima, Márcia Valéria da Silva.

URBANISMO DE RISCO : UMA ANÁLISE DA FAVELA E COMUNIDADE URBANA FUNDÃO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ / Márcia Valéria da Silva Lima. - Campos dos Goytacazes, RJ, 2026.

138 f. : il.  
Inclui bibliografia.

Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2026.  
Orientadora: Teresa de Jesus Peixoto Faria.

1. Vulnerabilidade socioambiental. 2. Exclusão territorial. 3. Políticas Sociais. I. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. II. Título.


CDD - 361.61

## URBANISMO DE RISCO: UMA ANÁLISE DA FAVELA E COMUNIDADE URBANA FUNDÃO, CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

Pesquisa apresentada à banca como requisito para obtenção do título de mestre em Políticas Sociais no Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.


Aprovado em: 18/02/2026

### Banca examinadora:

Documento assinado digitalmente  
 ERALDO APARECIDO TRONDOLI MATRICARDI  
Data: 18/04/2026 16:19:59-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


---

Prof. Dr. Eraldo Aparecido Trondoli Matricardi – Universidade de Brasília (UNB)  
(Membro externo)

Documento assinado digitalmente  
 ANTENORA MARIA DA MATA SIQUEIRA  
Data: 17/04/2026 08:46:41-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>


---

Profª Dra. – Antenora Maria da Mata Siqueira – Universidade Federal Fluminense  
(PPGDAP) (Membro externo)

Documento assinado digitalmente  
 MARCOS ANTONIO PEDLOWSKI  
Data: 18/04/2026 20:10:41-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Prof Dr. Marcos Antonio Pedlowski – Universidade Estadual do Norte Fluminense  
Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF) (Membro interno)

Documento assinado digitalmente  
 TERESA DE JESUS PEIXOTO FARIA  
Data: 19/04/2026 10:52:16-0300  
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

---

Profª Dra. Teresa de Jesus Peixoto Faria - Universidade Estadual do Norte  
Fluminense Darcy Ribeiro (PPGPS/UENF) (Orientadora)

## **AGRADECIMENTOS**

De antemão agradeço a Deus pela vida, pelos livramentos.

Aos meus pais, dedico minha mais profunda gratidão. Li recentemente a seguinte frase: "Dedico aos que sob sol, fizeram-me chegar até aqui, na sombra". Essa frase resume a vida deles. Mesmo sem o acesso formal à educação, eles foram meus maiores mestres.

Gratidão ao meu namorado Lucas Seixas. Obrigada por estar comigo desde o primeiro passo: antes mesmo da seleção, durante as incertezas e em cada desafio deste mestrado. Obrigada por ouvir meus desabafos, por 'comprar minhas brigas' e ficar bravo junto comigo quando as coisas não estavam fáceis. Sua presença tornou o caminho mais leve e tranquilo.

Gratidão aos meus colegas de turma pelas trocas de conhecimento, leituras, informações, também agradeço pelas brincadeiras. Sentirei saudades dos nossos almoços no R.U da UENF.

Agradeço ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais. O contato com cada um de vocês foi de grande aprendizado.

Agradeço em especial a minha orientadora Professora Teresa de Jesus Peixoto Faria.

Agradeço à banca examinadora, Professora Antenora, Professor Marcos Pedlowski e Professor Eraldo Matricardi, pelas críticas e sugestões. Vocês foram excepcionais.

Agradeço aos moradores da localidade que aceitaram participar da pesquisa.

Agradeço também a equipe da Secretaria Municipal da Defesa Civil de Campos dos Goytacazes pela recepção e fornecimento de dados.

Agradeço à CAPES pela concessão da bolsa de estudos.

Agradeço a UENF pelos subsídios fornecidos, ao CCH e ao LEAA.

Acho válido agradecer a mim mesma por sempre pensar positivo, mesmo em momentos de ansiedade.

## RESUMO

O desenvolvimento de Campos dos Goytacazes ao longo do século XX, foi marcado por desafios decorrentes da transição de uma economia rural para uma urbanização acelerada. Com o intenso crescimento urbano de maneira rápida e sem planejamento, somado a uma grande desigualdade social, surgiram as primeiras ocupações em áreas ambientalmente frágeis e, como margens de rios e lagoas suscetíveis a desastres socioambientais. Essa dinâmica entendida por Rolnik (1999) como urbanismo de risco expõe os moradores a ameaças como deslizamentos e inundações, fruto das condições precárias de infraestrutura e do acesso desigual à terra. Nesse cenário, destaca-se a Favela e Comunidade Urbana Fundão, localizada à margem esquerda ou norte do Rio Paraíba do Sul e às margens da BR 356, nos bairros Fundão e Vera Cruz, área que compreende o subdistrito de Guarus, em Campos dos Goytacazes, RJ. Esta pesquisa tem como objetivo compreender como a população assentada na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, interpreta os riscos socioambientais e quais são os determinantes que fundamentam a sua permanência na localidade? Entre os objetivos destacam-se: 1) Analisar a divergência entre o risco técnico e o risco percebido, identificando como a "hierarquia dos riscos" dos moradores da FCU Fundão sobrepõem-se aos indicadores oficiais de vulnerabilidade. 2) Investigar os determinantes da permanência e do pertencimento territorial, examinando como a estabilidade da rotina, os laços de vizinhança e a localização estratégica em relação ao mercado de trabalho superam a percepção de perigo ambiental; 3) Reconstituir o processo de produção social do espaço na FCU Fundão. O percurso metodológico adotado trata-se da abordagem qualitativa, por meio de métodos mistos. Como justificativa, entende-se que o estudo do urbanismo de risco pode auxiliar no planejamento urbano e de políticas sociais e de habitação, além de contribuir nos estudos envolvendo Sistemas de Informações Geográficas aplicados em áreas de risco em solo urbano. Os resultados evidenciam um embate entre o risco técnico e o risco percebido, revelando que a interpretação local é mediada por uma "hierarquia de riscos" na qual as vulnerabilidades sociais e econômicas precedem as ameaças ambientais. Identificou-se que a permanência na localidade é sustentada pela "segurança ontológica", onde a estabilidade da rotina e os laços de vizinhança minimizam a percepção do risco geotécnico. Além disso, a pesquisa demonstra que o risco é frequentemente mobilizado pelo Estado como um dispositivo político para justificar remoções em áreas de interesse urbanístico, negligenciando as raízes históricas e a autonomia dos moradores. Conclui-se que as lacunas de programas habitacionais populares, como o Morar Feliz, ao ignorarem a dimensão do habitar e o capital social, acabam por catalisar processos de resistência e o retorno das famílias aos territórios de origem.

**Palavras-Chave:** Vulnerabilidade socioambiental, Exclusão territorial, Políticas Sociais.

## ABSTRACT

The development of Campos dos Goytacazes throughout the 20th century was marked by challenges arising from the transition from a rural economy to rapid urbanization. With intense urban growth occurring quickly and without proper planning, combined with significant social inequality, the first settlements emerged in environmentally vulnerable areas, such as riverbanks and lagoons prone to socio-environmental disasters. This dynamic, understood by Rolnik (1999) as “risk urbanism,” exposes residents to threats such as landslides and flooding, resulting from precarious infrastructure conditions and unequal access to land. In this context, the Favela and Urban Community of Fundão stands out, located on the left (northern) bank of the Paraíba do Sul River and along the BR-356 highway, in the neighborhoods of Fundão and Vera Cruz, an area that comprises the subdistrict of Guarus, in Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. This research aims to understand how the population settled on the left bank of the Paraíba do Sul River interprets socio-environmental risks and what determinants underpin their permanence in the locality. The main objectives include: 1) Analyzing the divergence between technical risk and perceived risk, identifying how the “hierarchy of risks” among residents of the Fundão Urban Community overlaps with official vulnerability indicators; 2) Investigating the determinants of permanence and territorial belonging, examining how the stability of daily routines, neighborhood ties, and strategic location in relation to the labor market outweigh the perception of environmental danger; 3) Reconstructing the process of the social production of space in the Fundão Urban Community. The methodological approach adopted is qualitative, using mixed methods. As a justification, it is understood that the study of risk urbanism can contribute to urban planning and social and housing policies, as well as to studies involving Geographic Information Systems applied to risk areas in urban settings. The results reveal a tension between technical risk and perceived risk, showing that local interpretation is mediated by a “hierarchy of risks” in which social and economic vulnerabilities take precedence over environmental threats. It was identified that permanence in the locality is sustained by “ontological security,” where the stability of daily routines and neighborhood ties minimize the perception of geotechnical risk. Furthermore, the research demonstrates that risk is often mobilized by the State as a political device to justify removals in areas of urban interest, neglecting the historical roots and autonomy of residents. It is concluded that gaps in popular housing programs, such as Morar Feliz, by ignoring the dimension of dwelling and social capital, end up catalyzing processes of resistance and the return of families to their territories of origin.

**Keywords:** Socio-environmental vulnerability; Territorial exclusion; Social policies.

## LISTAS DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do Estado do RJ, Campos dos Goytacazes e a Favela e Comunidade Urbana Fundão	14
Figura 02 - A relação entre formação socioespacial e área de risco	25
Figura 03 - Localização das Favelas e Comunidades Urbanas de Campos dos Goytacazes, RJ	39
Figura 04 - Diferença entre inundação, enchente e alagamento	46
Figura 05 - Inundação de 2008	47
Figura 06 - Alagamento na área central de Campos dos Goytacazes	48
Figura 07 - Localização da Cidade de Campos dos Goytacazes	50
Figura 08 - Densidade populacional do Norte Fluminense	51
Figura 09 - Hidrografia de Campos dos Goytacazes	53
Figura 10 - Mapa hipsométrico de Campos do Goytacazes	54
Figura 11 - Início da Freguesia de São Salvador dos Campos dos Goytacazes	58
Figura 12 - Favelas e Comunidades Urbanas de Campos dos Goytacazes de acordo com o censo de 2022	66
Figura 13 - Grandes enchentes (inundações) em Campos dos Goytacazes	69
Figura 14 - Mapa de Localização d FCU Fundão	88
Figura 15 - Favelas e Comunidades Urbanas de Campos dos Goytacazes	89
Figura 16 - Zoneamento do Plano Diretor de 2020	91
Figura 17 - Vista por satélite da localidade antes da Ponte Alair Ferreira	94
Figura 18 - Vista por satélite da localidade após a Ponte Alair Ferreira	95
Figura 19 - Localização das FCU Aldeia e Fundão e seus respectivos Conjuntos Habitacionais do PHMF	97
Figura 20 - Mapas da área capturada no sobrevoo da Defesa Civil, 2025	99
Figura 21 - Área com cobertura vegetal	100
Figura 22 - Mapa de suscetibilidade	100
Figura 23 - Área sem cobertura vegetal	101
Figura 24 - Panfleto da Festa do Fundão	103
Figura 25 - Capela em homenagem ao São João Batista (1944)	104
Figura 26 - Fotos de atividades realizadas durante as Festas do Fundão	106
Figura 27 - Organização da Festa do Fundão	106
Figuras 28 - Processo de construção do Conjunto Habitacional Aldeia II	107
Figura 29 - Barricadas em uma das entradas do Aldeia II	110
Figura 30 - Entrada do Conjunto Habitacional Aldeia II (2024)	111
Figura 31 - Proximidade da localidade com a lagoa do Cantagalo	112
Figura 32 - Proximidade das residências do conjunto com a torres de alta tensão de FURNAS	112
Figura 33 - Planta Baixa padrão das edificações do PHMF	113
Figura 34 - Comércio Aldeia II	114
Figura 35 - Inundação de 2008	116

Figura 36 - Transbordo do Rio Paraíba do Sul em 2008	117
Figura 37 - Conjunto Habitacional Francisco Lamego - Inundação de 2008	118
Figura 38 - Pedologia de Campos dos Goytacazes	119
Figura 39 - Vista das edificações na vertente frontal	120
Figura 40 - Vista da estrutura das construções da FCU Fundação	120

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - taxa de urbanização de Campos dos Goytacazes de 1970 - 2010	
61	
Tabela 02 - Crescimento da taxa de urbanização de Campos do Goytacazes	
71	
Tabela 03 - Censo do IBGE de 2022, malha territorial: Favelas e Comunidades Urbanas. Dados de cor ou raça	85
Tabela 04 - Conjuntos habitacionais 1ª fase do PHMF	97
Tabela 05 - População da FCU Fundão, Censo de 2022 - IBGE	99

## LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Fatores, características e consequências	42
Quadro 02 - Grau de risco setorizado em graus	43
Quadro 03 - Nomenclaturas utilizadas pelo IBGE	46
Quadro 04: Solos que compõem a pedologia de Campos dos Goytacazes	56
Quadro 05 - Vilas construídas	73
Quadro 06 - Programas Habitacionais desenvolvidos no espaço de Campos de 1991 - 2021	74
Quadro 07 - Órgãos que participaram do Programa	76
Quadro 08 - Técnicas utilizadas na pesquisa	81
Quadro 09 - Etapas do percurso comentado - Thibaud (2001)	82
Quadro 10 - Eixos resultantes da análise de conteúdo	88
Quadro 11 - Favelas de Campos dos Goytacazes em meados do século XX	93

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente

BNH - Banco Nacional de Habitação

BR -101 / BR -356 - Siglas para Rodovias Federais

CCH - Centro de Ciências do Homem

CEHAB -

CEMOD - Centro de Monitoramento de Dados da Defesa Civil de Campos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCU - Favelas e Comunidades Urbanas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LEAA - Laboratório

ONU - Organização das Nações Unidas

PDUC - Plano de Desenvolvimento Físico -Territorial Urbano de Campos.

PMCG - Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

PMCG - Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes

R.U - Restaurante Universitário

RBJA - Rede Brasileira de Justiça Ambiental

RJ - Rio de Janeiro

RJ - 216 - Sigla para Rodovia Estadual (RJ - Rio de Janeiro)

SiBCS - Sistema Brasileiro de Classificação de Solos

SIDRA - Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIG - Sistema de Informação Geográficas

UENF - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

UNDRR - *United Nations Office for Disaster Risk Reduction* (Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres)

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, EXCLUSÃO E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS.....</b>	<b>19</b>
1.1 DINÂMICAS DE PRODUÇÃO E SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO....	19
1.1 ENTRE A CIDADE CIDADE REAL E CIDADE LEGAL.....	23
1.2 A CIDADE REAL ENTRE RISCOS E DESIGUALDADES.....	25
1.3 - JUSTIÇA ESPACIAL E JUSTIÇA AMBIENTAL.....	28
1.3.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA ESPACIAL.....	30
1.4 AS MÚLTIPLAS FACES DA VULNERABILIDADE.....	31
1.5 DESASTRES COMO PROCESSOS SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS.....	34
1.5.1 RISCOS.....	35
1.6 ÁREAS DE RISCO OU ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS?.....	38
1.6.1 ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS E PROCESSOS QUE ELEVAM A EXPOSIÇÃO A RISCOS E DESASTRES.....	43
1.7 A EVOLUÇÃO CONCEITUAL DAS FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS SEGUNDO O IBGE E SUA RELAÇÃO COM ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS.....	46
1.8 INUNDAÇÃO, ENCHENTE E ALAGAMENTO.....	48
1.9 USO DE GEOTECNOLOGIAS PARA IDENTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS.....	50
<b>CAPÍTULO 2 - A DIALÉTICA SOCIOESPACIAL DO ESPAÇO URBANO CAMPISTA.....</b>	<b>52</b>
2.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO GOYTACÁ: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS.....	52
2.2 A URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS PERIFERIAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES.....	58
2.2.1 EXPANSÃO DAS PERIFERIAS E FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL.....	63
2.3 POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO NA CIDADE DE CAMPOS.....	70
<b>CAPÍTULO 3 - METODOLOGIA.....</b>	<b>79</b>
3.1 COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS.....	80
3.1.1 PERCURSO COMENTADO.....	82
3.1.2 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	84
3.1.3 CONVERSAS ESPONTÂNEAS.....	84
3.1.4 DIÁRIOS DE CAMPO.....	85
3.1.5 PRODUTOS CARTOGRÁFICOS.....	85
3.2 DADOS SECUNDÁRIOS.....	86
3.3 TRATAMENTO DOS DADOS.....	86
3.4 DIFICULDADES DO CAMPO.....	87

<b>CAPÍTULO 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO: ENTRE A MEMÓRIA, O TERRITÓRIO E A INTERPRETAÇÃO DO RISCO.....</b>	<b>89</b>
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO.....	90
4.2 O RISCO PERCEBIDO: ENTRE AS DINÂMICAS DE REMOÇÃO E AS ESTRATÉGIAS DE PERMANÊNCIA.....	94
4.1 O RISCO TÉCNICO: O QUE É EVIDENCIADO NO RELATÓRIO DA DEFESA CIVIL DE 2025?.....	100
4.2.1 O FUNDÃO ANTES DAS GRANDES INTERVENÇÕES: TERRITÓRIO VIVIDO E COESÃO COMUNITÁRIA.....	104
4.3 DO RISCO ÀS LACUNAS DO PROGRAMA HABITACIONAL MORAR FELIZ..	109
4.4 - INTERPRETAÇÃO DO RISCO.....	117
<b>5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>124</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>127</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A produção do espaço geográfico é um processo que reflete, produz e reproduz dinâmicas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade. No espaço geográfico, destaca-se o espaço urbano, um sistema em movimento que reflete a interação entre social, temporalidade, meio natural e técnicas. Para Lefebvre (2006) e Santos (2020) as técnicas estão vinculadas à produção capitalista, um processo que transforma o espaço urbano em um reflexo das dinâmicas de poder e desigualdades inerentes ao modo de produção.

Em profundidade a definição, Santos (2020) o define como um conjunto indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações, em que a presença do social é vital para a dialética desse conjunto. Enquanto o primeiro sistema pode ser entendido como os fixos resultantes das técnicas, como edificações, estradas; enquanto o segundo, as ações sociais. Nessa linha, Santos (2020, p. 63): “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos já preexistentes”.

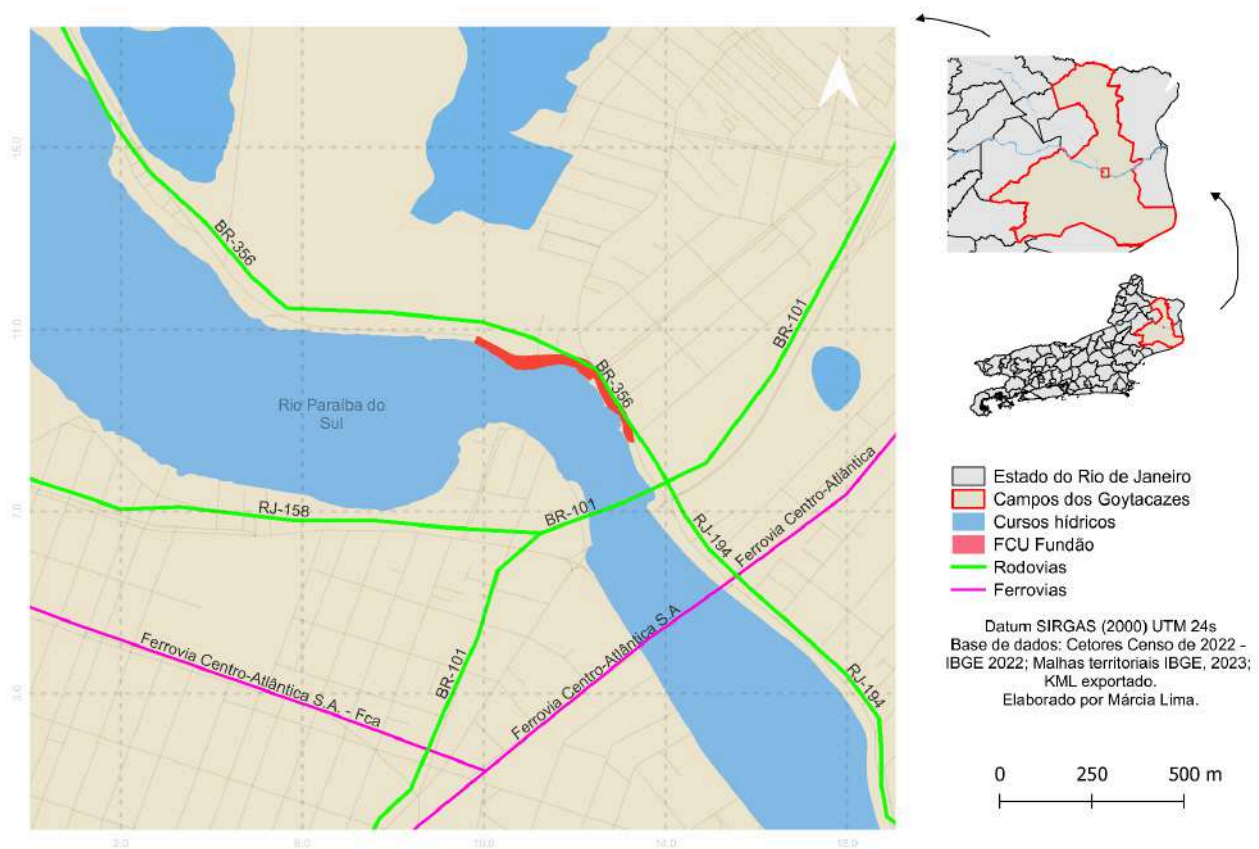
Como consequência dessa lógica, o espaço urbano apresenta-se de maneira articulada e fragmentada, evidente na dicotomia entre centro e periferia. Em virtude do parcelamento do solo urbano e os interesses econômicos sobre ele, as periferias, geralmente áreas estigmatizadas e, diversas vezes ambientalmente frábil, são as localizações para onde vão as massas populares, às classes mais baixas no sistema.

Em espaços periféricos, frequentemente podem ser encontradas autoconstruções em ambientes que apresentam riscos às populações então vulneráveis socialmente. Esse tipo de urbanização é entendido por Rolnik (1999) como urbanismo de risco, um produto da exclusão territorial advinda do solo urbano sob o capitalismo. Segundo a autora, esse tipo de urbanismo representa riscos não só relacionados às edificações, mas ao meio físico, à regulação, à posse da terra e à qualidade de vida das populações que ocupam esses espaços.

Como exemplo dessa exclusão no espaço urbano de Campos dos Goytacazes, destacam-se as ocupações em áreas suscetíveis a processos geomorfológicos instáveis, as quais apresentam um elevado potencial para a ocorrência de desastres socioambientais, como o caso da Favela e Comunidade

Urbana Fundão (FCU), um assentamento entre à margem esquerda ou norte do Rio Paraíba do Sul e a margem da BR 356, entre os bairros Fundão e Vera Cruz, em Guarus, Campos dos Goytacazes, segunda região do Distrito Sede, conforme o mapa abaixo.

**Figura 01 - Localização do Estado do RJ, Campos dos Goytacazes e a Favela e Comunidade Urbana Fundão**



Fonte: Elaboração própria

A localidade entendida como Favela e Comunidade Urbana Fundão<sup>1</sup> localiza-se imediatamente na Margem Esquerda do principal Rio que corta a cidade, com alguns trechos em encostas com declividades acentuadas. A comunidade teve sua gênese a partir do declínio da economia açucareira, que foi grande

<sup>1</sup> O Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022, caracteriza a localidade como Favela e Comunidade Urbana Fundão, bem como o setor censitário da localidade recebe o nome de setor censitário fundão. Neste censo utilizam o termo aglomerado subnormal, termo que caiu em desuso.

impulsionadora de diversos processos de segregação no território da cidade, a partir de meados do século XX.

Posteriormente no século XXI ocorreram remoções as quais contemplaram algumas famílias no Conjunto Habitacional no Santa Helena, no Governo de Alexandre Mocaiber e, mais tarde, foi edificado o conjunto habitacional Aldeia II, na primeira fase do Programa habitacional Morar Feliz no governo de Rosinha Garotinho em 2010 a alguns metros da região. Esse projeto foi o destino de famílias remanescentes de remoções anteriores da FCU Fundão, em virtude da construção da Ponte Alair Ferreira, embora uma parcela dos moradores tenha optado por permanecer na localidade original, resistindo ao processo de transferência.

Diante desse cenário, esta pesquisa parte da seguinte questão de pesquisa: Como a interpretação da vulnerabilidade socioambiental pela população assentada na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul se articula aos determinantes de sua permanência na localidade?

A partir dessa problemática, foram elaborados os seguintes objetivos: 1) Analisar a divergência entre o risco técnico e o risco percebido, identificando como a "hierarquia dos riscos" dos moradores da FCU Fundão sobrepõem-se aos indicadores oficiais de vulnerabilidade. 2) Investigar os determinantes da permanência e do pertencimento territorial, examinando como a estabilidade da rotina, os laços de vizinhança e a localização estratégica em relação ao mercado de trabalho superam a percepção de risco ambiental; 3) Reconstituir o processo de produção social do espaço na FCU Fundão.

A relevância desse estudo justifica-se pela centralidade do debate sobre ocupações em caracterizadas como áreas de risco e pela necessidade de identificar os estudos sobre o tema são fundamentais para identificar padrões, avaliar impactos socioambientais e mitigar riscos. Conforme destaca Dutra (2012), o reconhecimento do território é fundamental para um planejamento urbano justo.

Para além da justificativa acadêmica, a escolha deste tema possui raízes em vivências pessoais que moldaram meu olhar sobre o território. Na infância, visitei algumas das residências da localidade e, embora na época não compreendesse a complexidade das dinâmicas sociais ali presentes, já era capaz de perceber, ainda que de modo intuitivo, as inseguranças intrínsecas ao ambiente onde o assentamento se encontra. Somado a isso, o deslocamento diário entre o subdistrito de Guarus e a região central de Campos dos Goytacazes transformou a observação

das edificações à margem do rio em um exercício constante de inquietação. A visibilidade das vulnerabilidades a que essa população está exposta despertou em mim o desejo de investigar as contradições do espaço urbano e as resistências daqueles que o habitam.

Como caminho para alcançar os objetivos propostos, serão realizadas revisões bibliográficas e em documentos, com objetivo de entender o que já foi produzido sobre o tema e construir uma base sólida para a pesquisa. Além disso, objetivando entender a percepção dos moradores serão realizados formulários com os moradores. Por fim, serão realizados mapas de suscetibilidade a inundações, erosão e mapas de áreas de risco no distrito sede de Campos com intuito de entender onde a comunidade estudada localiza-se em meio a cenários de risco.

Com o intuito de fundamentar a análise da área de estudo, o primeiro capítulo dedica-se à construção do aporte teórico-conceitual. Nele, discutem-se a produção do espaço urbano e os processos de exclusão territorial que explicam a gênese de assentamentos em áreas ambientalmente frágeis, sob a ótica do 'Urbanismo de Risco'. São articulados conceitos fundamentais como riscos, desastres e vulnerabilidades, além de uma análise sobre os processos geomorfológicos que moldam o meio físico, estabelecendo o diálogo entre a dinâmica da natureza e a ocupação humana.

O segundo capítulo debruça-se sobre a formação socioespacial de Campos dos Goytacazes, resgatando o histórico da cidade e a expansão de suas periferias. Analisa-se a dialética do espaço urbano campista, marcada pelo jogo de forças entre o capital e os grupos sociais excluídos, processo que culminou na formação de Favelas e Comunidades Urbanas (FCU), com destaque para a gênese da FCU Fundão.

No terceiro capítulo, detalha-se o percurso metodológico, de natureza qualitativa e métodos mistos, descrevendo as técnicas de levantamento de dados, como a história oral, as conversas espontâneas e o uso de geoprocessamento.

Por fim, o quarto capítulo apresenta os resultados e a discussão da pesquisa. Nele, confrontam-se o risco técnico e o risco percebido, analisando como a 'segurança ontológica' e a hierarquização dos perigos pelos moradores desafiam a lógica institucional. O capítulo examina ainda o impacto de políticas habitacionais, como o Programa Morar Feliz, encerrando-se com as considerações finais e as proposições para o planejamento urbano e social.

## **CAPÍTULO 1 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO, EXCLUSÃO E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS**

Este capítulo tem como objetivo a construção dos principais referenciais teóricos que sustentam a análise da relação entre a produção do espaço urbano e a emergência dos riscos socioambientais como resultado das desigualdades expressas no espaço urbano sob o modo de produção vigente. Assim, os tópicos abaixo apresentados objetivam uma tentativa de conexão didática dos elementos que atuam como um meio entre a teoria e a prática nesta pesquisa.

### **1.1 DINÂMICAS DE PRODUÇÃO E SEGREGAÇÃO DO ESPAÇO URBANO**

A produção do espaço geográfico é um processo que reflete, produz e reproduz dinâmicas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade. Santos [1996] (2020) o define como um conjunto indissociável, solidário e também contraditório entre sistemas de objetos e sistemas de ações, em que a presença do social é vital para a dialética desse conjunto. O primeiro sistema pode ser entendido como os fixos resultantes das técnicas, como edificações, estradas, materialidades produzidas pelo trabalho<sup>2</sup>; enquanto o segundo, as ações sociais.

Carlos (2011) aponta o espaço enquanto uma tríade: como condição, meio e produção/reprodução social, o qual por meio da temporalidade é possível identificar a instância da sociedade e suas relações socioespaciais. Presente no espaço geográfico, destaca-se o espaço urbano, um sistema em movimento que reflete as interações entre social, temporalidade, meio e técnicas, sejam elas de produção, econômicas, sociais e políticas.

Para Corrêa (1989) o espaço urbano aos moldes capitalistas revela-se como um produto social, resultante de ações acumuladas ao longo do tempo pelos agentes que produzem e reproduzem o espaço. Ele apresenta-se de forma fragmentada e articulada, refletindo e condicionando a sociedade, carregado de

---

<sup>2</sup> O trabalho nesse contexto não se restringe à lógica capitalista de geração de mais valia, mas como uma atividade humana essencial que planeja e transforma o espaço, dotada de intencionalidades. Para Santos (1996) a técnica é trabalho passado, pelo qual as técnicas políticas, econômicas, culturais, arquitetônicas que se realizam no espaço.

simbolismos e atua como um campo constante de disputas: é a própria sociedade em uma de suas dimensões, materializadas nas formas espaciais (CORRÊA, 1989).

Lefebvre (2006) e Santos (2020), destacam que por meio das técnicas vinculadas ao modo de produção capitalista, como a mercantilização do solo urbano, especulação imobiliária e gentrificação, ocorre a transformação das cidades e do espaço. Esse processo reflete dinâmicas de poder e desigualdades que, como sinaliza Veras (2018), são inerentes ao modo de produção vigente no espaço urbano.

Por meio de uma visão processual a respeito do espaço urbano, Lefebvre (2006) o compreende como dinâmico e em constante transformação. Esse movimento mostra-se vinculado à industrialização, o que situa o conceito de urbano no contexto da sociedade capitalista industrial. No entanto, enfatiza que o urbano não é um mero subproduto da industrialização, mas uma manifestação dinâmica de seus movimentos que reflete e influencia as transformações sociais, espaciais e econômicas, numa relação de interdependência<sup>3</sup>.

Nessa linha de pensamento, sob o capitalismo e a expansão de suas relações de produção e reprodução, a cidade reconfigura-se e o espaço urbano transforma-se em mercadoria. A ideologia urbanística, como chama atenção Lefebvre (2011) aponta para uma cidade voltada aos interesses do capital e não às necessidades sociais, culturais e humanas dos que habitam a cidade. Nesse sentido, evidencia-se a cidade enquanto mercadoria e a supressão do habitar pelo habitat.

Para Lefebvre (2011), o habitar na cidade corresponde a uma prática milenar, onde o habitar é aquele da apropriação, é o modo criativo através do qual o cidadão se apropria do espaço para realizar sua vida ao passo que se auto constitui como humano, o que remete diretamente ao conceito de direito à cidade. Enquanto o habitat refere-se ao valor de troca atribuído à moradia. Nesse sentido, “O direito à cidade não é apenas o direito à visita, ao retorno às cidades tradicionais. Trata-se do direito à vida urbana transformada, renovada” (Lefebvre, 2011, p. 117/118). Em consonância, Carlos (2020) “A construção do habitat em suas formas desprovidas

---

<sup>3</sup> Podemos, a partir das contribuições destes autores, entender o espaço urbano como um processo social que ultrapassa as dimensões físicas das cidades. Conforme Cavalcanti (2001) “a cidade é a forma, é a materialização de determinadas relações sociais, enquanto que espaço urbano é conteúdo, são as próprias relações sociais que se materializam no espaço” Cavalcanti (2001, p.14).

de arte e do sentido do uso, com suas áreas exíguas e descaracterizadas, impõe um outro modo de acesso ao espaço urbano” (Carlos, 2020, p. 361).

Este processo de transformação do habitar em habitat reflete a dialética socioespacial presente no urbano, em que o Estado, os agentes vinculados ao capital e grupos sociais excluídos expõe as desigualdades inerentes ao modo de produção vigente, o que evidencia o solo urbano a serviço do capital (Veras, 2018). Conforme, Veras (2018) o espaço urbano capitalista é moldado pelos interesses do capital que, por sua vez, utiliza-se do solo urbano como uma máquina a serviço da acumulação do capital, o que negligencia a igualdade no acesso à moradia como um direito à cidade.

Como evidência desse processo, projetos urbanos voltados para áreas centrais e a serviço do capital, frequentemente expulsam populações vulneráveis para áreas periféricas que podem expor os moradores a riscos (Rolnik, 1999). Por outro lado, o estigma associado às áreas periféricas, marcado pela desordem e violência, contribui para a perpetuação das desigualdades.

Segundo Corrêa (1989), os principais agentes que atuam na (re)produção do espaço urbano e, conseqüentemente, na metamorfose habitar em habitat se dispõem em: proprietários fundiários, promotores imobiliários, proprietários dos meios de produção, o Estado e os grupos sociais excluídos.

Nesse contexto, o Estado enquanto mediador das relações de produção, organização e usos do espaço urbano, frequentemente tende a privilegiar interesses dos grupos vinculados ao capital. Conforme Harvey (2005), o Estado exerce um papel importante ao garantir a propriedade privada, assegurar o cumprimento de contratos, proteger os mecanismos de acumulação do capital e promover bens públicos, além de prover infraestruturas sociais e físicas. Esses elementos são pré-requisitos fundamentais para viabilizar a produção e a troca dentro do sistema capitalista.

Em virtude disso, políticas seletivas e planejamento urbano subordinado ao mercado, as ações do Estado contribuem para a reprodução das desigualdades no espaço urbano. Nessa conjuntura, a maneira como o Estado brasileiro estruturou o planejamento urbano resultou na concentração de populações marginalizadas em áreas de vulnerabilidade (Siena, 2010).

Sob uma perspectiva crítica, Rolnik (2015), por conseguinte, destaca sobre a ambivalência do Estado, o qual enfatiza a atuação do Estado frente a produção e a

organização do espaço urbano e expõe que as ações do Estado ao invés de resgatar o espaço social, reforça as relações de dominação, sobretudo ao atender os interesses da classe dominante. Em consonância Carlos (2020), expõe que a resposta do Estado frente a produção do espaço urbano evidencia-se na:

[...] existência do Estado normatizando o cotidiano, legitimando a propriedade privada do solo como direito (no plano do jurídico), direcionando o processo de valorização/desvalorização dos lugares através de políticas públicas e da manipulação dos orçamentos, da cooptação do conhecimento que produz o saber técnico, (revelando o caráter utilitário da ciência produtora de informação), produzindo o discurso que funda a lógica do crescimento e justificando a distribuição dos recursos aplicados nos espaços produtivos visando a reprodução do lucro, enquanto a aplicação da verba pública nos espaços improdutivos da periferia ocorre, sob a forma de “assistência,” mediante uma catástrofe, para diminuir a pressão na sociedade (Carlos, 2020, p. 363).

Nessa linha de raciocínio, Rolnik (2015) enfatiza que a construção de assentamentos em áreas ambientalmente frágeis não pode ser somente entendida como resultado da ausência do Estado, mas como o resultado de suas ações, seja por meio de remoções de famílias de áreas inseguras ou até mesmo como um fator de ocupação dessas áreas, uma vez que a omissão é uma falta de ação. Para a autora, o Estado se mostra onipresente e como principal mediador dos processos de consolidação dos assentamentos.

É nesse cenário de desigualdade na distribuição da infraestrutura e de seletividade do mercado de terras que emerge o que caracteriza Rolnik (1999) como urbanismo de risco, entendido como a materialização da exclusão territorial, fruto da urbanização desigual. O urbanismo de risco apresenta-se como um produto das dinâmicas capitalistas sobre o espaço urbano, que expõe populações vulneráveis socialmente a condições precárias de habitação e a outras dimensões da vulnerabilidades, inseguranças, riscos e desastres, como deslizamentos e inundações devido às condições frágeis do ambiente (Rolnik, 1999).

Com efeito, as áreas as quais desenvolvem-se os mercados de moradia voltados para as populações menos privilegiadas economicamente, são, frequentemente, mais instáveis, perigosas e difíceis de ocupar: encostas íngremes, beiras de córregos, áreas alagadiças, em outras palavras, áreas do espaço urbano que não se mostram interessantes aos agentes vinculados ao capital. “O urbanismo de risco é aquele marcado por inseguranças, sejam elas do terreno, da construção ou da condição jurídica do território” (Rolnik, 1999, p. 100).

## 1.1 ENTRE A CIDADE CIDADE REAL E CIDADE LEGAL

O espaço urbano contemporâneo, moldado pelos interesses do capital que, por sua vez, deixou de encarar a igualdade no acesso à moradia como um direito à cidade, resultou na dualidade entre cidade legal e a cidade real (Veras, 2018). A autora ao trazer o debate para discussão, destaca uma fratura social característica das cidades brasileiras, que reflete as desigualdades, produtos de uma produção desigual e excludente do espaço urbano.

Dentro desta dicotomia, a cidade legal corresponde ao espaço urbano regulamentado e organizado de acordo com leis e normas – aqui é possível entender o papel do Estado enquanto agente produtor do espaço urbano – caracterizando-se pelo acesso a serviços, benefícios e equipamentos urbanos. Por outro lado, a cidade real vai além do documentado; é marcada por desigualdades sociais, é privada de serviços ecossistêmicos, o que agrava situações de injustiça.

No Brasil, a produção da cidade legal, no sentido de normas e leis, sob o planejamento urbano, ganha forças a partir do século XX durante o período republicano. Posteriormente, entre as décadas de 1940 a 1980, o espaço brasileiro passou por profundas transformações induzidas pela industrialização<sup>4</sup> as quais provocaram um forte deslocamento populacional para o meio urbano, o que ilustrou a explosão de novas grandes cidades (Miranda *et al*, 2013).

De acordo com Moraes (2017), apesar do crescimento urbano, muitas dessas cidades não estavam preparadas para acomodar uma população crescente. Cidades como São Paulo e Porto Alegre ainda apresentavam-se desestruturadas; Salvador e Recife em estruturas coloniais e o Rio de Janeiro enfrentando desafios geográficos em seu crescimento. Essa falta de planejamento e a ocupação desordenada de áreas ambientalmente frágeis contribuíram para a criação de um cenário propício à ocorrência de desastres socioambientais, característico do urbanismo de risco.

Embora o planejamento urbano tenha ganhado força a partir da industrialização, o pensamento urbanístico no Brasil, de acordo com Lage e Filho (2020), pode ser identificado a partir de três períodos distintos: na gênese das

---

<sup>4</sup> Juntamente a outros fatores como as reverberações da Revolução Verde no cenário brasileiro.

preocupações do urbano no Brasil, durante os anos 1895 a 1930 com planos de intervenção física em trechos das cidades – embelezamento e melhoramento urbano –; o segundo período datado de 1930 a 1950, os quais foram elaborados planos que visavam articular bairros e as áreas centrais das cidades por meio de obras de mobilidade urbana; e, por fim, de 1950 a 1965, quando amplia-se a questão urbana, sobretudo a partir de influências francesas, como de Gaston Bardet e Joseph Lebet.

Contudo, Maricato (2002) observa que, a partir dos anos 1930, os conceitos de embelezamento e melhoramento urbano passam por modificações, sobretudo, durante o momento em que os problemas urbanos não podiam mais ser ignorados, uma vez que afetam a lógica da produção.

No período ditatorial, o planejamento urbano ganhou força no Brasil e uma grande quantidade de Planos Diretores foram elaborados. Conforme Maricato (2002) parte desses documentos foram construídos sem consulta dos grupos sociais excluídos, bem como a sociedade no geral, sendo elaborados por especialistas pouco engajados com realidade social e cultural local. Como resultado, seus resultados foram restritos em seletivas áreas do espaço urbano.

Em contrapartida, no período democrático, com a Constituição de 1988, em virtude do crescimento desordenado e acelerado das cidades, foi editada e acrescentada em 2001 a Lei n.º 10.257, nomeada como Estatuto da Cidade.

[...] o Estatuto da Cidade é a lei federal de desenvolvimento urbano exigida constitucionalmente, que regulamenta importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos capazes de salvaguardar a efetividade do Plano Diretor, que se mostra como instrumento imprescindível para o estabelecimento da política urbana na esfera municipal e como res ponsável pelo pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana [...] (Decarli e Filho, 2008, P. 36).

Sob a égide da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Cidade (LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001), o Plano Diretor constitui-se como um instrumento básico da política de desenvolvimento e ordenamento do espaço urbano. É obrigatório em todos os Municípios com mais de 20 mil habitantes integrantes de regiões metropolitanas ou aglomerados urbanos e parte de cinco princípios fundamentais, conforme a Lei 10.257/2001, (BRASIL, 2001):

Art. 41. O plano diretor é obrigatório para cidades: I – com mais de vinte mil habitantes; II – integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas; III – onde o Poder Público municipal pretenda utilizar os

instrumentos previstos no § 4º do art. 182 da Constituição Federal: IV – integrantes de áreas de especial interesse turístico; V – inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional. VI - incluídas no cadastro nacional de Municípios com áreas suscetíveis à ocorrência de deslizamentos de grande impacto, inundações bruscas ou processos geológicos ou hidrológicos correlatos.

Apesar das inúmeras diretrizes e princípios presentes no Planos Diretores, como as diretrizes sobre uso, ocupação, zoneamento do solo, bem como regras de edificações façam parte da cidade que se espera, tais diretrizes frequentemente mostraram-se presentes apenas para uma parcela do espaço urbano. Maricato (2002) ao tratar dos orçamentos municipais voltados para a promoção de uma cidade justa conforme os planos, aponta que “[...] Proprietários de terras e capitalistas das atividades de promoção imobiliária e construção são um grupo real de poder e de definição das realizações orçamentárias municipais” (Maricato, 2002, p. 157). Assim, enquanto aplica-se às diretrizes em determinados espaços de interesse dos grupos de poder, outros ficam à parte da situação.

Corroborando essa visão, Rolnik (2015) aponta que o planejamento urbano ao invés de moldar uma cidade justa proposta pelo Direito à Cidade que busca a justiça socioespacial, atua predominantemente para os interesses dos agentes vinculados à reprodução do capital. Como resultado, a legislação urbana se manifesta como um instrumento de segregação espacial, reservando as melhores áreas para os empreendimentos de alto padrão e dificultando o acesso da população de baixa renda a moradia digna. A cidade idealizada pelo planejamento urbano, nesse contexto, contrasta com a realidade vivida, marcada por desigualdades e exclusões.

A cidade real, nesse sentido, é marcada pela exclusão territorial e situações de injustiça espacial que se manifestam na coexistência de realidades urbanas distintas, como aponta Rolnik (1999). Essa dualidade, agravada pela exposição a riscos ambientais e sociais, é um dos principais desafios quando se trata do urbanismo de risco no Brasil.

## **1.2 A CIDADE REAL ENTRE RISCOS E DESIGUALDADES**

Como par dialético: sociedade e o espaço, Santos (1977) propõe o estudo do espaço enquanto uma totalidade analítica, como um meio entre relações sociais e a natureza, sendo essa entendida por Santos (1977) como sinônimo de espaço. “Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como uma natureza transformada – uma Segunda Natureza, como Marx a chamou” (SANTOS, 1977, P. 82).

A partir dessa compreensão, as ações sociais, ao incidirem sobre a natureza, não apenas a transformam, mas modificam também o próprio ser humano. Ao mesmo tempo, essas ações geram novas ações e novas formas, e essas novas formas, por sua vez, produzem outras ações, constituindo, assim, a temporalidade que compõem o espaço geográfico.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetivos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (Santos, 2020, p. 63).

Dessa maneira, tais ações que geram objetos e vice-versa, não se dão desvinculadas de uma base física e não são isentas de consequências. Também não ocorrem desvinculadas do contexto que as condicionam. Como corrobora Santos (2020, p 102):

Esses objetos não têm por si mesmos uma história, nem uma geografia. Tomados isoladamente em sua realidade corpórea, aparecem como portadores de diversas histórias individuais [...] Na sua existência histórica depende de sua inserção numa série de eventos – uma ordem vertical – e sua existência geográfica é dada pelas relações sociais a que o objeto se subordina, e que determinam as relações técnicas ou de vizinhança mantidas com outros objetos – uma ordem horizontal (Santos, 2020, p. 102).

Se possível cruzar a perspectiva de Santos (2020) ao objeto de estudo desta pesquisa, uma ocupação numa área ambientalmente frágil pode ser entendida como um fenômeno que envolve tanto ações quanto objetos e que deve ser entendida na totalidade da dinâmica socioespacial, isto seria pensar as questões que permeiam as ações: o modo de produção, as decisões políticas, as relações de poder e a história da produção do espaço que, por sua vez revela processos de segregação socioespacial que possuem relações diretas com situações de injustiça ambiental.

Paralelo a essa dinâmica, é necessário considerar também o substrato físico e ecológico sobre o qual se assenta a formação das cidades, os geossistemas. Eles

forneem as bases materiais que condicionam e limitam ou potencializam as ações humanas sobre o espaço.

Um geossistema pode, ser entendido como:

[...] [...] combinação de fatores geomorfológicos (natureza das rochas e dos mantos superficiais, valor do declive, dinâmica das vertentes...), climáticos (precipitações, temperatura...) e hidrológicos (lençóis freáticos epidérmicos e nascentes, pH das águas, tempos de ressecamento do solo...)” (BERTRAND, 2004, p. 146\147).

Nessa linha de raciocínio, Costa (2019) chama atenção para análise da vulnerabilidade socioambiental a partir da intersecção entre formação socioespacial e os geossistemas, a qual é possível pensar para além do risco como um evento temporal e espacial, mas a partir da sua gênese e como esses eventos são potencializados, induzidos e utilizados pelos mais diversos agentes que (re)produzem o espaço urbano (Costa, 2019). Essa perspectiva permite compreender que o risco não é um elemento externo ou naturalizado, mas um fenômeno socialmente produzido, que reflete a desigualdade, poder e as condições históricas da ocupação urbana.

**Figura 02 - A relação entre formação socioespacial e área de risco**



Fonte: Macena, 2011 *apud* Costa, 2019, p. 354.

A interdependência apontada pode ser sintetizada na figura acima que busca evidenciar a indissociabilidade dos elementos acima Costa (2019). Conforme o autor:

O processo é social, mas a natureza, ainda que de outra forma, tem sua contribuição potencializadora. Não há problema ecológico ou natural que

não seja social e problema natural ou ecológico que não impacta a existência social, econômica, política e simbólica das sociedades (COSTA, 2019. p. 354).

Por conseguinte, diante da articulação entre dinâmicas socioespaciais e as bases ecológicas do espaço urbano, é possível perceber que as situações de injustiça ambiental não estão dissociadas da organização e produção do espaço urbano, sendo atravessadas por relações entre geossistemas, processos socioespaciais e riscos historicamente construídos.

### **1.3 - JUSTIÇA ESPACIAL E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A partir da virada do século XX para o XXI no Brasil, os debates relacionados à justiça ambiental tornaram-se crescentes. Autores como e Acselrad (2002) e Herculano (2008) trouxeram em diversas pesquisas questões vinculadas à distribuição desigual dos riscos e como essa distribuição frequentemente se mostrava atrelada a questões de pobreza.

Nesse contexto de mobilização, Cartier *et al* (2009) chamam atenção para os diversos movimentos sociais e pesquisas acadêmicas que deram notoriedade à questão, sobretudo a partir da criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) que trouxe para o escopo o conceito de injustiça ambiental (Cartier et al, 2009, p. 2696), conceituada como:

“o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos sociais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis”

Se possível articular esta problemática à dinâmica urbana Maricato (1995) e Santos (2004) apontam que as ações do Estado, agente que assume papel centralizador na formação do espaço urbano, as colocam como principal responsável pelos contrastes sociais existentes no meio urbano, uma vez que transformam seletivamente o espaço (Almeida, 2009, p. 18). Ao agir ou não agir sobre determinados espaços no meio urbano, as ações do Estado podem criar situações de segregação espacial que, conforme Almeida (2009) mostram-se frequentemente vinculadas à injustiça ambiental. Para a autora:

[...] a segregação, associada aos padrões sociais existentes entre as diferentes regiões da cidade, onde prevalecem desigualdades de renda e qualidade de vida, reforça a idéia de que a ocupação do espaço incorpora outros fatores, que vão além das estruturas desiguais de distribuição de serviços, acesso, posse e controle de territórios, mas também ao acesso aos recursos naturais neles contidos (Almeida , 2009, p. 20)

Nessa perspectiva, Harvey em "*Social Justice and the City*" de [1973] (2010), aponta que o espaço urbano não constitui um espaço de neutralidade, pelo contrário, é um produto das relações de poder, interesses econômicos, bem como fortemente vinculado à lógica capitalista (Ribeiro, ano). Nesta obra, Harvey traz para o âmbito da geografia o conceito de justiça espacial, caracterizado por ele como um conceito limitado, que deve ser essencialmente pensado como um conjunto de princípios que buscam a distribuição dos recursos resultantes do trabalho (Harvey, 2010).

Questionamentos elaborados pelo autor sobre o que devemos distribuir e para quem, são importantes para que seja possível analisar as injustiças que permeiam o espaço urbano. Harvey (2010) relaciona questões de justiça social a partir da maneira como ocorre a organização do espaço e como esse arranjo acentua desigualdades, o que corrobora para situações de (in)justiça ambiental, uma vez que refere-se à distribuição equitativa ou não dos recursos, serviços e oportunidades no espaço.

Sob essa ótica comparativa, enquanto a (in)justiça espacial tem como ponto de partida a distribuição desigual de recursos, equipamentos urbanos, infraestrutura, serviços; a (in)justiça ambiental diz respeito à exposição desigual aos riscos ambientais, bem como ao acesso assimétrico aos serviços ecossistêmicos, entendidos como benefícios que populações humanas tem dos ecossistemas, como água potável, lazer.

A ideia de justiça, ao contrário, remete a uma distribuição equânime de partes e à diferenciação qualitativa do meio ambiente. Nesta perspectiva, a interatividade e o interrelacionamento entre os diferentes elementos do meio ambiente não dizem indivisão. A denúncia da desigualdade ambiental sugere uma distribuição desigual das partes de um meio de diferentes qualidades e injustamente dividido. (Acselrad, 2002, p.10).

Com efeito, quando uma determinada população é forçada a ocupar espaços ambientalmente frágeis, devido à escassez de habitações e terras em virtude do

parcelamento do espaço urbano, tem-se um exemplo evidente da articulação entre injustiça ambiental e injustiça espacial.

Nesta disputa por forças, as situações de injustiça espacial e ambiental, por sua vez, não existem desvinculadas das diversas faces da vulnerabilidade, dos riscos e desastres mostram-se intrinsecamente relacionadas às ações dos agentes governamentais e do mercado imobiliário. De acordo com Acselrad (2002), temos os mecanismos dos agentes vinculados ao capital, os promotores imobiliários que atuam na produção desigual do espaço, o qual os baixos custos de localização apontam para área onde residem os pobres. Por outro lado, tem-se as ações do Estado ou suas omissões que favorecem a ação perversa do mercado.

O capital, por seu lado, mostra-se cada vez mais móvel, acionando sua capacidade de escolher seus ambientes preferenciais e de forçar os sujeitos menos móveis a aceitar a degradação de seus ambientes ou submeterem-se a um deslocamento forçado para liberar ambientes favoráveis para seus empreendimentos (Acselrad, 2002, p. 14).

Em contrapartida, vinculada às ações dos agentes dotados de maior capital, tem-se outra vertente: os grupos sociais excluídos que, de maneira a resistir ao imperativo das ações do capital sobre o espaço urbano, ocupam áreas ambientalmente frágeis. É nesta dinâmica complexa, envolvendo mercantilização do solo, segregação e omissão do Estado, que resulta na crescente exposição de parcelas da população a múltiplas dimensões de risco.

Por conseguinte, pode-se notar a manifestação da vulnerabilidade socioambiental, que não trata-se de uma condição intrínseca de determinados grupos, mas uma construção histórica e social da intersecção entre fragilidades do ambiente e as condições socioeconômicas das populações marginalizadas (Cartier, 2009).

### **1.3.1 MUDANÇAS CLIMÁTICAS E JUSTIÇA ESPACIAL**

Como aponta Saito (2024) o perigo associado às mudanças climáticas não é algo futuro que pode se iniciar em anos posteriores, é algo que já se iniciou, é o agora. O autor aponta que as anomalias climáticas que antes possuíam uma rara temporalidade, na atualidade acontecem com muita frequência em diversas regiões do planeta.

Conforme o relatório da Organização das Nações Unidas no Brasil, as intensas emissões de gás carbônico e metano na atmosfera, por meio de diversas ações humanas, têm elevado a temperatura do planeta e acelerando o processo de mudanças climáticas (Nações Unidas, 2025). Quando falamos em mudanças climáticas, não nos referimos apenas ao aumento da temperatura média do planeta como um dado isolado, mas aos impactos socioambientais que essas mudanças geram.

Apesar de não termos atingido a marca dos 1,5 graus celsius, o ano de 2022 foi marcado por diversas enchentes e secas, sendo os mais atingidos os países mais vulneráveis, entendidos por Saito (2024) como pertencentes ao sul global.

[...] os danos causados pela crise ambiental não são sofridos da mesma maneira por todas as pessoas do planeta. O impacto ambiental associado à produção e consumo de alimentos, energia e matérias-primas é distribuído de forma desigual (Saito, 2024, p. 27).

Num cenário de mudanças climáticas, eventos extremos tornam-se cada vez mais frequentes e seus impactos, como mencionado, não atingem todas as classes sociais da mesma maneira. Como afirmam Jacobi e Sulaiman (2016):

Os cenários de risco e as fatalidades urbanas criadas pelas ações antrópicas estão associados tanto à forma de ocupação de terrenos e de empreendimentos regulares quanto a assentamentos de população de baixa renda em áreas invadidas, resultado de uma ocupação desordenada que reflete a falta de uma lógica de governança colaborativa (Jacobi e Sulaiman, 2016, p. 133).

Essa desigualdade socioambiental não se manifesta apenas na exposição ao risco físico, mas configura o que se define como vulnerabilidade multidimensional. Portanto, torna-se imperativo analisar como fatores econômicos, habitacionais e políticos se sobrepõem para intensificar a fragilidade desses grupos diante dos eventos extremos.

#### **1.4 AS MÚLTIPLAS FACES DA VULNERABILIDADE**

Os estudos sobre vulnerabilidade mostram-se importantes, sobretudo, no atual cenário de mudanças climáticas e ocorrências de eventos extremos. Para Adger (2006), os estudos a respeito do conceito têm representado ferramentas

analíticas importantes para descrever estados de suscetibilidade a danos, impotência e marginalidade de sistemas físicos e sociais, bem como para orientar a análise normativa de ações objetivando melhorar o bem-estar por meio da redução de risco (Adger, 2006, p. 2). Em consenso, Dutra (2011) expõe que o conceito ganhou força nos últimos anos para a comunidade científica e tornou-se uma categoria analítica importante para a comunidade internacional.

Todavia, não obstante a relevância do tema, a literatura ainda não convergiu para uma definição única e consensual do termo. Dimenstein e Neto (2020), apontam que existe uma diversidade de perspectivas teóricas sobre o tema, desde ciências da saúde, ciências naturais e sociais, em que cada epistemologia constrói seu conceito de vulnerabilidade. Toma-se como base nesta pesquisa a vulnerabilidade socioambiental a partir da perspectiva das ciências sociais.

No que se refere à evolução histórica desse arcabouço, Cidade (2013) aponta que os meandros do conceito de vulnerabilidade passaram a ganhar intensidade na década de 1980, quando a geógrafa Susan L. Cutter propôs um estudo sobre a vulnerabilidade associando a questão ambiental à social, em que acrescentou a diferença entre a vulnerabilidade no espaço geográfico e a vulnerabilidade no espaço social. O primeiro trata-se onde indivíduos e lugares vulneráveis estão localizados; e o segundo refere-se quem num determinado espaço é vulnerável.

Nessa perspectiva, Marandola e Hogan (2005) entendem que a vulnerabilidade é vista como a interação entre o risco existente num determinado espaço geográfico e as características somadas ao grau de exposição da população, bem como sua relação com o meio. Nesta análise, a vulnerabilidade tem sua origem a partir de estudos sobre desastres e avaliação de riscos.

Tratando-se dos fatores que influenciam o grau de exposição a vulnerabilidades, encontra-se a localização geográfica, associada às condições climáticas, bem como a ocupação do solo. Características físicas, sociais e econômicas de uma determinada população também determinam o grau de sensibilidade aos impactos de um desastre, como também a capacidade de respostas e de recuperação.

Essa preocupação teórica se transpôs para a agenda institucional global em 2005, quando 186 países, incluindo o Brasil, assinaram o principal instrumento para a implementação da redução de riscos de desastres que adotaram os Estados Membros das Nações Unidas. O Marco de Ação de Hyogo, assinado na cidade de

Kobe, no Japão, objetiva a redução substancial dos riscos de desastres e nas perdas de vidas, meios de subsistência e saúde, bem como de ativos econômicos, físicos, sociais, culturais e ambientais, de pessoas, empresas, comunidades e países (Sendai, 2015, p. 7). Neste documento o conceito de vulnerabilidade é interpretado como: "Condições determinadas por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que aumentam a suscetibilidade de uma comunidade ao impacto de riscos".

Cardona (2006) associa vulnerabilidade à insegurança e ao potencial de dano, enfatizando dificuldade de prever e lidar com a ocorrência de eventos e suas consequências. Ao relacionar-se com a questão social, a autora destaca que grupos sociais marginalizados são mais suscetíveis a desastres, tanto pela maior exposição aos riscos quanto pela menor capacidade de resposta. Assim, ao analisar a vulnerabilidade, é possível identificar as desigualdades sociais, os riscos ambientais e as fragilidades inerentes a sistemas complexos.

Na realidade brasileira, para Dutra (2011) a exposição a vulnerabilidades por parte de muitas famílias pobres está associada a múltiplas dimensões da desigualdade, seja ela social, de posse da terra, de acesso à educação, emprego, dentre outras. Para a autora, em consonância com Maricato (2003), o acesso à terra no Brasil se mostra historicamente de maneira insuficiente e não adequada, o que diversas vezes não atende as necessidades mínimas dos grupos sociais expostos a riscos e desastres.

Em última análise, depreende-se que a vulnerabilidade socioambiental engloba dimensões ambientais e sociais da vulnerabilidade, é a condição de um indivíduo, grupo ou sistema que o torna suscetível a danos, perdas ou sofrimento em decorrência de eventos adversos, como desastres socioambientais. Essa condição é influenciada por fatores sociais, econômicos, ambientais e institucionais, que limitam a capacidade de prevenir, mitigar, responder e se recuperar de eventos extremos.

Em suma, ao que aponta Cartier et al (2009), a vulnerabilidade socioambiental pode ser entendida como uma coexistência ou sobreposição espacial entre grupos populacionais pobres, discriminados e com alta privação, nesse sentido, permeado pela vulnerabilidade social e econômica, que vivem ou circulam em áreas de risco ou de degradação ambiental, em situação de vulnerabilidade ambiental.

Por meio dessa abordagem, é possível compreender como as desigualdade estrutural, como acesso precário à terra, moradia e infraestrutura urbana intensificam os impactos dos eventos extremos sobre grupos marginalizados, sobretudo, em contextos de injustiça ambiental e espacial, conforme discutido por autores como Cardona (2006), Dutra (2011) e Cutter (2011).

## 1.5 DESASTRES COMO PROCESSOS SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS

Os desastres podem ser entendidos como naturais? Para resposta desta pergunta Xavier et al (2014) apontam duas características importantes a respeito do termo. A primeira característica é que eventos da natureza são denominados ameaças naturais e por si só não são desastres. Para que seja entendido como desastre é necessário que populações estejam expostas e em condições de vulnerabilidade. Nesse sentido, é o entrelaçamento entre vulnerabilidades, perdas ou danos materiais, impactos ambientais, a saúde e a vida das populações. Nas palavras dos autores:

Para tal, é necessário que populações estejam expostas em condições de vulnerabilidade, que compreendem tanto as capacidades de prevenção e respostas, como as relacionadas às condições de vida da população (trabalho, renda, saúde e educação, assim como aspectos ligados à infraestrutura, como habitações saudáveis e seguras, estradas, saneamento, uso e ocupação do solo, entre outros) (Xavier *et. al*, 2014, P. 273).

Em conformidade, Quarantelli (1998); Valencio (2008); Tavares (2017); Pant (2024); entendem os desastres como eventos sociais e que desestabilizam a ordem social, criando uma crise e sinalizando a necessidade de uma nova dinâmica social. Em paralelo, Siqueira *et al* (2016) enfatizam que os desastres são processos socialmente construídos, pois decorrem das condições sociais e das escolhas políticas, econômicas e ambientais que definem o ambiente em que as populações afetadas vivem. Alves *et al* (2024), nesse sentido, dialoga sobre desastre socioambiental, uma vez que os impactos são causados por fenômenos naturais extremos sobre um sistema social e com isso, ocorrem perdas que vão além do suportado pela comunidade atingida. Conforme Pant (2024):

Os desastres não são um fenômeno único, mas sim eventos socialmente construídos [ 7 ]. A sociologia dos desastres analisa as razões e causas básicas das injustiças e da vulnerabilidade humana aos perigos na sociedade. A pesquisa mostrou que os desastres não são neutros em seu impacto e afetam mais severamente os grupos mais vulneráveis,

especialmente os pobres e marginalizados, crianças e idosos [ 8 ]. (Pant, 2024, p. 42. tradução nossa)

Nesse contexto, a cidade de Campos dos Goytacazes, localizada no interior do Rio de Janeiro, a ocorrência de inundações mostra-se como uma regra e não uma exceção.

### **1.5.1 RISCOS**

Sob diferentes prismas teóricos, diversos autores contribuem para a compreensão da noção de risco sob diferentes perspectivas: Ulrich Beck (1986), ao propor a ideia de “sociedade de risco”; Anthony Giddens (2002) ao discutir sobre segurança ontológica; Mary Douglas (1966) e (1994) que analisa o risco como construção simbólica e moral, vinculada à ordem social; e Henri Acselrad (2002), ao relacionar risco à injustiça ambiental.

Num panorama histórico, conceito moderno de risco tem suas origens na lógica das apostas e dos jogos de azar, sobretudo no contexto do Iluminismo e do surgimento das sociedades capitalistas modernas (Douglas, 1992). Gradualmente, seus usos foram incorporados em outras esferas como a política, econômica, ambiental e torna-se parte da linguagem técnica e política moderna (Douglas, 1992).

Spink (2018), também num panorama histórico sobre o risco aponta que o risco, a partir do momento em que formalizações sobre o conceito começaram a surgir, o termo era caracterizado como probabilidade de um evento indesejado acontecer.

A questão da definição de risco já abarca várias décadas e será aqui abordada a partir de autores que, de certo modo, parecem ter direcionado o debate: Baruch Fischhoff, Stephen Watson e Chris Hope, na década de 1980; Frank Yates e Eric Stone, no início dos anos 1990; e Ortwin Renn e Eugene Rosa, no final dos anos 1990, nas propostas apresentadas no número inaugural do Journal of Risk Analysis, em 1998 (Spink, 2018, p. 35).

No campo das ciências sociais, a noção de risco foi amplamente explorada por autores como Ulrich Beck (2010 [1986]), que destaca como a modernidade transformou os riscos em elementos centrais da organização social. Sob essa ótica Beck (2010), em sua obra sobre a sociedade de risco, a partir de uma visão advinda de um país desenvolvido, argumenta que a atual configuração das ameaças é globalizada, invisível e, frequentemente, resultante das ações humanas, sobretudo

vinculadas à industrialização. Nesse sentido, o risco evidencia-se como onipresente e ao mesmo tempo inerente à existência da sociedade. Assim, Beck (2010) analisa o risco como produto do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial, produto da modernidade, ou seja, devem ser entendidos a partir da própria estrutura social e não como eventos excepcionais (Siqueira E Malagodi, 2013, p.54).

Em diálogo com essa visão, mas enfatizando a dimensão cultural Mary Douglas (1983) relaciona o risco à teoria social e cultural. A autora aponta que o risco não é puramente algo técnico ou física, mas uma construção coletiva e cultural, a qual são escolhidos quais perigos temer e quais ignorar. Tal escolha não depende da probabilidade real, mas do tipo de organização social que seria protegida.

Em complemento, a ideia de risco associado a valores surge momentos antes de Beck (1986), em 1984 com Fischhoff, Watson e Hope que definiram o termo como um “ato político” que inevitavelmente expressava uma posição de valor. Para Spink (2018) é nesse momento que surgiria o ponto fraco do conceito.

Na atualidade, assim como a vulnerabilidade, o risco é multifacetado. Girão *et al.* (2018) o definem como a probabilidade de consequências ou perdas prejudiciais que resultam da interação entre um perigo e condições vulneráveis. É o potencial para perdas físicas, sociais, econômicas, ambientais, culturais ou institucionais em uma área e período específicos. Embora o risco esteja intrinsecamente ligado à imprevisibilidade ou à probabilidade de algo acontecer, sua constante associação ao conceito de perigo o conecta diretamente à exposição ao dano, ao ruim e ao severo (Girão, *et al.*, 2018, p. 75).

No caminho traçado para compreensão dos riscos, outros autores trazem novas contribuições quanto ao entendimento do risco. Nesse caminho, Acselrad (2002) coloca em evidência a importância de abordagens a respeito do risco que levem em consideração a existência de lutas simbólicas ao redor do risco e que considerem a diversidade social na construção do risco.

Costa (2019) caracteriza o risco como um dos elementos que compõem o metabolismo urbano, juntamente com o desemprego, moradias inadequadas. Ele afirma que esses elementos, chamados de elementos sócio urbanos, geram impactos diferenciados em diferentes espaços. Nesta perspectiva o autor argumenta que:

Esses elementos da cidade, embora também façam parte do que Ab'Saber (2004) chama de metabolismo urbano, são responsáveis pela territorialização e fixação do risco, já como elementos sócio-urbano, embora

uns lugares sejam mais afetados que outros e, conseqüentemente, as pessoas, visto que os impactos são diferenciados; a mesma inundação que destrói casas de alguns pode apenas parar o trânsito de outros, o lugar faz a diferença (Costa, 2019, p.277).

Essa diferenciação de impactos corrobora a tese de Maricato (1994) que reforça que a relação entre risco e degradação ambiental está intrinsecamente associada ao modelo de urbanização excludente, no qual a desigualdade e a exclusão social são estruturantes. Nesse sentido, a maneira como diferentes grupos são expostos aos riscos se mostra como regra.

Em qualquer parte do mundo, a exclusão social tem uma componente ambiental, mas é nas cidades do 3º mundo que a concentração de pobreza no território se mostra mais claramente : nas periferias urbanas loteadas ilegalmente, nas favelas onde moram mais de 5 milhões de brasileiros, nos cortiços localizados em áreas centrais degradadas. (Maricato, 1994, p. 2).

Essa reflexão dialoga com a crítica de Souza (2000, p. 113), ao afirmar que em uma sociedade estruturalmente desigual, o controle da produção do espaço urbano é privilégio de poucos. Os ganhos decorrentes dessa lógica não são uniformemente distribuídos, enquanto os impactos negativos da degradação ambiental recaem desproporcionalmente sobre as populações mais vulneráveis.

Concomitante, Souza (2000) ainda observa que, concomitantemente à geração de riqueza pela degradação ambiental, ocorre a produção de pobreza. Em suas palavras, trata-se de um processo vicioso, no qual os agentes com maior poder decidem como parcelar e explorar o solo urbano, beneficiando-se da valorização de áreas privilegiadas (como os condomínios de luxo), ao passo que distribuem os riscos urbanos entre os grupos sociais marginalizados.

Esses riscos recaem, por exemplo, sobre as ocupações em encostas, áreas alagáveis e beiras de rios, territórios considerados "*non aedificandi*", mas que, diante da ausência de políticas habitacionais inclusivas, acabam se tornando alternativas possíveis de moradia. Vale destacar, contudo, que tanto os condomínios de luxo quanto os assentamentos precários podem estar sujeitos a riscos. Em última análise, a diferença reside no modo como esses riscos são percebidos, enfrentados e administrados socialmente.

Como citado sobre o calcanhar de aquiles do conceito de risco que parte do risco técnico versus risco percebido, podemos então falar da interpretação do risco como quando pensamos no risco percebido. Para isso, podemos retornar à teoria da segurança ontológica de giddens, a qual aponta como confiança básica que os

indivíduos desenvolvem em relação com o mundo que se sustentam na estabilidade das rotinas, pela previsibilidade e pelo cotidiano habitual e sobretudo pela ausência de eventos disruptivos. “A noção de segurança ontológica liga-se intimamente ao caráter tácito da consciência prática – ou em termos fenomenológicos, ao “por entre parenteses” suposto pela “atitude natural” na vida cotidiana” (Giddens, 2002, p. 40).

Somada à questão de segurança ontológica de Giddens, pode-se associar, portanto, que as interpretações sobre o risco podem ser permeadas, por exemplo, pela memória, pelo cotidiano e pela confiança básica.

A confiança básica atua como um dispositivo de triagem cognitiva e emocional frente às incertezas. Segundo Giddens (2002), ela constitui o suporte principal de um "casulo protetor", uma máscara defensiva que permite aos indivíduos manterem a fé na continuidade do mundo e de sua própria identidade (Giddens, 2002). Sem esse filtro, a paralisia diante do perigo tornaria a vida social impossível.

Assim, sob esse prisma, é possível compreender o risco como uma construção social, sobretudo ao partimos do pressuposto de que ele não é apreendido como algo objetivo, mas por meio de processos simbólicos e relacionais, nos quais indivíduos e grupos selecionam, interpretam e hierarquizam os riscos.

## **1.6 ÁREAS DE RISCO OU ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS?**

À luz do conceito de área de risco, Siqueira e Malagodi (2013) chamam atenção para a multiplicidade de definições. Tal pluralidade não remete apenas a campos de análise, mas evidencia que para além de um termo técnico, a “área de risco” forma um campo de debate e, sobretudo, de disputa. As disputas em torno desse campo se manifestam na maneira como essas áreas são identificadas, priorizadas e gerenciadas, bem como quem são os sujeitos que ocupam tais áreas e a quem interessa esses ambientes ou quando interessam.

A definição fornecida pelo Ministério das Cidades no ano de 2007, aponta que as áreas de risco podem ser entendidas como:

Área passível de ser atingida por fenômenos ou processos naturais e/ou induzidos que causem efeito adverso. As pessoas que habitam essas áreas estão sujeitas a danos à integridade física, perdas materiais e patrimoniais. Normalmente, no contexto das cidades brasileiras, essas áreas

correspondem a núcleos habitacionais de baixa renda (assentamentos precários) (Carvalho *et al* 2007, P. 26).

No entanto, como elucidado, a multiplicidade de definições exige que o debate sobre o risco parta de uma visão para além da hegemônica e, nesse sentido, partiremos do entendimento que o risco está embutido em uma realidade socialmente construída, vinculada a um espaço e permeada por relações de poder.

As áreas de risco são unidades espaciais que fazem parte do mosaico das cidades com conteúdos diferenciados. São constituídas por diferentes processos históricos, econômicos e sociais que interagem na heterogeneidade do espaço, com sujeitos sujeitos e sujeitados aos eventos de risco que podem atingir diferentes classes sociais e de renda (COSTA, 2019, p.253).

Em continuidade a essa reflexão, Valêncio (2009) num traçado histórico retoma o que antes era caracterizado como área carente, segundo ela eram denominadas áreas construídas no imaginário social com habitações precárias, dotadas de escassez, local o qual habitavam as classes marginalizadas. Consequentemente, eram áreas estigmatizadas como violentas, com populações igualmente percebidas como violentas, representando insegurança para a cidade. Essa construção negativa do espaço e de seus moradores atuou para justificar a marginalização e as intervenções, sobretudo tudo por atores hegemônicos.

Nessa linha de raciocínio, Valêncio (2009, p. 35) sintetiza essa estigmatização: "Tudo, enfim, concorre ali como desafiador às normas e convenções e incrementa o processo de identificação dos moradores como inferiores e potencialmente violentos, usurpadores, arruaceiros, trapaceiros e promíscuos."

Devido ao estigma construído e associado a esses espaços, surge a necessidade de segurança, uma vez que representavam riscos à "normalidade" do meio urbano. Dessa forma, metamorfoseia-se a área carente para área de risco, como instrumentalização do conceito, sobretudo, do Estado frente a esses espaços, conforme Valencio (2009):

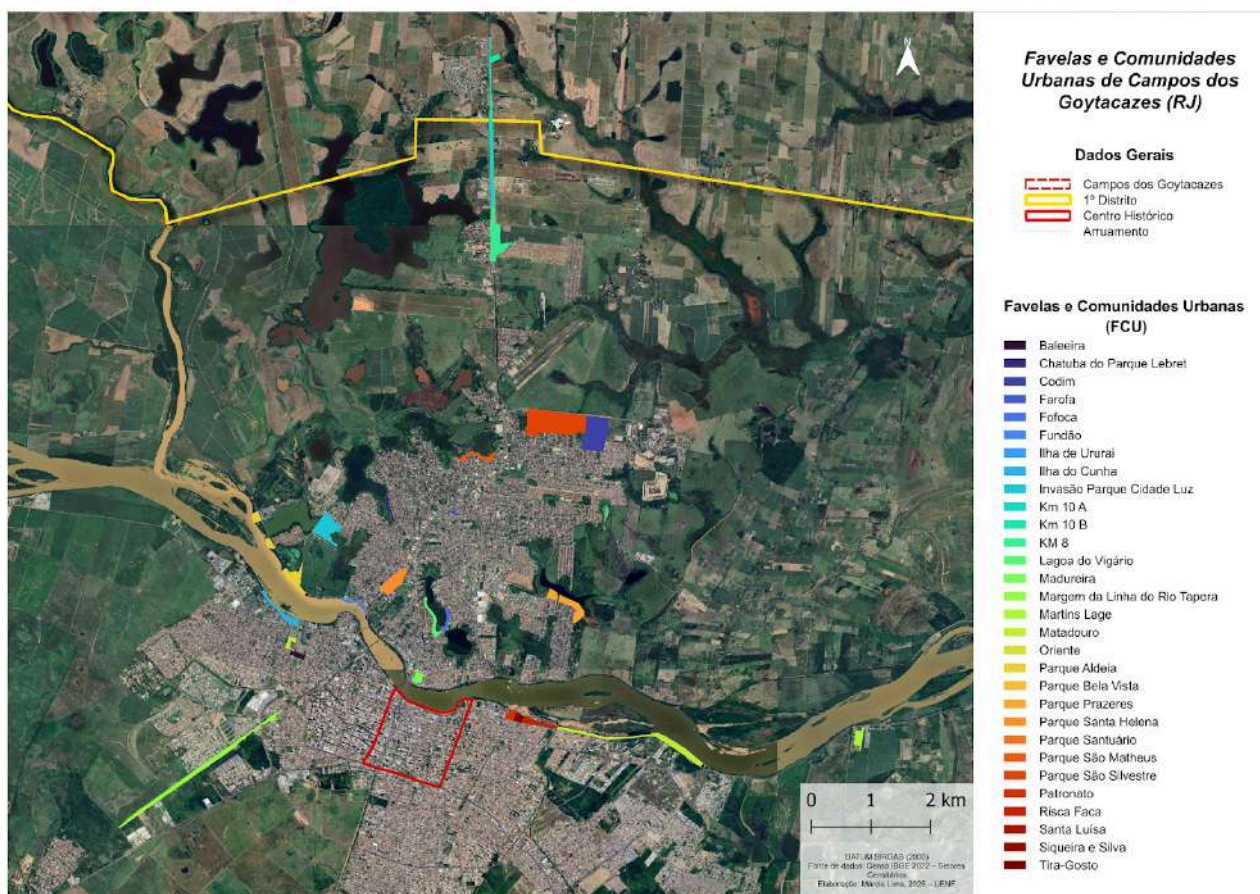
A cidade é idealizada como locus dos winners. Sua circunscrição numa ordem econômica excludente é motivo pela qual a 'área carente' ameaça a concepção de normalidade social do meio urbano. Diante da persistência dos pobres no fazimento do lugar, nele depositando sentidos para a sua existência, emergem novos mecanismos de contestação a essa territorialização, dentre os quais tem destaque a progressiva substituição da nomenclatura 'área carente' para 'área de risco'. Essa nomenclatura, em processo de difusão, tem como objetivo garantir a legitimidade do Estado no desfazimento do lugar, eliminando-se, da paisagem urbana, a vizinhança indesejada (Valencio, 2009, p.35 ).

Assim, o conceito de área de risco aponta para um território em disputa, onde o interesse de determinados agentes é suprimido pelos interesses dos vinculados ao capital que utiliza-se do conceito como garantia de legitimidade. Essa lógica torna-se evidente ao analisarmos as remoções forçadas presentes em inúmeros espaços urbanos brasileiros: Bota Abaixo de Pereira Passos e até mesmo momentos que antecederam grandes eventos no Brasil como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, onde muitas comunidades no Rio de Janeiro e em outras capitais foram removidas sob a justificativa de "risco" ou para abrir espaço para obras (SANTOS E FAUSTINO, 2017).

Trazendo essa lógica para a realidade de Campos dos Goytacazes, RJ, observa-se que as remoções, norteadas pelo discurso técnico da 'área de risco', se manifestam em diversas favelas. Essas comunidades, que em determinado momento não eram de interesse dos agentes que produzem o espaço urbano e detêm poder, tornam-se alvo de novos empreendimentos e, conseqüentemente, de interesses justificados pelo mesmo discurso de área de risco.

A Favela Margem da Linha, uma das maiores da cidade, que corta quase toda a área urbana da margem sul do Rio Paraíba do Sul (Mapa 2), é um dos grandes exemplos desse processo em Campos, conforme Godoy, Oliveira e Aliprandi (2015).

**Figura 03 - Localização das Favelas e Comunidades Urbanas de Campos dos Goytacazes, RJ**



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Durante seu surgimento e crescimento, a favela foi alvo da omissão do principal agente produtor do espaço urbano: o Estado. Contudo, na atualidade, com a chegada de novos empreendimentos, a área passou a ser considerada de risco para a população. Nas palavras de Godoy, Oliveira e Aliprandi (2015, p. 122): “Naquele momento, a área em questão era a periferia da cidade, tomada por canaviais e cortada pela linha férrea, não havendo então interesse para a expansão ou o investimento imobiliário. Portanto, a favela no local não produzia incômodo”.

Observa-se que o jogo muda quando o interesse no espaço se inverte: a presença de grupos sociais excluídos pode não causar incômodo, mas o espaço se torna alvo de disputa no momento em que passa a interessar a outros agentes, esses diversas vezes vinculados ao capital.

Nesse contexto, o poder público utiliza-se da cartografia do risco, uma ideia baseada na geografia pragmática e no discurso silenciador que desconsidera as outras esferas do habitar nesses espaços. “ A cartografia do risco se impõe como uma fala técnica que impede a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações” (Valencio, 2009, p. 36).

Dessa forma, os discursos técnicos de áreas de risco, que frequentemente resultam em remoções, são seguidos pela desconsideração ampla para com as razões da fixação, os vínculos e laços estabelecidos, as necessidades das pessoas que produziram aquele espaço, descartando simultaneamente a necessidade de outras interpretações. “Ao delimitar o lugar de vivência de populações empobrecidas como área de risco, o referido mapa fundamenta as práticas de remoção compulsória dos ali inseridos e evita mostrarem o pulsante conflito territorial que caracteriza a cidade”.

Nesse contexto, o discurso e a prática institucional do Sistema Nacional de Defesa Civil se voltam para a priorização da elaboração de mapas de risco das cidades brasileiras, emblemático de um fazer técnico que atribui responsabilidade aos pobres pelos danos ou destruição de suas moradias, sobretudo em eventos relacionados às chuvas (Valencio, 2009, p. 35).

Assim, o termo “área de risco”, ao ser utilizado de forma hegemônica, reduz a compreensão da vulnerabilidade a aspectos físicos e naturais do território, desconsiderando os processos estruturais que conduziram populações empobrecidas a ocuparem esses espaços. Como argumenta Acselrad (2002), o risco é frequentemente tratado como um atributo natural do lugar, e não como resultado das desigualdades no acesso à terra urbana e à infraestrutura. Essa lógica fortalece um discurso de tecnificação e neutralidade, que serve, frequentemente, como bem argumentou Valencio (2009) à legitimação da ação do Estado na remoção de populações julgadas como indesejadas.

Em contraste, o conceito de “área ambientalmente frágil”, frequentemente utilizado por Maricato (1994) que as expõe como frágeis não apenas em características naturais, mas pela maneira como foram ocupadas historicamente por populações vulnerabilizadas, devido a lógica excludente do capital sob o espaço urbano. Essa definição permite uma leitura mais ampla, na qual se reconhece a interação entre o meio físico e as dinâmicas sociais que conformam os territórios urbanos. Ele desloca o foco da culpabilização dos moradores para a fragilidade

sistêmica dos ambientes que resultam, entre outros fatores, do abandono histórico por parte do poder público, da ausência de políticas urbanas inclusivas e do avanço de interesses privados sobre o espaço urbano.

### **1.6.1 ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS E PROCESSOS QUE ELEVAM A EXPOSIÇÃO A RISCOS E DESASTRES**

Sob a ótica da ocupação territorial, Girão et al (2010) expõem que áreas de planícies e terraços fluviais, bem como encostas pouco declives representam áreas fáceis para ocupação e habitação, o que resulta na valorização dessas áreas e na ocupação delas por classes mais privilegiadas. Em contrapartida, áreas de várzeas fluviais e encostas íngremes que representam riscos à população, frequentemente conformam-se como a única alternativa de ocupação por parte das classes mais baixas.

No que se refere a caracterização desses ambientes, Guerra (2005) aponta que as encostas geralmente encontram-se em áreas de fundo de vale e topos de chapadas. Nas bacias hidrográficas, as encostas desempenham o papel de fornecer água e sedimento para os canais fluviais (Moraes, 2017, p. 42). No contexto geomorfológico, encostas são formas tridimensionais produzidas pelo intemperismo, erosão e são de origem deposicional ou erosiva. (Guerra, 2005); (Moraes, 2017).

Depreende-se nesse sentido que os riscos relacionados à ocupação de encostas dependem de diversos fatores. Conforme Girão *Et al* (2010), são eles as características geológicas e pedológicas, declividade da encosta, formas de encosta, cobertura vegetal e características dos regimes de chuvas. Quando combinados fatores que geram instabilidade nas encostas e ações antrópicas sobre esses ambientes, consequências como processos erosivos e movimentos de massa podem se concretizar. O quadro 1, elaborado a partir dos escritos de (Girão *et al*, 2010) e (Moraes, 2017) elucidam fatores de instabilidade, suas características e consequências para áreas de encostas.

**Quadro 1 - Fatores, características e consequências**

<b>Fatores que podem levar a instabilidade</b>	<b>Características</b>	<b>Consequências</b>
Geologia e pedologia	Presença de solos pouco coesos ou com baixa	Movimentos de massa -

	capacidade de suporte	deslizamento
Declividade	Altas declividades que dificultam a estabilidade da encosta	Escorregamentos e erosão
Forma da encosta	Encostas muito íngremes	Instabilidade e alto escoamento superficial
Vegetação/cobertura vegetal	Pouca ou total retirada da cobertura vegetal	Instabilidade e erosão
Regime pluviométrico da região	Chuvas intensas ou concentrados num período de tempo	Risco de deslizamento e saturação do solo
Ocupações urbanas	Construções sem planejamento que podem acarretar em sobrecarga no solo	Movimentos de massa - deslizamento

Fonte: Quadro elaborado a partir das leituras de Girão *et al* (2010); Moraes (2017).

Somado aos fatores de instabilidade, podemos acrescentar a visão de geossistemas elaborada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2007) que, como aponta Costa (2019), mostra-se como importante maneira de medir áreas ambientalmente frágeis e o grau de risco vinculado a esses espaços.

**Quadro 2 - Grau de risco setorizado em graus**

Grau de Probabilidade	Descrição
R1 – Baixo ou sem risco	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Condicionantes geológico-geotécnicos e nível de intervenção são de baixa ou nenhuma potencialidade para escorregamentos e solapamentos.</li> <li>2. Não há sinais de instabilidade.</li> <li>3. Não se espera ocorrência de eventos destrutivos durante uma estação chuvosa normal.</li> </ol>
R2 – Médio	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Condicionantes e nível de intervenção com alta potencialidade para escorregamentos e solapamentos.</li> <li>2. Presença de sinais de instabilidade (trincas no solo, abatimentos etc.). Processo em desenvolvimento e ainda monitorável.</li> </ol>

	<ol style="list-style-type: none"> <li>3. Possível ocorrência de eventos destrutivos durante chuvas intensas e prolongadas.</li> </ol>
R3 – Alto	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alta potencialidade para escorregamentos e solapamentos.</li> <li>2. Sinais evidentes de instabilidade. Processo em pleno desenvolvimento e ainda pode ser monitorado.</li> <li>3. Possível a ocorrência de eventos destrutivos durante chuvas intensas e prolongadas.</li> </ol>
R4 – Muito Alto	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Alta potencialidade para escorregamentos e solapamentos.</li> <li>2. Sinais expressivos e numerosos: trincas em moradias, muros, cicatrizes, erosões, proximidade com córregos etc. Processo em estágio avançado, sem possibilidade de monitoramento.</li> <li>3. Provável ocorrência de eventos destrutivos durante chuvas intensas e prolongadas.</li> </ol>

Fonte: IPT, 2007 *apud* Costa, 2019, p. 188 (Adaptado).

A utilização dos quadros no item 1.3 não se limita à função técnica ou classificatória. O objetivo é trazer visibilização e compreensão crítica das relações desiguais entre sociedade e natureza que marcam o espaço urbano brasileiro. Ao sistematizar os fatores de instabilidade ambiental e os graus de risco, esses instrumentos tornam-se mediadores entre o conhecimento técnico-científico e a realidade social vivida pelas populações que habitam áreas ambientalmente frágeis.

No caso das encostas, por exemplo, embora o discurso técnico possa atribuir risco à combinação de fatores naturais e antrópicos, os quadros ajudam a tornar explícito o quanto a instabilidade está vinculada a processos históricos de desigualdade social e de segregação socioespacial. Ou seja, as pessoas não ocupam encostas por escolha técnica, mas por exclusão estrutural dos espaços seguros e urbanizados, como apontam autores como Girão *et al.* (2010) e Costa (2019).

Além disso, ao descrever os graus de risco, torna-se possível hierarquizar áreas prioritárias para ações preventivas, políticas públicas e gestão de riscos, rompendo com a ideia de que desastres são inevitáveis ou exclusivamente naturais.

Nesse sentido, os quadros também cumprem uma função política: eles oferecem subsídios para reivindicação de melhorias urbanas, intervenções de contenção, remoções com garantia de reassentamento digno e participação comunitária.

Sob a ótica da teoria dos geossistemas, os quadros reafirmam a importância de se considerar o espaço urbano como um sistema dinâmico e desigual, no qual o risco não está apenas nos elementos naturais, mas na forma como a sociedade se organiza sobre eles. Logo, sua inserção neste capítulo não deve ser entendida apenas ao entendimento dos processos físicos do relevo ou da geodinâmica, mas também à crítica da produção social do risco.

## **1.7 A EVOLUÇÃO CONCEITUAL DAS FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS SEGUNDO O IBGE E SUA RELAÇÃO COM ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS**

O primeiro censo em favelas realizado no Brasil ocorreu em 1947 e 1948 no Rio de Janeiro, momento anterior à criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Posteriormente, sob o IBGE foram realizados oito censos demográficos (de 1950 até 2022) os quais o conceito de Favelas e Comunidades Urbanas, hoje utilizado pelo IBGE, sofreu variações.

O censo de 1950 e 1960 utilizou-se do termo favelas para caracterizar e estudar aglomerados urbanos os quais havia predominâncias de casebres ou barracões, cujas condições jurídicas eram sem licenciamento com a ausência de estruturas básicas como saneamento básico, iluminação, bem como a ausência de arruamento, numeração.

Posteriormente, na década de 1970, o censo demográfico utiliza do conceito de aglomerados urbanos excepcionais, entendidos como aglomerados urbanos com total ou parcial característica de mais de 50 edificações, marcadas por casebres ou barracões, autoconstruções, falta de licenciamento e também ausente de saneamento, arruamento, iluminação. O censo de 1980 utilizou-se o conceito de setores especiais de aglomerados urbanos para também caracterizar áreas como as citadas.

No censo de 1991 até o censo de 2022, foi utilizado o conceito de aglomerados subnormais para designar realidades como as citadas, no entanto com algumas variações.

**Quadro 3 - Nomenclaturas utilizadas pelo IBGE**

Ano	Pesquisa	Base Territorial	Tabulações dos resultados	Agregados de setores censitários
1950	Censo Demográfico	Favelas	Favelas	-
1960	Censo Demográfico	Favelas	Favelas	-
1970	Censo Demográfico	Aglomerados urbanos excepcionais	Aglomerados urbanos excepcionais - geralmente conhecidos como Favelas, Mocambos, alagados etc.	-
1980	Censo Demográfico	Setores especiais de aglomerado urbano	Favelas	-
1991	Censo Demográfico	Aglomerados subnormais (favelas e similares)	Favelas	Aglomerados subnormais (favelas e similares)
1996	Contagem da População	Aglomerados subnormais (favelas e similares)	Aglomerados subnormais (favelas e similares)	-
1999	MUNIC	-	Favelas e assemelhados	-
2000	Censo Demográfico	Aglomerados subnormais (favelas e similares)	-	Aglomerados subnormais (favelas e similares)
2001	MUNIC	-	Favelas e assemelhados	-
2007	Contagem da População	Aglomerados subnormais (favelas e similares)	-	Aglomerados subnormais
2010	Censo Demográfico	Aglomerados subnormais	Aglomerados subnormais	Aglomerados subnormais

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1950/2010; Contagem da População 1996/2007; Pesquisa de Informações Municipais 1999/2001.

Com base nos princípios da Constituição de 1988, no Estatuto da Cidade e no Tratados da ONU que dissertam sobre direito à moradia adequada como um dos direitos humanos, ocorreu o debate sobre a classificação dos territórios urbanos pela utilização de irregularidades fundiárias como um reforço a visões discriminatórias.

No documento disponibilizado pelo IBGE para tratar dessa continuação, é explicitado que por meio dos debates entre pesquisadores e movimentos sociais, o termo aglomerado subnormal cria hierarquias no espaço urbano, bem como leva a estigmatização dos moradores e a negação das favelas enquanto uma afirmação do direito à cidade. Com base nisso, o IBGE passa, a partir de 2024, a adotar o termo Favelas e Comunidades Urbanas (FCU).

Conforme a nota metodológica disponibilizada pelo IBGE, conceitua-se favelas e comunidades urbanas como:

[...] territórios populares originados das diversas estratégias utilizadas pela população para atender, geralmente de forma autônoma e coletiva, às suas necessidades de moradia e usos associados (comércio, serviços, lazer, cultura, entre outros), diante da insuficiência e inadequação das políticas públicas e investimentos privados dirigidos à garantia do direito à cidade. (IBGE, 2024, p. 52).

## 1.8 INUNDAÇÃO, ENCHENTE E ALAGAMENTO

No cenário atual, questões relacionadas à hidrologia apresentam-se nas cidades brasileiras como grandes causadoras de desastres, como demonstram os casos de Campos dos Goytacazes em 2007, Mimoso no Espírito Santo em 2024 e os eventos extremos ocorridos no Rio Grande do Sul em 2024. A ocorrência desses fenômenos evidenciam a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre as diferenças entre inundação, enchentes e alagamentos, dada a ocorrência frequente no espaço urbano brasileiro e também campista.

Enchentes, alagamentos e inundações são fenômenos considerados naturais, porém intensificados a partir da ação antrópica sobre o solo. Guerra (2011) conceitua inundação como sendo o transbordo hídrico que ultrapassa o canal fluvial principal. Já as enchentes são entendidas como a elevação do nível de um curso hídrico podendo chegar a sua cota máxima, porém sem que haja transbordo (MORAES, 2017). A figura abaixo evidenciam esses processos;

**Figura 04 - Diferença entre inundação, enchente e alagamento**



Fonte: Defesa Civil de São Bernardo do Campo, 2015.

**Figura 05 - Inundação de 2008**



Fonte: Acervo da Defesa Civil de Campos dos Goytacazes, inundação de 2008.

Sob essa ótica, o processo de urbanização e a consequente impermeabilização do solo exercem influência direta na ocorrência de alagamentos. Áreas que, por sua topografia, já possuíam uma tendência natural ao acúmulo de água, quando pavimentadas, passam a reter volumes consideráveis por períodos prolongados, uma vez que o ciclo de infiltração é interrompido. Nesse sentido, pode-se compreender os alagamentos como o: '[...] acúmulo momentâneo de águas em determinadas áreas em razão da defasagem no sistema de drenagem [...]' (MORAES, 2017, p. 48).

**Figura 06 - Alagamento na área central de Campos dos Goytacazes**



Fonte: Folha1, 2024.

## **1.9 USO DE GEOTECNOLOGIAS PARA IDENTIFICAÇÃO E MITIGAÇÃO DE RISCOS**

Os Sistemas de Informação Geográficas correspondem a sistemas de processamento dados gráficos e dados alfanuméricos que objetivam realizar análises espaciais e modelagem de superfícies e são responsáveis por executar técnicas vinculadas ao geoprocessamento. De acordo com Borges et al (2021), as geotecnologias se mostram importantes para a gestão dos territórios. Por meio delas é possível construir hipóteses, obter informações úteis para mitigação dos riscos. Retificando essa perspectiva, Câmara et al, 2001) expõem:

As ferramentas computacionais para Geoprocessamento, chamadas de Sistemas de Informação Geográfica (GIS), permitem realizar análises complexas, ao integrar dados de diversas fontes e ao criar bancos de dados geo-referenciados. Tornam ainda possível automatizar a produção de documentos cartográficos (Câmara *et al*, 2001, p. 1).

De maneira complementar, Ramos *et al* (2012) ao tratarem de ocupações urbanas que podem apresentar riscos, sobretudo habitações em fundos de vales e em encostas, chamam atenção para a importância das geotecnologias. Os autores apontam que o geoprocessamento integrado ao sistema de informações geográficas

oferecem importantes contribuições ao tratar dos riscos, uma vez que a partir do entrelaçamento entre dados preexistentes e a elaboração de novas informações é possível realizar prognósticos de inundação em áreas já urbanizadas e antecipar medidas de proteção que visam prevenir riscos e desastres.

Costa e Costa (2015) contribuem com tal visão: “A partir do cruzamento de informações temáticas contidas nos vários mapas digitais gerados na etapa de diagnóstico do plano de manejo é possível identificar áreas com diferentes potenciais e limitações (...)” (Costa e Costa, 2015, P. 111).

Dessa maneira, por meio das técnicas de geoprocessamento é possível obter uma percepção visual da distribuição de um determinado problema no espaço geográfico. Não só isso como também é possível visualizar padrões existentes, analisar a frequência com que tais padrões se repetem e antever processos geomorfológicos (Costa e Costa, 2015).

### **Síntese do capítulo**

As discussões trazidas neste capítulo, demonstram que os riscos e desastres não são fenômenos naturais, mas produtos de uma construção social e política. O caminho teórico percorrido nos permite evidenciar que a área de risco pode ser instrumentalizada pelos agentes que detêm poder sobre o espaço urbano de modo a legitimar remoções com intuito de atender interesses do capital.

Buscamos tornar evidente sobre a seletividade espacial e como ela impacta de maneira diferentes as populações mais pobres dentro do sistema e como tais situações de injustiça ambiental podem ter impactos mais severos posteriormente com o cenários de mudanças climáticas.

Em última análise, buscamos ademais neste capítulo cumprir o papel de desnaturalizar o risco e os desastres, sobretudo ao recorrer a autores que evidenciam as raízes históricas da urbanização sob o capitalismo, estabelecem-se as bases para compreender que a luta contra o desastre é, fundamentalmente, uma luta pelo direito à cidade e pela superação das vulnerabilidades estruturais.

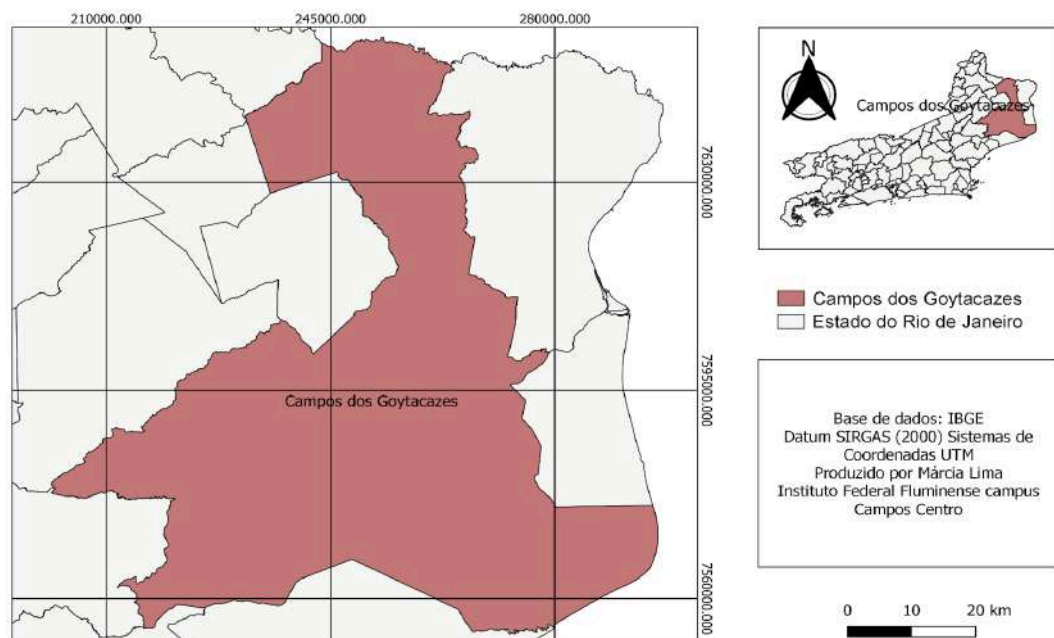
## 2 - A DIALÉTICA SOCIOESPACIAL DO ESPAÇO URBANO CAMPISTA

Este capítulo possui como objetivo trazer o histórico de uso e ocupação do solo na Favela e Comunidade Urbana Fundão. Para isso, percorremos o histórico da formação espacial urbana da cidade de Campos dos Goytacazes, aspectos ambientais, expansão das periferias, programas e políticas habitacionais na localidade. Neste capítulo também abordaremos a caracterização da área de estudo.

### 2.1 O ESPAÇO GEOGRÁFICO GOYTACÁ: ASPECTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS

O Município de Campos dos Goytacazes compõe a regionalização do Norte Fluminense sendo identificado como o maior Município em extensão territorial do Estado do Rio de Janeiro, o que ocupa cerca de 4 mil quilômetros quadrados. O mapa abaixo ilustra a localização do Município dentro do Estado do Rio de Janeiro.

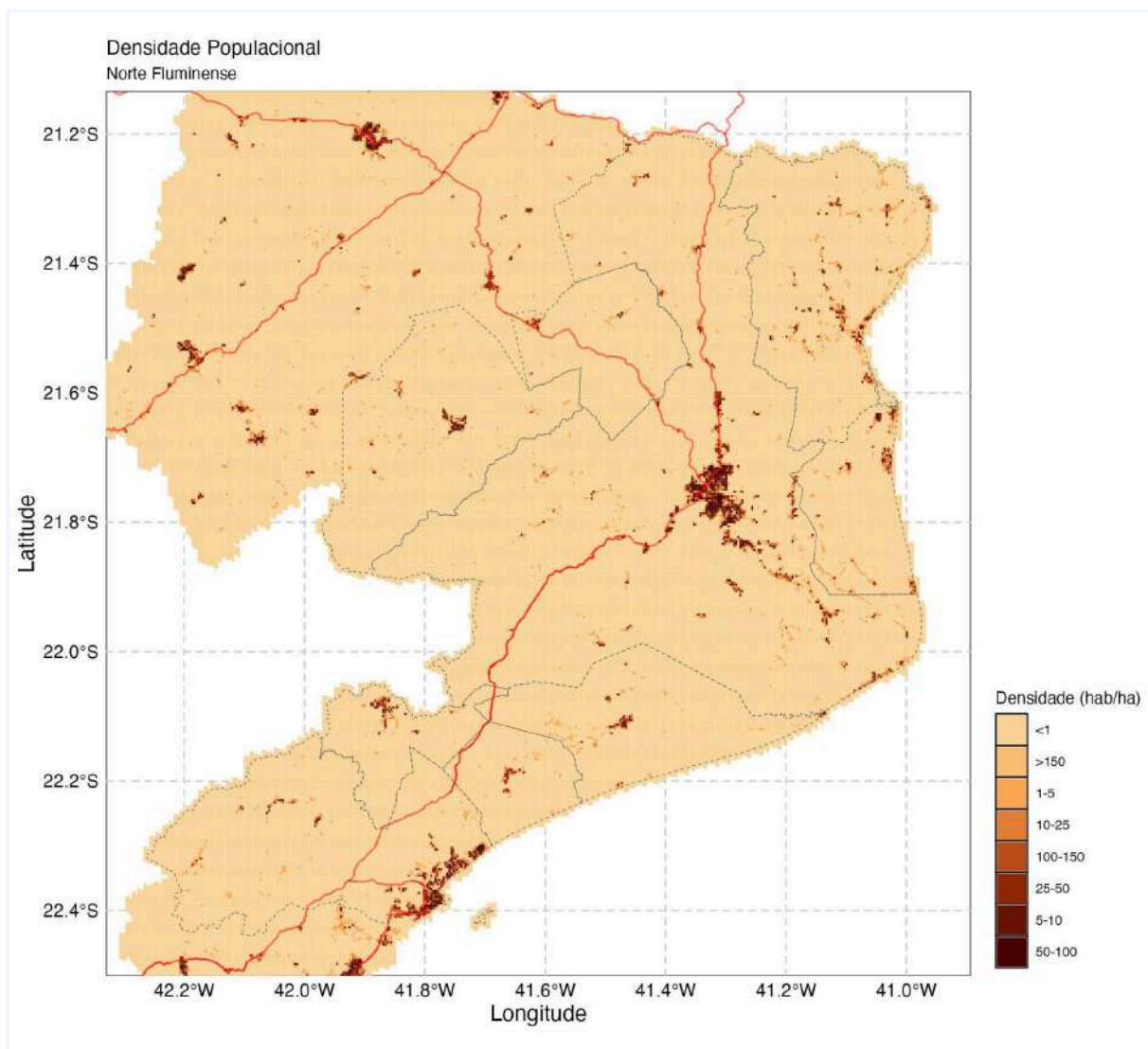
**Figura 07 - Localização da Cidade de Campos dos Goytacazes**



Fonte: Elaboração própria (2022).

Destacado como o município com maior área de maior concentração populacional do Norte Fluminense, O município de Campos dos Goytacazes conta com 483.540 habitantes, de acordo com o censo do IBGE de 2022.

**Figura 08 - Densidade populacional do Norte Fluminense**



Fonte: Atlas Socioeconômico do Norte Fluminense (UFF).

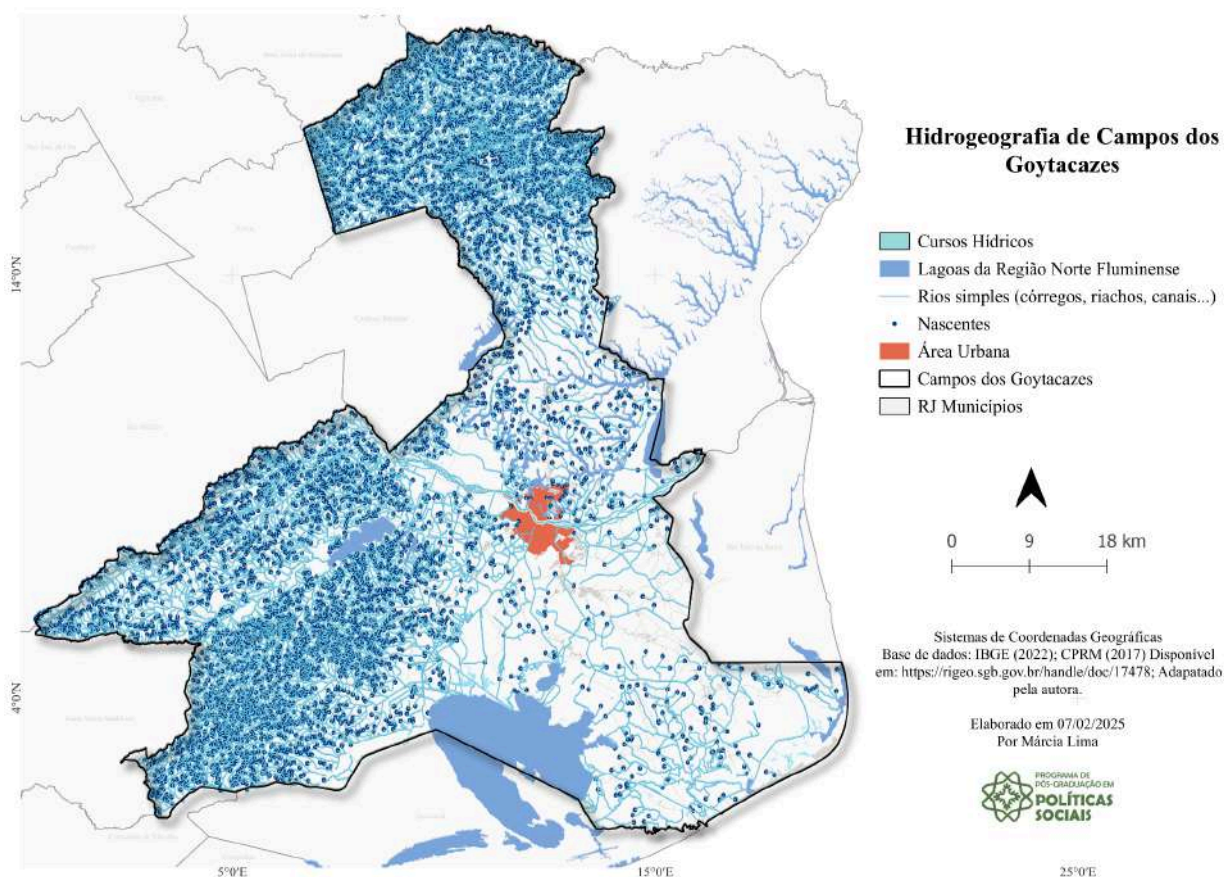
## Aspectos Físico-Geográficos e Ambientais

Tratando-se dos aspectos físico-geográficos, a construção do espaço geográfico da cidade foi fortemente influenciado pela presença do Rio Paraíba do Sul, principal Rio que divide a cidade no Norte/Sul, Margem esquerda/Margem direita, bem como a presença de diversos cursos hídricos. Assim, a região a qual iniciou a ocupação do território, foi/é marcada por uma hidrogeografia inicialmente repleta de lagoas, lagunas e muitos brejos que se formavam durante os períodos de chuva (Lamego 1945); (Faria, 1992). Acerca dessa configuração Leite (2021) esclarece que:

Em sua origem ela era constituída por uma vasta superfície de brejos e lagoas que passou por um progressivo processo de drenagem a partir do início da colonização portuguesa. Esse processo se intensificou na virada do século XIX para o século XX, quando houve a conversão de engenhos em usinas e, conseqüentemente, o aumento da demanda por terras agricultáveis. Sendo assim, a drenagem em larga escala passou a ser uma política de estado que visava à criação das condições propícias ao amplo desenvolvimento da monocultura canavieira, já que esta atendia às necessidades da agroindústria do açúcar e do álcool (Leite, 2021, p. 100).

Não obstante as intensas intervenções antrópicas para dessecação do solo, a herança hídrica da região permanece latente. Essa característica é ratificada pela dinâmica do Rio Paraíba do Sul, cuja cota de transbordo atual é de 10,40 metros — um limite crítico que evidencia a vulnerabilidade urbana frente aos ciclos naturais. Tal persistência pode ser evidenciada na figura abaixo, no qual se observa a expressiva hidrografia da cidade na atualidade, marcada por inúmeras nascentes e cursos hídricos remanescentes (Carneiro, 2004).

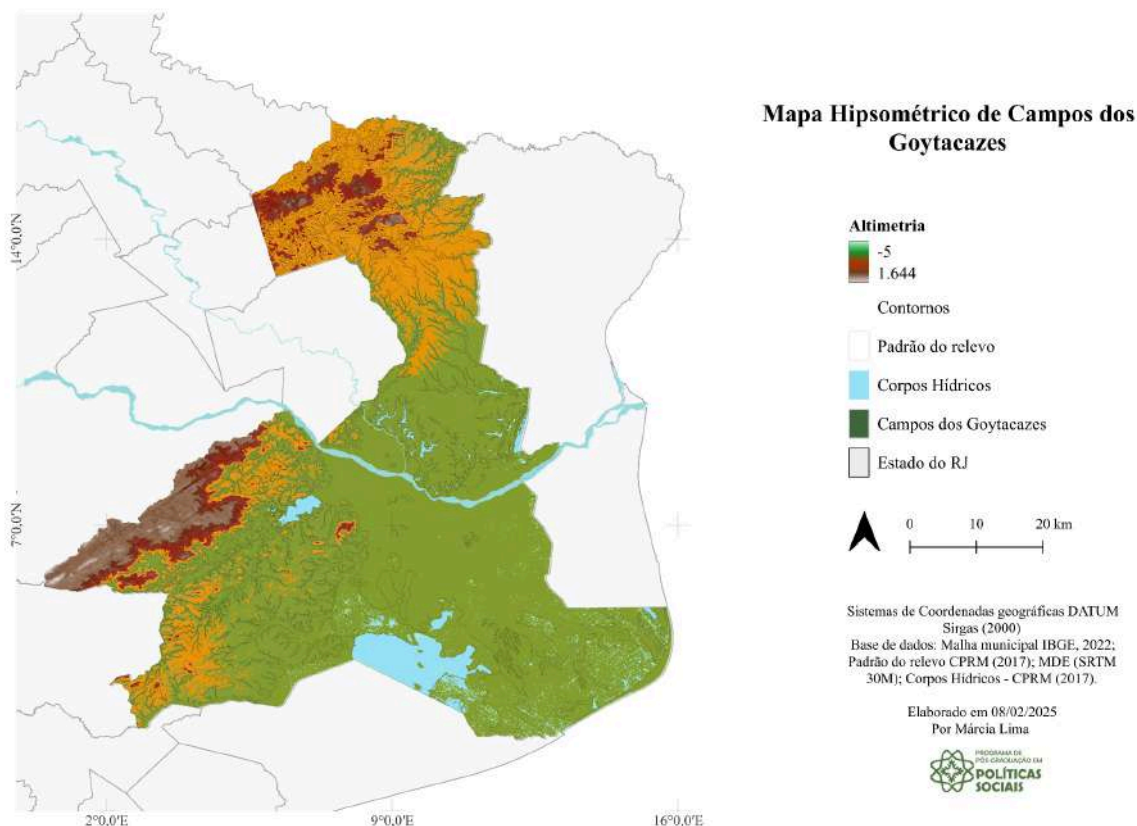
**Figura 09 - Hidrografia de Campos dos Goytacazes**



Fonte: Elaboração própria

O Município se dispõe em uma vasta planície quaternária, com baixa declividade, boa parte em sua porção sul e sudeste do território, formada pelos processos geomorfológicos de deposição de sedimentos transportados pelo Rio Paraíba do Sul e por movimentos oceânicos de transgressão e regressão (Carneiro, 2004, p. 24). Para além desta unidade geomorfológica, o espaço de Campos dos Goytacazes é marcado por tabuleiros terciários ao norte do Rio Paraíba do Sul, que indicam a presença de médias declividades, bem como regiões com maiores declividades tanto ao norte quanto ao noroeste de seu território (Ramalho, 2005, p. 29).

**Figura 10 - Mapa hipsométrico de Campos do Goytacazes**



Fonte: Elaboração própria

Devido vasta presença de cursos hídricos no solo da cidade, bem como sua baixa declividade, Carneiro (2004) aponta que inúmeras inundações que ocorriam nas margens do Rio de Paraíba do Sul; nas zonas abastadas onde existiam lavouras e a maior densidade demográfica, perduravam por vários meses até que escoasse para o oceano.

É essa região, repleta de lagoas, lagunas e de brejos que se formavam com as chuvas, que os primeiros colonizadores encontraram. Na época das chuvas, no verão, os rios transbordavam, inundando as planícies adjacentes e ampliando o espelho de águas de mais de uma centena de lagoas, unidas por uma intrincada rede de canais e brejos rasos (Carneiro, 2004, p. 25).

Para compreender como essa dinâmica afeta a população, torna-se necessário analisar a relação entre os aspectos climáticos e a ocupação do território. O Clima do município, do tipo tropical úmido, apresenta picos pluviométricos entre dezembro e mínimas em junho (Ramalho, 2005). Essa sazonalidade explica a recorrência de notícias sobre enchentes no início do ano e evidencia um problema socioambiental, conforme discute Souza (2000), existe uma correlação entre

degradação ambiental e vulnerabilidade social em decorrência de uma sociedade heterônoma e injusta.

Nesse sentido, os grupos sociais excluídos, parafraseando Corrêa (1989), são os mais afetados por desastres, uma vez que ocupam ambientes onde a natureza do terreno e a intensidade das chuvas confluem para uma situação de risco.

Dessa forma, o clima do Município corresponde ao tropical úmido, com máximas pluviométricas registradas durante o verão, o qual o mês de dezembro apresenta os maiores índices de chuva e mínimas durante o inverno, em junho com o menor índice pluviométrico (Ramalho, 2005). Isso nos dá informações que durante os meses de dezembro e janeiro é frequente a presença de noticiários sobre enchentes, inundações e alagamentos na região. Nesse sentido, os grupos sociais excluídos, frequentemente com forte relação com a degradação ambiental são os mais afetados nesta época do ano.

A pedologia<sup>5</sup> disposta no território campista corresponde a maior parte de podzólicos vermelho escuro eutrófico uma classe que corresponde aos luvisolos, geralmente solos com significativa suscetibilidade a processos erosivos. Também são encontrados solos aluviais, gleissolos humicos na extensa planície e latossolos nas regiões mais elevadas do território (Ramalho, 2005). O quadro 2 objetiva apresentar de maneira resumida os principais tipos de solo presentes no território, bem como os principais problemas enfrentados por eles.

**Quadro 4: Solos que compõem a pedologia de Campos dos Goytacazes**

Solos	Atributos	Desafios
Gleissolos	São mal drenados e pouco profundos. Encontram-se em regiões alagadiças, como planícies aluviais, várzeas e áreas deprimidas.	Pouca capacidade de drenagem, o que influencia o escoamento superficial e limita o uso agrícola. São solos mais suscetíveis à compactação uma vez que possuem argila em sua composição bem como a saturação contínua.

<sup>5</sup> A classificação dos solos utilizada pela autora em questão foi do projeto RADAM Brasil. RAMALHO, R. de S. Diagnóstico do Meio Físico como Contribuição ao Planejamento do Uso da Terra do Município de Campos dos Goytacazes. **Campos dos Goytacazes-RJ: UENF**, 2005.

ARGISSOLOS	São solos com boa fertilidade natural, possuem composições argilosas e estão associados a áreas de relevo ondulado.	Quando em ambientes íngremes como encostas, sobretudo sem cobertura vegetal, possuem alta suscetibilidade de erosão. Sobre esses solos presentes em áreas declives, ocupações urbanas encontram dificuldades de se estabelecerem, oferecendo riscos aos assentamentos. Costa et al (2008) consideram que são áreas de risco pela ocorrência de deslizamentos de blocos e solos.
Latossolos Vermelho-Amarelo o Álico	Possui acidez elevada e, devido a isso, possui baixa fertilidade. São solos profundos e bem drenados e possuem argila em sua composição.	Quando em áreas desmatadas, são suscetíveis à erosão. Necessitam de correção de sua acidez com calcários e fertilizantes.
Aluvial (NEOSSOLO FLÚVICO)	São solos formados por deposição de sedimentos em áreas de várzeas e margens de rios.	Sua áreas são sujeitas a inundações recorrentes e ocupações que alteram seu regime hídrico podem resultar em enchentes.

Fontes: Embrapa Solos (SiBCS, 5ª edição); Lepsch (2011); Costa et al (2008); Ramalho (2005).

## 2.2 A URBANIZAÇÃO E EXPANSÃO DAS PERIFERIAS DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Em suas origens, a partir da perspectiva colonial, o Município foi marcado pelas subdivisões do espaço geográfico brasileiro realizadas pela coroa portuguesa em capitanias hereditárias durante o século XVI, que corresponderam a estratégias da coroa de controle e ocupação dos territórios (Ramalho, 2005, p. 91). A região, neste contexto, fez parte da capitania de São Tomé, doada a Pero Góis, que inicialmente, correspondia ao espaço habitado pelos povos originários Goytacá, Puris, Coroados, Tupinambás, Coropós e diversos outros, sendo parte deles um grupo que deu origem ao nome da cidade: Campos dos Goytacazes (Rodrigues, 2016); (Prata, 2020).

O processo de constituição do território em Campos dos Goytacazes se inicia enquanto tal na chegada-invasão portuguesa na região, desconsiderando nesse momento os territórios indígenas que antes aqui se constituíam, com sua própria lógica e organização, mas que foram completamente destruídos com a instalação portuguesa e sua territorialização. (Rodrigues, 2016, p. 10)

A colonização da cidade, ocorrida a partir de finais do século XVI, e o adentramento à área continental se deram por meio do Rio Paraíba do Sul, principal rio da cidade e que divide o espaço de Campos em Norte/esquerda e Sul/direita, o qual Lamego (1945) apontou como um rio navegável devido ao nível mais baixo de seu leito durante aquele período (Lamego, 1945). Nesse sentido, Faria (2005) expõe que o Rio Paraíba do Sul foi o principal elemento natural que orientou a formação espacial de Campos dos Goytacazes.

Em continuidade ao processo de divisão do espaço de Campos, posteriormente, em 1627 a capitania de São Tomé torna-se Paraíba do Sul, concedida pelo sistema de sesmaria<sup>6</sup> aos sete *capitães* pertencentes à elite<sup>7</sup> colonial portuguesa, sendo alguns deles donos de engenhos.

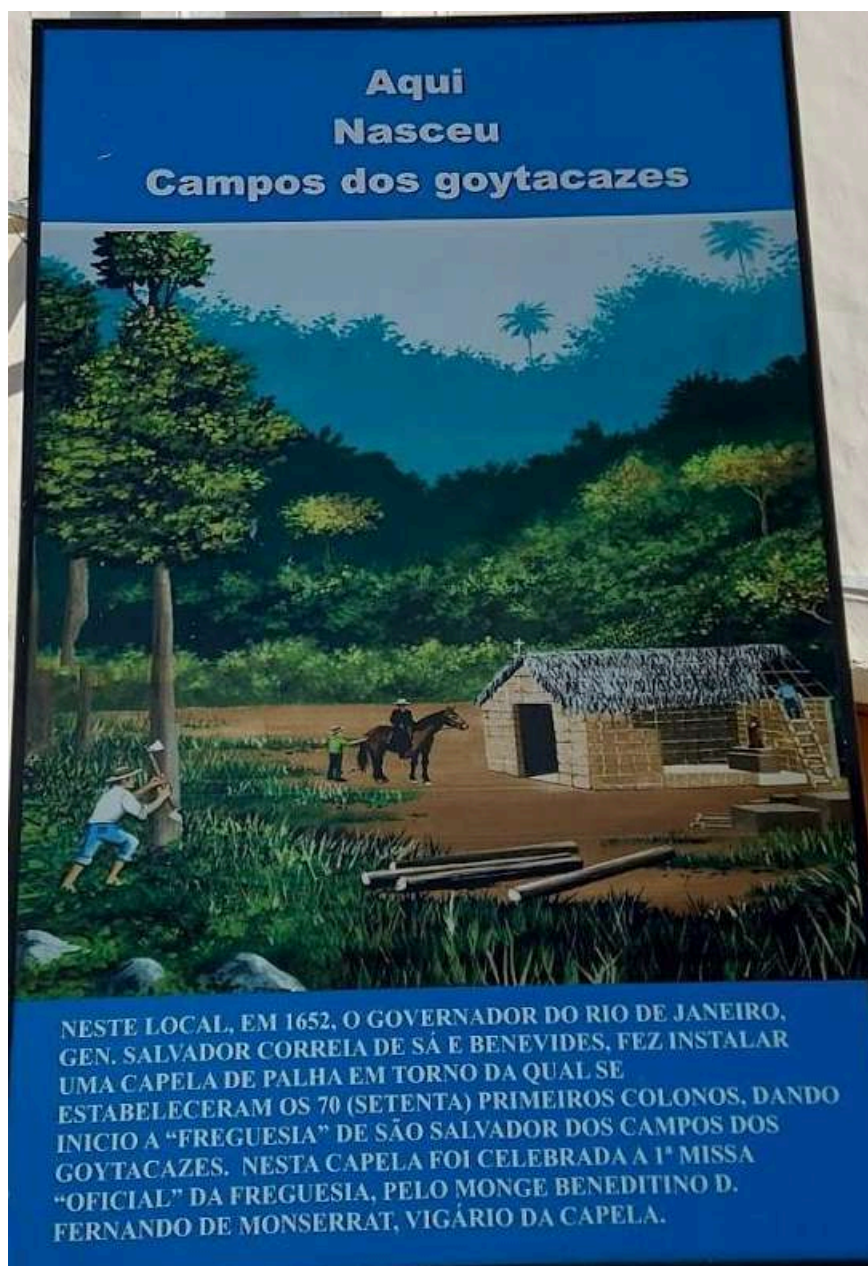
Os sete capitães que adquiriram as terras dos Campos dos Goytacazes são, a saber: Miguel Ayres de Maldonado, Antonio Pinto Pereira, João Castilho, Miguel da Silva Riscado e os irmãos Gonçalo Corrêa de Sá, Manoel Corrêa e Duarte Corrêa. Note-se que três dos capitães têm por sobrenome Corrêa, que darão origem à dinastia dos Viscondes de Asseca, um título de nobreza daqueles que vieram dominar a região por mais de 100 anos. (CONCEIÇÃO, 2016, p. 59)

---

<sup>6</sup>De acordo com NOZOE (2006, p.1), a coroa portuguesa concedeu extensas doações de terras chamadas sesmarias, durante o período colonial e esse foi o único meio de obtenção de terras e seu título de propriedade durante todo o período.

<sup>7</sup> Como elite entende-se um grupo que dispunha de riqueza, prestígio social e poder político.

Figura 11 - Início da Freguesia de São Salvador dos Campos dos Goytacazes



Fonte: Acervo da autora, 2023.

Em continuidade ao ordenamento territorial, 1677, com cerca de 150 habitantes, a capitania tornou-se a Vila de São Salvador de Campos, em consequência da construção da capela do Santíssimo Salvador, erguida desde 1652.

A Vila abarcava as freguesias de Guarulhos, São Salvador, São Gonçalo, Santa Rita, Nossa Senhora do Desterro e Nossa Senhora das Neves. Foi fundada por um dos descendentes dos *sete capitães*, o Visconde d'Asseca (Martim Correia

de Sá e Benevides Velasco ou 4.º Visconde, Martim Correia de Sá), dominando a região por quase um século. De acordo Chagas (2010), pode-se afirmar que aqui se inicia de fato a história da colonização em Campos dos Goytacazes.

Seguindo a evolução cronológica, conforme Alves (2013) a partir da forte relação com o mundo rural, a então Vila foi elevada à categoria de cidade por meio da Lei de 28 de Março de 1835, após a emancipação da Vila de São Salvador de Campos. Nesse período, a região de Campos dos Goytacazes já era um importante centro produtor de açúcar e de outros produtos agrícolas, o que contribuiu para o seu desenvolvimento e para a elevação à categoria de cidade.

O passado histórico e econômico da cidade de Campos dos Goytacazes foi fortemente marcado pela agropecuária, bovicultura e posteriormente, no século XVIII, pela cultura da cana-de-açúcar, devido à alta demanda do mercado internacional (Pessanha; Neto, 2004; Ribeiro, 2021).

Sob essa ótica, a economia açucareira na região, vista hoje na paisagem campista através das rugosidades deixadas pela temporalidade, gerou profundas implicações para a organização espacial e social da região e possui forte relação com a expansão das periferias e ocupações de áreas ambientalmente frágeis, uma vez que levou a desigualdade no acesso à terra que se metamorfoseou em uma urbanização desigual.

Dando concretude a esta análise, Oliveira e Pedlowski (2012), apontam que a forte ligação de Campos com o setor sucroalcooleiro determinou o crescimento das favelas nas periferias e em áreas ambientalmente frágeis ao redor do centro urbano, sobretudo na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul. Nas palavras dos autores:

O fechamento de dezenas de fábricas de açúcar e álcool implicou numa forte corrente migratória do campo para as cidades, com a maioria dos migrantes integrando-se nas periferias dos núcleos urbanos. Estes novos espaços de ocupação estavam localizados em áreas ambientalmente sensíveis, dando origem a um cordão de favelas no entorno da área urbana, principalmente na sua zona norte (Oliveira e Pedlowski, 2012, p. 668).

Ainda nessa linha de raciocínio, José Luis Vianna da Cruz (2023) chama atenção para este legado deixado pela economia açucareira ao caracterizar os ex-trabalhadores como “Deserdados da cana”.

Esse traço marca, até o momento – início da segunda década do século XXI – a questão social na região, principalmente em Campos. Seu legado é uma grande massa de trabalhadores que, devido às destituições e despossessões sofridas – da terra, da moradia e dos saberes do campo – são integrados marginalmente à cidade, desprovidos de acesso aos direitos,

à infraestrutura urbana e aos meios de vida e trabalho, um exército de reserva nunca mais incorporado, em sua grande parte, através de relações de trabalho formais, na economia regional formal (Cruz, 2023, p. 56).

Essa massa de 'deserdados da cana' referidos pelo autor, ao direcionar-se do meio rural para o urbano, tornou-se o principal agente da ocupação urbana informal, cujos fluxos acompanharam as transformações infraestruturais da cidade.

Sob essa ótica, a urbanização de Campos dos Goytacazes seguiu uma cronologia ditada pelas necessidades produtivas, a qual Terra *et al.* (2010) *apud* Rainha e Silva (2014) dividem em momentos-chave. Para os autores o primeiro momento (Século XIX) foi marcado pelo advento das ferrovias, momento em que os engenhos transformavam-se em usinas. Por meio desse contexto, é possível observar o avanço da mancha urbana.

O segundo momento (1940-1950) corresponde ao novo modelo logístico a partir da construção de rodovias. Neste momento ocorre a expansão urbana da cidade em direção centro para periferia em virtude do eixo das principais rodovias que passaram a cortar a cidade, como a BR 101 e a RJ 216. Esse momento marca a expansão da cidade em grandes loteamentos (parques e jardins), sobretudo no subdistrito de Guarus.

Posteriormente, durante as décadas de 1960 a 1970, observa-se um grande crescimento de Guarus, acompanhando o eixo da BR 101. Por fim, nas décadas de 1970 a 1989 ocorre a consolidação do adensamento nas áreas urbanas, que conforme a tabela abaixo, podemos observar o aumento da taxa de urbanização durante quatro décadas.

**Tabela 01 - taxa de urbanização de Campos dos Goytacazes de 1970 - 2010**

<b>Ano</b>	<b>Taxa de urbanização</b>
1970	58,85
1980	60,89
1991	84,50
2000	89,47
2010*	90,29*

Fonte: Adaptado de Terra *et al* (2010) *apud* Silva e Rainha (2014).

Um outro momento marcante no espaço urbano campista, ocorre com o declínio da economia açucareira na região e crescimento da estruturação produtiva do petróleo na Bacia de Campos que foram momentos que corresponderam a momentos que acentuaram as desigualdades com os deserdados da cana de açúcar que foram forçados a ocupar áreas ambientalmente frágeis e periféricas bem como o investimento a programas habitacionais por meios dos royalties advindos do extrativismo do petróleo.

Observamos por meio da periodização construída por Terra *et al.* (2010) *apud* Rainha e Silva (2014), que a partir da década de 1940 até início dos anos 2000, marcam a rápida urbanização da cidade bem como expansão das periferias

Diante desse cenário a configuração socioespacial de Campos dos Goytacazes consolidou-se de forma fragmentada. O processo de urbanização acelerada, descrito anteriormente, não apenas empurrou os 'deserdados da cana' para as margens do centro urbano, como também concentrou as maiores vulnerabilidades sociais e ambientais em zonas específicas da cidade.

### **2.2.1 EXPANSÃO DAS PERIFERIAS E FRAGMENTAÇÃO ESPACIAL**

Falar sobre as periferias de Campos dos Goytacazes nos leva a um caminho que nos remete ao subdistrito de Guarus. Embora não seja a única área periférica de Campos, é sob ela que localiza-se a área estudada nesta pesquisa, A FCU Fundão, bem como é sobre ela que frequentemente nos deparamos com notícias de violência e desastres socioambientais, como por exemplo inundações.

O espaço geográfico do subdistrito de Guarus possui marcas de uma fragmentação espacial construída em tempos remotos. Nesse sentido, conforme Almeida (2022), a cidade inicialmente a margem direita da cidade (hoje o centro) era habitada pelos povos originários Goytacá e a margem esquerda (hoje Guarus) era habitada pelos povos Guarulhos. Os Guarulhos eram vistos como uma população reativa e com isso, estigmas foram construídos sobre eles.

Posteriormente, finais do século XIX e início do século XX, inicia-se a expansão do município em direção ao norte fluminense, na direção de Guarus. Esse contexto de finais de século XIX, marcado pelo fim do período escravocrata, muitos

ex-escravizados, como aponta (Assis, 2016 *apud* Almeida, 2022), ocuparam a região.

Com o advento da colonização do lado de Guarulhos e, em seguida, o sistema escravagista, a população escrava se intensificou de modo a superar a população livre nesse local (ASSIS, 2016). Guarulhos tornou-se, então, território ocupado por antigos escravos que não tinham oportunidades de trabalho nem de moradia (Almeida, 2022, p. 17)

Em complemento, Azeredo (2022), ao tratar sobre a modernização da agroindústria sucroalcooleira e do setor agroindustrial agropecuário, a autora aponta que comparada a outras localidades do município, a região de Guarulhos foi a que recebeu maior fluxo de antigos trabalhadores das fazendas e/ou usinas próximas ao local, sendo muitos deles descendentes de filhos e netos de ex-escravizados (Azeredo, 2022, p. 135).

Nesse contexto, é possível observar que a Região de Guarulhos desde décadas passadas é marcada pela dualidade e estigma, por receber contingentes de populações excluídas.

Nessa perspectiva, o lado central era compreendido como sinônimo de supremacia em relação à outra parte da urbe, e o de Guarulhos, visto com preconceito, denotando inferioridade, de modo a ser várias vezes cenário do recebimento de grupos excluídos por inúmeras políticas urbanas com foco no higienismo e na segregação na área central. (Almeida, 2022, p. 17)

Faria (2005) aponta que a partir das Reformas Higienistas de Saturnino de Brito, em 1902, é que inicia-se a fragmentação sócio-espacial no município de Campos. Isso porque tais reformas privilegiaram sobretudo a área central da cidade com objetivo de higienizar esta área, higienizando em diversos sentidos que vão além da questão sanitária ao determinar que as áreas mais afastadas do centro seriam espaços destinados aos presídios, hospitais, cemitérios e afastamento dos ambulantes. Além disso, conferem a Faria (2005) as medidas da Câmara naquela época apoiavam-se nos discursos baseados na ideia de que tudo que se relacionava aos pobres era considerado desordem.

Anuncia-se o embrião do fenômeno de diferenciação sócio-espacial no município de Campos, definido por dois aspectos interdependentes: o sobrevalor da área central, com incremento de ações públicas voltadas à garantia da lógica burguesa de desenvolvimento e progresso e o desvalor das áreas periféricas, pela falta de investimento e ocupação progressiva das classes pobres. Além disso, as áreas mais afastadas eram determinadas

para a construção de presídios, cemitérios, hospitais especializados em doenças de caráter epidêmico e contagioso (tuberculose, por exemplo), assim como os matadouros (FARIA, 2005, P. 4784/4785).

Em 1944 é aceito o plano induzido por Salo Brand, então prefeito da cidade, que objetivava ordenar a cidade para além das áreas abrangidas pelo Plano de Saturnino de Brito, com planejamentos voltados também para Guarus, que segundo Faria (2005), finalmente foi integrada à cidade. O plano de Salo Brand foi um importante plano que embora não tenha sido colocado totalmente em prática, privilegiou uma organização da cidade, aliando beleza e funcionalidade, orientou o sentido de expansão da cidade em direção às áreas periféricas (FARIA, 2005, p. 4788).

Com o surgimento e adensamento das favelas em Campos dos Goytacazes entre as décadas de 1950 e 1960, bem como o adensamento populacional na década de 1980 e conseqüentemente o aumento dos problemas socioespaciais (Almeida, 2022), foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de Campos (PDUC).

O PDUC segundo Zacchi (2012) fez parte do Programa de Cidades de Porte Médio do Estado do Rio de Janeiro e tinha como objetivo realizar por meio de leis e documentos, uma análise da questão urbana de Campos, bem como promover o crescimento econômico baseado no setor industrial.

O PDUC se propunha a realizar uma análise técnica da problemática físico-territorial urbana de Campos, materializando-se em leis e documentos técnicos que serviam de respaldo à ação de fiscalização e controle do espaço pela municipalidade, sem, contudo, culminar em intervenções e melhorias necessárias para equalizar e democratizar o acesso à cidade. (Zacchi, 2012, p. 68).

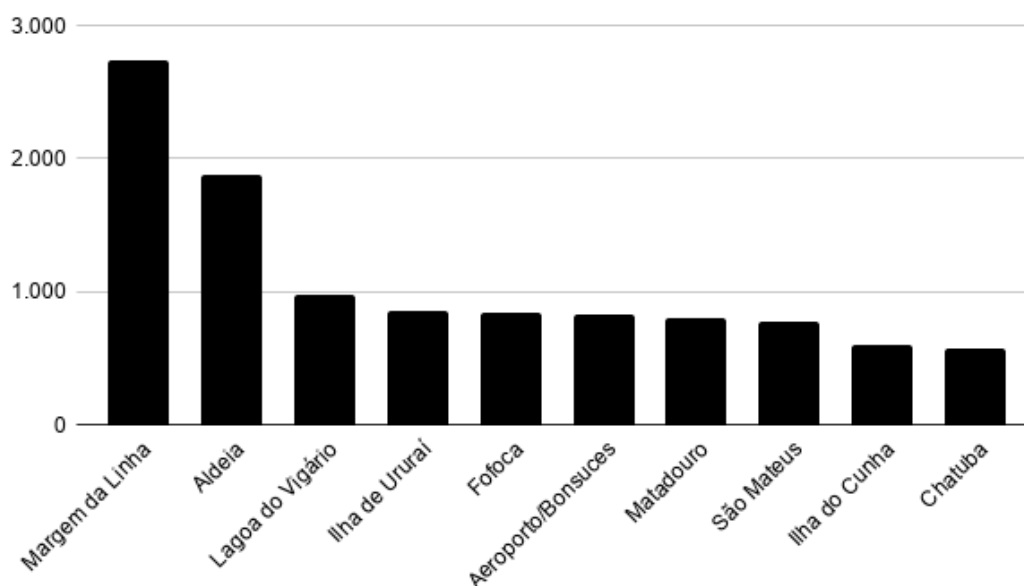
No entanto, Faria e Pohlman (2002) dissertam que este Plano não foi capaz de realizar intervenções e melhorias para democratizar o acesso a cidade.” (p.495).

[...] este instrumento urbanístico proposto pelo Executivo Municipal foi colocado a serviço dos interesses dos usineiros e grandes proprietários de terras em Campos dos Goytacazes (RJ), ao definir áreas prioritárias para expansão urbana e para a implementação de melhorias públicas, as quais fazem reverberar, até os dias atuais, a segregação e as injustiças socioespaciais historicamente consolidadas (Zacchi, 2012, p.68).

Como resultado desse processo histórico, o censo dos anos 2000, apontava para o número de favelas em Campos que aumentava abruptamente, sendo as

maiores a margem da linha, que recentemente vem passando por diversas remoções, e a Favela Aldeia, hoje boa parte foi removida para o Conjunto Habitacional Morar Feliz Aldeia I no Parque Cidade Luz, bem como a Favela e Comunidade Urbana Fundão. O gráfico abaixo objetiva evidenciar as maiores favelas e comunidades urbanas de Campos nos anos 2000, sendo a maior delas a Margem da Linha com quase 3000 habitantes.

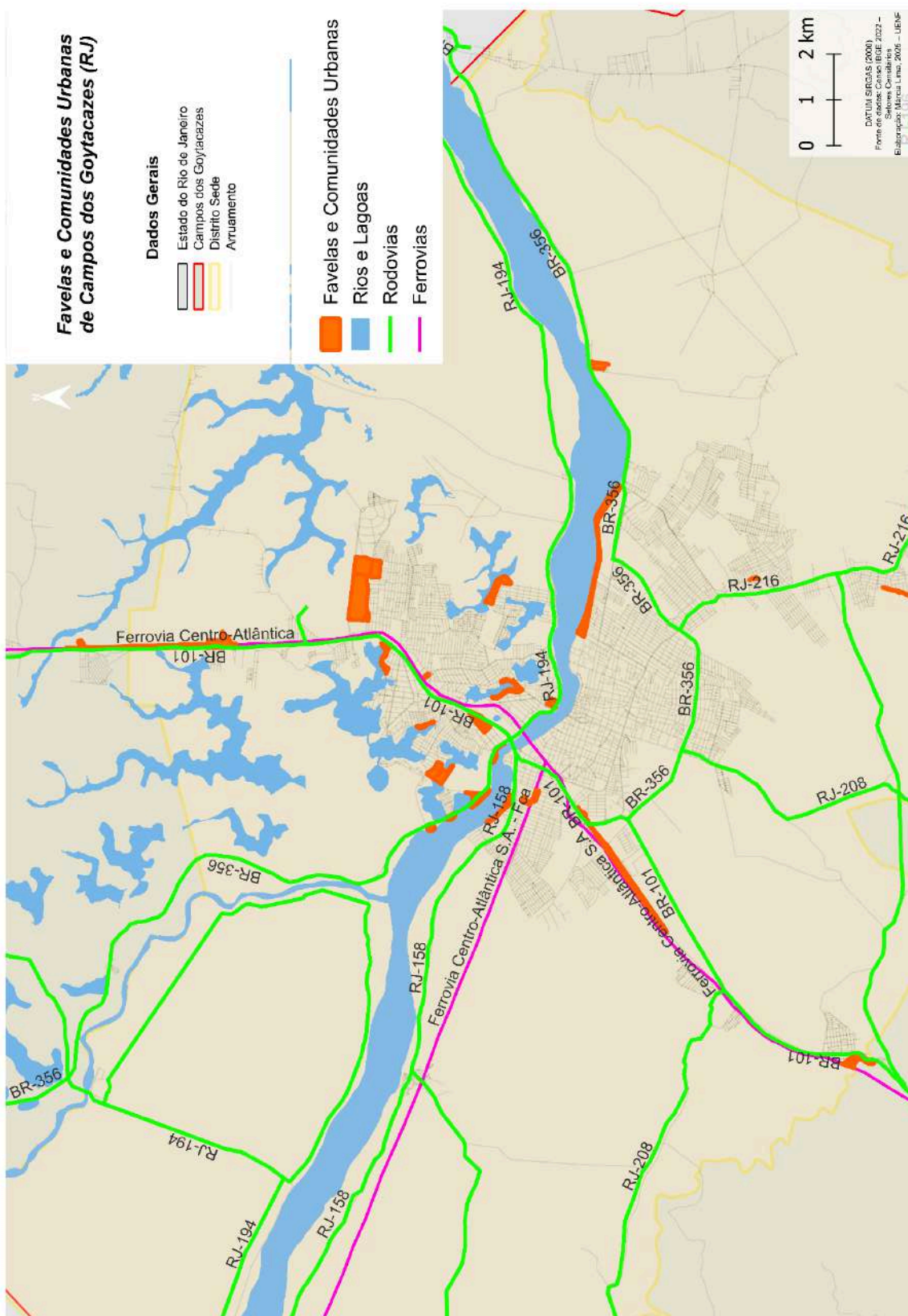
Gráfico 1 - Maiores favelas por população nos anos 2000



Fonte: Adaptado de Censo IBGE (2000) *apud* Faria (2005).

Nos dias atuais, o reflexo dessa trajetória de segregação e planejamento excludente materializa-se na configuração das Favelas e Comunidades Urbanas (FCU) espalhadas pelo tecido urbano. Como se observa no mapa abaixo, essas ocupações não se distribuem de forma aleatória, boa parte acompanha, predominantemente, as margens dos corpos hídricos, as faixas de domínio ferroviário e os eixos rodoviários de Guarus.

Figura 12 - Favelas e Comunidades Urbanas de Campos dos Goytacazes de acordo com o censo de 2022



Fonte: elaboração própria, 2025.

Observadas as características físicas da cidade, as ocupações nas periferias da cidade ocorreram majoritariamente em solos ambientalmente frágeis e que apresentam riscos aos habitantes: em margens de lagoas, rios, rodovias e encostas. Em decorrências dessa trajetória de exclusão territorial, a cidade atualmente, em períodos de fortes chuvas, enfrenta graves problemas envolvendo inundações e enchentes e a população mais afetada, geralmente, são as mais vulneráveis.

A título de exemplificação, a grande enchente que atingiu a cidade em 2007, quando o Rio Paraíba do Sul atingiu 11 metros, as primeiras localidades afetadas foram as ocupações nas margens do rio, marcadas pela presença de populações de baixa renda (Siqueira e Malagodi, 2013).

Em 2007, o desastre ocorrido foi o maior da história de Campos, quando o rio atingiu a cota de 11,6 metros. Em geral, os primeiros bairros a serem atingidos são aqueles localizados às margens do rio, como a Ilha do Cunha, Matadouro e Tira-Gosto, todos eles constituídos por populações de baixa renda (Siqueira E Malagodi, 2013, p. 6).

Sob essa ótica, é possível observar a dialética a qual refere-se Corrêa (1989); Lefebvre (2006); Santos (2020); ao tratar do espaço geográfico: por um lado a expansão urbana da cidade trouxe consigo diversos símbolos de modernização e por outro a fragmentação socioespacial. Em suma as intervenções no espaço urbano ao longo dos séculos, embora tenham promovido grandes avanços, reforçam desigualdades, sobretudo ao direcionar populações mais vulneráveis para áreas periféricas e com maior risco ambiental.

### **2.3 POLÍTICAS SOCIAIS DE HABITAÇÃO NA CIDADE DE CAMPOS**

Como observado até aqui, a geografia da cidade de Campos dos Goytacazes é historicamente marcada pela recorrência de inundações. Para além de fatores geográficos, geomorfológicos, climáticos e hidrográficos, o organograma abaixo de autoria do jornalista Edmundo Siqueira, do Jornal Folha 1, ilustra as principais enchentes vivenciadas no espaço da cidade ao longo do tempo.

Figura 13 - Grandes enchentes (inundações) em Campos dos Goytacazes



Fonte: Folha1 - Edmundo Siqueira, 2023

Somada às recorrentes enchentes, a questão geográfica articula-se com a desigualdade vivida no espaço da cidade. Esta como vimos em seções anteriores, marcada pelo crescimento exponencial urbano, parcelamento do solo que empurra populações mais vulneráveis para áreas mais frágeis ambientalmente. Com isso contribuiu Mendes, 2015, p. 121:

As características geográficas, políticas e econômicas do município, atreladas à segregação socioespacial dos pobres, foi, ao longo do tempo, contribuindo para a ocupação de áreas inapropriadas para a construção de moradias. Por consequência, carecendo de intervenções públicas no provimento de moradia digna para esta população.

Segundo dados do censo de 2022 do IBGE, o município no início do século XXI atingiu 89,4% da taxa de urbanização, conforme a tabela abaixo.

**Tabela 02 - Crescimento da taxa de urbanização de Campos do Goytacazes**

Unidade Territorial	1970	1980	1991	2000	2010	2022
Carapebus				79%	79%	82%
Campos dos Goytacazes	55%	58%	83%	89%	90%	93%
Cardoso Moreira				64%	69%	71%
Conceição de Macabu	63%	71%	82%	88%	86%	90%
Macaé	61%	73%	88%	95%	98%	97%
Quissamã			42%	56%	64%	81%
o Francisco de Itabapoã				48%	51%	62%
São Fidélis	33%	44%	64%	72%	79%	83%
São João da Barra	17%	39%	50%	71%	78%	80%
Norte Fluminense	50%	58%	79%	85%	88%	91%
Rio de Janeiro	88%	92%	95%	96%	97%	98%
Brasil	56%	68%	76%	81%	84%	87%

Fonte: Atlas Socioeconômico do Norte Fluminense, 2024.

Nesse ínterim, como aponta Ribeiro (2021) nesse processo, acentuaram-se o número de edificações no espaço de Campos em locais periféricos. “As moradias em condições de precariedade e insalubridade vão dando forma à realidade habitacional das famílias moradoras das periferias campistas” (Ribeiro, 2021, p.

115). Esse contexto culminou em intervenções do poder público, como destaca a supracitada autora, em medidas imediatistas e pontuais. Em suas palavras: No caso de Campos, as intervenções pautaram-se historicamente em soluções imediatistas e emergenciais com a remoção e o abrigamento das famílias em escolas, que se transformaram em abrigos e só depois envolveu-se com Políticas Sociais de Habitação.

Antes de avançarmos, diferenciamos Política Social e Políticas Públicas. Ao pensar em políticas sociais, é comum associá-las ao conceito de políticas públicas. Apesar da forte relação entre ambos conceitos, as políticas públicas referem-se especificamente às ações do governo, exercidas por meio do poder, visando a soluções concretas para problemas específicos. Já as políticas sociais têm um caráter transversal e estão imbuídas nas políticas públicas, uma vez que todas essas políticas impactam a esfera social de alguma maneira, isto é, a política social é em realidade uma ordem superior e metapolítica que justifica o ordenamento de quaisquer outras políticas.

Conforme aponta Carvalho (2007, p. 74), “A principal característica das políticas sociais é a sua transversalidade. Assim como a questão ambiental, as políticas sociais devem ser um objetivo presente e permanente em todas as atividades do governo, e não uma ação setorial e conjuntural”.

Um marco importante nas políticas sociais foi o fim da Segunda Guerra Mundial, com a criação do Estado de Bem-Estar-Social e a introdução de serviços estatais abrangentes para combater problemas sociais (Alcock, 2012). Pereira (2010) considera esse período como a "época de ouro" do Estado de Bem-Estar, compreendendo os anos de 1945 a 1975.

Nesse período, especialmente entre as décadas 1950 e 1970, o Estado dos países capitalistas centrais do Ocidente, excluindo o dos Estados Unidos, se comprometia a garantir o pleno emprego, a cobertura universal de serviços sociais (como saúde e educação) e o estabelecimento de um mínimo de proteção social a toda a população (Pereira, 2010, p. 2).

Transpondo essa evolução para o cenário local, observa-se que as primeiras ações do município de Campos em relação à política social de habitação ocorreram na década de 1960, mediante a intervenção da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB) financiado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) (Ribeiro, 2021). O papel da prefeitura de Campos era realizar intermediação entre proprietários de

terras e a CEHAB. Conforme apontou Duarte (2008), o programa inicialmente beneficiou famílias de 1 a 3 salários mínimos e expandiu para famílias de até 5 salários mínimos.

Nesse contexto, o panorama habitacional em Campos foi composto por diversos conjuntos habitacionais construídos em bairros distintos, como o João XXIII em Nova Brasília, Pq. Lebret no Lebret, Guadalajara (Pombal) na Pecuária, Santo Amaro em Santo Amaro, João Paulo II em Ururá, Lagoa Dourada na Pelinca, Duas Lagoas no Centro, Francisco Lamego em Guarus (conhecido como balança mas não cai); Penha na Penha; São Salvador (Formosão) no Centro, Alberto Torres no Centro e João Maria no Pq. João Maria (Ribeiro, 2021, p. 121). Entretanto, um novo marco surge com a descentralização e a constituição de 1988. Nessa mudança, são atribuídas as incumbências de gestão e planejamento aos Municípios, o que resulta em 1989 na criação do Programa o *Programa Pode Entrar Que a Casa é Sua*.

[...] a produção municipal de habitação popular teve início com o Programa “Pode entrar que a casa é sua”, que consistia na construção de vilas, e as casas eram doadas para famílias que se encontravam em situação emergencial. Foram construídas 6 vilas, com 182 unidades habitacionais, em parceria com os governos federal e estadual (Mendes, 2015, p. 123).

Em continuidade a esse processo, Ribeiro (2021) sistematiza as Vilas construídas nesses períodos o que resulta na tabela abaixo:

**Quadro 04 - Vilas construídas**

Vilas	Local	Origem das famílias	Unidades	Ano	Recursos
Vila da Paz	Baleeira - Caju	Galpão de Madeira	14	1989	PMCG
Vila Esperança	Oriente - Pecuária	Galpão de Madeira	12	1989	PMCG
Vila Felicidade	Jockey	Beira-valão / Lixão	9	1990	PMCG
Vila Getulio Vargas	Santa Helena	Debaixo da ponte da Lapa	42	1991	PMCG
Agrovila Manhães	Vila Manhães	Famílias da localidade	13	1993	PMCG
Vila dos Pescadores	Farol de S. Thomé	Frigorífico desativado Faixas da BR	92	1994	PMCG
<b>Total</b>	182				

Fonte: Ribeiro, 2021.

Posteriormente, o Município implementou um sucessão de outros programas, tais como: o Vale Construção e o S.O.S Habitação, que variaram entre doação de lotes e auxílio-aluguel (Mendes, 2015), conforme sintetizado na tabela abaixo:

**Quadro 05 - Programas Habitacionais desenvolvidos no espaço de Campos de 1991 - 2021**

Ano	Programa	Principais Características
1991	<b>Vale Construção</b>	Pequenas reformas e reconstrução de cômodos (até 1/2 salário mínimo.). Ativo até 2001.
1992	<b>Cada Família tem um Lote</b>	Doação de lotes na CODIN (Terra Prometida). Substituiu mutirão por casas de 1 cômodo sem banheiro.
1993	<b>S.O.S Habitação (Aluguel Social)</b>	Auxílio emergencial (1/2 salário mínimo) para vítimas de inundações. Ativo até hoje.
2000	<b>Comunidade Legal</b>	Urbanização de favelas. Ex: Reforma da Vila Tamarindo.
2005	<b>Reforma do Aluguel Social</b>	Reformulado pelo Dept. de Habitação com foco em áreas de risco.
2007	<b>Projeto Casa Nova</b>	Nova nomenclatura do "Vale Construção", focado em vítimas das inundações de 2007.
2009	<b>Cheque-Construção</b>	Crédito de R\$ 1.500 para material (mão de obra por conta do morador). Gestão Rosinha.
2009-2016	<b>Programa Morar Feliz</b>	O maior programa habitacional; foco em remover moradores de áreas de risco e do Aluguel Social.
2011	<b>Bairro Legal</b>	Obras de infraestrutura (drenagem, pavimentação e esgoto) em diversos bairros.
2011	<b>Projeto Titularidade</b>	Cadastramento para regularização fundiária (ZEIS) em comunidades como a Lapa e CODIN.
2013	<b>Meu Bairro é Show</b>	Recuperação de infraestrutura e pavimentação.
2015	<b>Viver Feliz</b>	Ações nos conjuntos do Morar Feliz para entrega de títulos de posse.
2020	<b>A Casa é Sua</b>	Regularização fundiária e infraestrutura na Lagoa do Sapo (Eldorado).
2021	<b>Mudança no Aluguel Social</b>	O Programa passa a ser gerido como benefício da Proteção Social Básica (Assistência Social).

Fonte: Construída em cima de dados disponibilizados por: Duarte (2008); Mendes (2015) e Ribeiro (2021).

Um divisor de águas nesse contexto, como nos informa Oliveira e Pedlowski (2012), se dispõe a Lei ordinária n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, que estabeleceu o pagamento em royalties aos municípios produtores de petróleo, como é o caso de Campos na Bacia sedimentar de Campos.

A Bacia de Campos é responsável por mais de 80% da produção nacional do petróleo, e os municípios confrontantes com os poços recebem, portanto, a parte mais significativa das compensações financeiras municipais

advindas da exploração e produção de petróleo e gás no país (Dutra, 2015, p. 82).

Em consonância, Ribeiro (2021) destaca que essa autonomia financeira permitiu que programas em diversas esferas fossem implementados em Campos, incluindo o Programa Habitacional Morar Feliz.

A elaboração e implementação do PMF foram de responsabilidade exclusiva do governo municipal, que define a utilização de recursos próprios oriundos estritamente dos royalties do petróleo, não havendo convênio ou parceria do município com outras esferas de governo. Vale destacar que, no período em que o PMF foi desenvolvido, a receita municipal alcançou recordes nas rendas provenientes do petróleo, chegando a arrecadar, em 2012, o valor de 1,3 bilhões de reais, tempos gloriosos no cenário econômico campista. (Ribeiro, 2021, p. 141).

Instituído pelo Decreto Municipal nº 055/2011, o programa de habitação popular denominado “Morar Feliz” compõem o quadro de políticas vinculadas ao planejamento e gestão urbana. Para compreender a lógica do Morar Feliz, faz-se necessário distinguir os conceitos de planejamento e gestão. Por planejamento e gestão, entende-se uma atividade que remete ao futuro que busca prever a evolução de um fenômeno ou processo, bem como objetiva se prevenir contra problemas e dificuldades. Gestão entende-se como a medida a curto prazo dentro do planejamento. Primeiro planeja e depois gere (Souza, 2011).

Assim, o programa habitacional Morar feliz é um planejamento que tem por objetivo realocar as famílias que residem em zonas de risco (como, por exemplo, encostas de rios e lagoas e rodovias) ou em situação de vulnerabilidade social. Por sua vez as medidas de gestão materializam-se na construção de residências nos conjuntos habitacionais populares, processo que teve início a partir de 2010. (Gonçalves e Cruz, 2018, p. 24)

Segundo a *United Nations Office for Disaster Risk Reduction*, em português “Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres” (UNDRR)<sup>8</sup>, o programa "Morar Feliz" da Prefeitura de Campos mostra-se como fruto de uma decisão de incorporar a gestão de riscos e desastres que resultou nos programas Morar feliz, bairro legal, dentre outros.

---

<sup>8</sup> UNDRR é uma Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres. Dados relacionadas ao PHMF podem ser encontrados por meio deste link: <https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/uploads/city/attachments/4263-10827.pdf>

Desde 2009 a Prefeitura de Campos dos Goytacazes/RJ tomou a decisão de incorporar de forma progressiva a gestão do risco de desastres, para isso vem desenvolvendo vários projetos, tais como: Programa Morar Feliz, Bairro Legal, Bairro Show, assim também como obras de infraestrutura, obras de drenagem realizadas nas áreas mais baixas e manutenção dos cisternões, tendo em vista o município estar localizado em uma planície o que aumenta a possibilidade de acúmulo de água em caso de elevadas precipitações pluviométrica (UNDRR, 2019).

Nesse sentido, o programa surgiu com intuito de zerar o número de pessoas vivendo em áreas de risco, no aluguel social e foi dividido em duas fases. A fase 1 foi de 2010 a 2012 e a fase 2 de 2012 a 2014. Para este programa foi adotada parceria entre diversas secretarias. No quadro abaixo, elaborado a partir do que dispõe Ribeiro (2021), sintetiza a função de cada órgão dentro do programa.

**Quadro 06 - Órgãos que participaram do Programa**

Fase	Órgão Responsável	Ação Principal
<b>Identificação do Risco</b>	Defesa Civil	Emissão de laudos e retirada de emergência.
<b>Construção</b>	EMHAB	Desapropriação e obra física.
<b>Seleção Social</b>	Assistência Social	Visitas, triagem e assinatura do contrato.
<b>Gestão do Programa</b>	Governo	Supervisão geral e gestão do síndico.
<b>Pós-Ocupação</b>	Assistência / EMHAB	Palestras, CRAS e fiscalização do imóvel.

Fonte: Ribeiro, 2021, p.139/140.

Neste contexto de políticas sociais voltadas para habitação, de acordo com Ribeiro (2021) foram edificados 27 conjuntos habitacionais entre 1999 a 2021, dentre eles o Conjunto Habitacional Aldeia II, fruto do Programa Habitacional Morar Feliz, que recebeu população removida da FCU Fundão, foco desta pesquisa.

### **Síntese do capítulo**

Por meio deste capítulo, pudemos perceber que a cidade de Campos dos Goytacazes desde suas origens foi marcada pela dialética espacial, uma vez que frequentemente privilegiou interesses das classes dominantes que metamorfoseiam-se ao longo do tempo em senhores de engenhos, usineiros e grandes proprietários de terra. Entende-se que tal dialética espacial não é fruto

apenas da escala local, mas são manifestações locais de problemas regionais, nacionais e até internacionais (Souza, 2011).

Somado a isso, a geografia da cidade aponta a forte relação entre pobreza e degradação ambiental, uma vez que a população mais pobre ocupa/ocupou áreas mais vulneráveis ambientalmente, como margens de lagoas, rios, margens de rodovias e ferrovias, fato apontado numa maior escala por Maricato (2006) e num panorama campista: “a ocupação periférica de Campos e a tendência da população imigrante mais pobre é a de ocupar áreas como beira de brejos, beira de rio e lagoas formando favelas.” (Guimarães; Póvoa, 2005, p. 12).

Como observado, a configuração socioespacial da cidade é indissociável de sua base física: o avanço das ocupações sobre solos de baixa drenagem, como os Gleissolos e solos Aluviais, associado à pobreza geracional deixada pelo imperativo do açúcar, consolidou um cenário de vulnerabilidade latente.<sup>9</sup>

É nesse contexto de saturação urbana e recorrência de desastres que surge, em 2009, o Programa Morar Feliz, durante a campanha e, posteriormente, gestão da ex-prefeita Rosinha Garotinho.

Diferente das iniciativas precedentes, o Morar Feliz foi concebido com recursos próprios, advindos dos royalties do petróleo, fundamentou-se em um forte discurso remocionista, amparado pela necessidade técnica de retirar o máximo de famílias de áreas de risco iminente como beiras de cursos hídricos, faixas de domínio ferroviário e rodoviário, além de atender àqueles que dependiam do Aluguel Social.

Embora o Morar Feliz tenha representado um avanço ao retirar famílias de áreas ambientalmente frágeis ou de risco e ir ao encontro do que foi apresentado no site UNDRR, a política também é alvo de críticas por consolidar processos de segregação socioespacial, uma vez que retiram populações de áreas que consideram como de risco e realocar em periferias excluídas, como é o caso do Aldeia II, localizado sob redes de alta tensão de furnas.

Ao concentrar grandes contingentes em conjuntos habitacionais periféricos, frequentemente distantes dos centros de emprego e serviços, o poder público acaba por transferir a problemática do risco ambiental para a problemática da periferização.

---

<sup>9</sup> Aqui associamos o que foi trabalhado no capítulo anterior sobre geossistemas.

Além disso, como evidenciado, o programa não contou com participação popular em seu processo, o que negligenciou diversas demandas de tais populações.

### **3 - METODOLOGIA**

Com o propósito de alcançar os objetivos da pesquisa, nos debruçamos em procedimentos metodológicos diversos, bem como algumas técnicas de coleta de dados para além de entrevistas. Consideramos importante retomar os objetivos da pesquisa nesta etapa, sendo eles:

- Analisar a interpretação dos riscos socioambientais pelos moradores;
- Compreender fatores que motivam a permanência na localidade;
- Analisar o histórico da localidade;
- Mapear a distribuição do risco na localidade sob uso de ferramentas de geoprocessamento.

Nesse sentido, a presente pesquisa utiliza-se da abordagem qualitativa, estruturada por meio de dados primários e secundários. A escolha por esta abordagem ocorreu, sobretudo, devido ao referencial teórico que evidencia em diversos momentos a relação indissociável entre objetos e ações, bem como as experiências vividas nos trabalhos de campo.

Assim, pautando-se na construção de Chizzotti (2018) a respeito da abordagem qualitativa, tornou-se pulsante tal abordagem nesta pesquisa. O autor a define como fundamentada na relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, acrescenta também que o sujeito observador (entendido aqui como o pesquisador) como parte integrante do processo, uma vez de a análise e interpretação dos dados parte de sua subjetividade. Segundo, Chizzotti (2018)

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (Chizzotti, 2018, p. 78)

Ademais, Chizzotti (2018) apresenta um caminho que identificamos como fundamental para investigar a realidade pesquisada nesta dissertação que permite observarmos todas as matizes do campo:

Na pesquisa qualitativa todos os fenômenos são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio. É necessário encontrar o significado manifesto e o que permaneceu oculto (CHIZZOTTI, 2018, p. 83).

Durante os trabalhos de campo, a orientação metodológica formulada por Chizzotti (2018) mostrou-se de extrema importância ao nos depararmos com o silêncio de alguns moradores, o medo, a desconfiança. Inicialmente, interpretados como barreiras, esses comportamentos foram ressignificados. Por meio disso, compreendemos que tais reações não eram ausências de dados, mas sim dados em si: manifestações latentes que revelam as tensões e a complexidade do contexto social estudado.

Os procedimentos técnicos de pesquisa utilizados se dispõem em pesquisas bibliográficas em dissertações, teses, artigos e publicações, bem como pesquisas em bases primárias como livros que tratam a temática, com objetivo de entender o que já foi produzido e construir um maior embasamento teórico. Além disso, foram realizados trabalhos de campo com objetivo de coletar dados referentes aos objetivos propostos.

As técnicas adotadas inicialmente foram entrevistas, posteriormente após nos depararmos com algumas particularidades do campo, utilizamos outras técnicas como observação participante, percurso comentado, conversas informais. Como complemento, foram realizadas coletas de dados em documentos como o plano diretor, legislação ambiental, relatórios produzidos pela Defesa Civil de Campos dos Goytacazes e materiais jornalísticos. Os instrumentos utilizados foram Roteiro de perguntas e diário de campo, sendo este em meio físico.

### **3.1 COLETA DE DADOS PRIMÁRIOS**

As primeiras incursões ao campo ocorreram durante o primeiro ano de mestrado, o qual baseou-se na metodologia de observação. Esse primeiro momento foi importante para, de maneira inicial, identificar as habitações que permaneceram, as que possivelmente surgiram depois das remoções. Durante esse período foram

realizados registros fotográficos de pontos de erosão, identificação de casas expostas a riscos e o levantamento do número de habitações remanescentes. Conforme Lakatos (2003):

A observação ajuda o pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento. Desempenha papel importante nos processos observacionais, no contexto da descoberta, e obriga o investigador a um contato mais direto com a realidade. É o ponto de partida da investigação social. (Marconi e Lakatos, 2003, p. 191).

Durante o ano o final de 2024 e o ano de 2025, foram realizados trabalhos de campo mais frequentes, com os quais, inicialmente, possuímos como objetivo aplicar formulários aos moradores com intuito de coletar dados e entender algumas questões relacionadas a como a população vivencia o risco socioambiental na localidade. Embora os moradores da localidade demonstraram receptividade nas conversas espontâneas, a solicitação de entrevistas formais, frequentemente, geram silenciamentos e desconfiança. Um dos poucos moradores que aceitou ser entrevistado esclareceu a origem de tal resistência: às intervenções do poder público foram precedidas por questionários e levantamento de dados que tiveram como consequência avisos de remoção.

Essa experiência foi determinante para reorientar a estratégia metodológica. Rodrigues (2023), chama atenção para o silêncio produzido pelos interlocutores quando temas relacionados à violência urbana são tocados. Compreender o risco socioambiental e o urbanismo de risco em Campos dos Goytacazes implica, necessariamente, lidar com as entrelinhas da violência urbana. Nesse contexto, tal experiência revelou aplicação que a aplicação de formulários poderia operar nesse espaço como algo invasivo e desconfortante

Diante disso, buscamos a estratégia de triangulação metodológica, onde buscamos combinar técnicas díspares. Essa escolha entendemos como uma maneira ética de respeitar o espaço dos participantes, bem como obter dados mais realistas dos mesmos. Assim, realizamos as seguintes abordagens: entrevistas semiestruturadas; percurso comentado, conversas informais e diários de campo, conforme a tabela abaixo.

**Quadro 07 - Técnicas utilizadas na pesquisa**

<b>Tipo de Abordagem</b>	<b>Instrumento Utilizado</b>	<b>Como foi realizada</b>	<b>Nº de Participantes</b>
<b>Entrevista semiestruturada</b>	Roteiro com perguntas abertas	Entrevistas individuais com dois moradores, realizadas em ambiente domiciliar. Também foi realizada entrevista semiestruturada com uma assistente social que fez parte do período que precedeu as remoções (por telefone).	3
<b>Percurso comentado</b>	Percurso com morador pela comunidade	Caminhada com um dos moradores mais antigos que narra a história do lugar enquanto circulava pela localidade	1
<b>Conversas informais</b>	Diálogos espontâneos	Conversas realizadas com moradores em momentos não programados (portões, praças, comércios, festa); Conversas sobre a localidade com mais uma assistente social que também fez parte das remoções.	11

### **3.1.1 PERCURSO COMENTADO**

Lynch (1960) ao dissertar sobre a cidade, aborda o conceito de imaginabilidade entendido por ele como uma qualidade de um objeto físico (ele utiliza cidade como escala de análise) que oferece possibilidade de evocar uma imagem num observador. Essa imaginabilidade não tem algo fixo e limitado, também não quer dizer algo visível, óbvio ou evidente, uma vez que as imagens do meio, em sua concepção, são resultantes de um processo entre observador e meio.

Somado a isso, Thibaud (2001) pode dialogar com o citado autor, pelos percursos comentados. De acordo com thibaud (2001), o método baseia-se em:

O método dos percursos comentados tem como objetivo principal acessar a experiência sensível do pedestre. Trata-se, antes de tudo, de obter relatos de percepção em movimento. Três atividades são, portanto, solicitadas simultaneamente: caminhar, perceber e descrever. Como mostraremos a seguir, esse método se insere em um contexto de abordagem interdisciplinar mais amplo que recorre tanto às ciências para engenharia (acústica, iluminação), às ciências do design (arquitetura, urbanismo) quanto às ciências sociais (micro-sociologia). (*Tradução nossa*) (Thibaud, 2001, p. 4)

Conforme Thibaud (2001) o objetivo desta metodologia é captar os sentidos do observador, é entender como a pessoa se sente em contato com determinado ambiente. Embora nossa pesquisa não trate de entender os sentidos, a metodologia oferece subsídios de grande valor uma vez que o percurso evoca lembranças que o entrevistado não contaria sentado em uma sala, como ação de acordar uma memória.

**Quadro 07 - Etapas do percurso comentado - Thibaud (2001)**

Categoria	Descrição das instruções	Objetivo principal
Descrição sensorial	Relatar com precisão o ambiente percebido e sentido (visão, som, tato, temperatura, olfato, movimento).	Captar a ambiência do local através de todas as modalidades sensoriais do indivíduo.
Liberdade de percurso	O campo é definido antes, mas o trajeto exato, o ritmo, as paradas e os retornos ficam a critério do entrevistado.	Garantir que o percurso seja uma experiência espontânea.
Condições da experiência	Duração média de 20 minutos. Uso um gravador. Aqui o pesquisador atua como ouvinte atento, intervindo o mínimo possível.	Manter o foco na atenção do observador e garantir o registro fiel dos relatos em tempo real.

Fonte: Thibaud (2001) adaptado.

Cabe salientar que, como maneira de preservar a identidade dos interlocutores, sobretudo em virtude de ser uma área em disputa, não utilizaremos os nomes reais dos mesmos, seus nomes serão substituídos por codinomes.

### **3.1.2 ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

No que tange a técnica de pesquisa baseada em entrevista semiestruturada, foram realizadas com dois moradores de maneira simultânea. Conforme Marconi e Lakatos (2003) este tipo de entrevista, entendida como despadronizada ou

não-estruturada, permite liberdade ao entrevistador para o desenvolvimento de cada situação. As autoras apontam que neste tipo de entrevista:

O entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal (Marconi e Lakatos, 2003, p. 197).

Para Martins e Bógus (2004), as entrevistas semiestruturadas permitem a captura de informações desejadas com qualquer entrevistado. Elas apontam que neste tipo de entrevista, o entrevistador deve observar também os aspectos não verbais, uma vez que:

Há toda uma gama de gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, hesitações, alterações de ritmo, enfim, toda uma comunicação não verbal cuja captação é muito importante para a compreensão e a validação do que foi efetivamente dito (Martins e Bógus, 2004, p.50).

Por meio desta técnica foi possível, como apontamos acima, compreender os silêncios e resistências do campo. Também foi possível entender, por meio de uma outra visão, como ocorreu o processo de remoção.

### **3.1.3 CONVERSAS ESPONTÂNEAS**

A escolha pelas conversas espontâneas, fundamenta-se no que Cardoso de Oliveira (1996) aponta como a tríade metodológica: Olhar, ouvir e escrever<sup>10</sup>.

Oliveira (1996) lança críticas ao método das entrevistas, uma vez que para ele, cria uma relação de hierarquia entre pesquisador e pesquisa, construindo uma ilusão de interação. Dessa forma o autor sugere que ao privilegiar o ouvir em situações de interação, ou seja, pelo o estando lá, é possível captar ideias subjetivas e memória histórica dos moradores. Nas palavras do autor:

Trocando ideias e informações entre si, etnólogo e nativo, ambos igualmente guindados a interlocutores, abrem-se a um diálogo em tudo e por tudo superior, metodologicamente falando, à antiga relação pesquisador/informante. O Ouvir ganha em qualidade e altera uma relação,

---

<sup>10</sup>Em sua obra "O Trabalho do Antropólogo: Olhar, Ouvir, Escrever", Cardoso de Oliveira (1996) fundamenta sua tríade metodológica como uma estratégia para lidar com campos onde pesquisador e pesquisadora não compartilham o mesmo 'idioma cultural'. Nesta pesquisa, contudo, o 'estranhamento' encontrado no campo não adveio de barreiras linguísticas, mas do impacto de técnicas de investigação que evocavam momentos de opressão antecedentes às remoções.

qual estrada de mão única, numa outra, de mão dupla, portanto, uma verdadeira interação (Oliveira, 1996, p.21)

Após o olhar e ouvir, se sucede a fase do escrever, o qual relatos orais são transformados em textos e integrados à análise e, conseqüentemente, transformados em conhecimento acadêmico.

### **3.1.4 DIÁRIOS DE CAMPO**

Os diários de campo constituíram uma ferramenta indispensável nesta pesquisa, que como o suporte material para a etapa do 'Escrever' apontado por Oliveira (1996). No contexto desta escrita, o diário de campo permitiu resgatar e fixar momentos que escaparam aos aparelhos de gravação.

### **3.1.5 PRODUTOS CARTOGRÁFICOS<sup>11</sup>**

Além dos dados primários, a pesquisa fundamentou-se na análise e no processamento cartográfico de informações provenientes de órgãos oficiais. Para a elaboração dos mapas de localização, foram utilizadas as malhas territoriais do IBGE (Censo 2022), especificamente o recorte sobre "Favelas e Comunidades Urbanas", que permitiu situar a área de estudo dentro da nova classificação censitária nacional.

De maneira complementar, foi produzido um mapa de suscetibilidade a inundação e erosão. Este produto cartográfico baseou-se nos dados técnicos contidos no relatório da Defesa Civil (2025). A partir deste documento, os graus de vulnerabilidade foram especializados, traduzindo as informações descritivas do relatório em zonas de risco visualmente identificáveis no território da FCU Fundão.

## **3.2 DADOS SECUNDÁRIOS**

Foram realizadas pesquisas bibliográficas básicas e complementares como suporte teórico-conceituais em livros, periódicos, trabalhos publicados em eventos e com o uso da Internet. Foram consultados arquivos de jornais locais bem como materiais cartográficos históricos.

---

<sup>11</sup> Os mapas e representações gráficas constam no capítulo seguinte, servindo como suporte visual à argumentação apresentada.

Além disso, foram pesquisados referenciais teóricos conceituais, informativos e históricos para embasar a pesquisa em livros, artigos, dissertações de mestrado e teses de doutorado.

No que trata de dados relativos à localidade estudada, buscamos dados relacionados à população, como os dados referente a cor ou raça, e número de moradores pelo Sistema IBGE de Recuperação Automática, a plataforma SIDRA. Os dados coletados neste repositório evidenciaram que a população negra na localidade mostra-se como maioria.

**Tabela 03 - Censo do IBGE de 2022, malha territorial: Favelas e Comunidades Urbanas. Dados de cor ou raça**

Tabela 9884 - População residente em favelas e comunidades urbanas, por cor ou raça, sexo e grupos de idade, segundo as Favelas e Comunidades Urbanas																	
Variável - População residente em favelas e comunidades urbanas (Pessoas)																	
Favela e Comunidade Urbana 2022 - Fundão - Campos dos Goytacazes (RJ)																	
Grupo de idade - Total																	
Ano - 2022																	
Cor ou raça x Sexo																	
Branca			Preta			Amarela			Parda			Indígena			Sem declaração		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
28	13	15	31	15	16	-	-	-	32	21	11	2	1	1	-	-	-
Fonte: IBGE - Censo Demográfico																	

Fonte: Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA

Quanto aos dados referentes ao risco na região foram obtidos através de relatório, documentos, mapas e fotografias por meio do contato com a secretaria municipal da defesa civil de Campos dos Goytacazes no ano de 2025.

### 3.3 TRATAMENTO DOS DADOS

O método utilizado para tratar os dados coletados em campo se dispõe na análise de conteúdo de Bardin (2011) utilizado tanto em pesquisas quantitativas quanto qualitativas, o local de tabulação dos dados foi o *google sheets* ou planilhas, devido a familiaridade com a plataforma. Posteriormente, foram analisados e por fim interpretados e divulgados na dissertação final. Nesta pesquisa utilizamos o referido método no *corpus* total da pesquisa.

A análise de conteúdo trata-se de:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin, 2011, p. 47).

### **3.4 DESAFIOS DO CAMPO**

A partir da leitura da obra '*Quando a limonada antropológica azeda*', organizada por Toniol e Fleischer, Soraya (2023) e por recomendação da orientação acadêmica, compreendeu-se a importância de integrar à metodologia as falhas e os desafios enfrentados durante a pesquisa. Como aponta a literatura acima, o campo não é um espaço neutro de acontecimentos, tudo o que planejamos pode não acontecer.

Portanto, consideramos imperativo ressaltar que o percurso investigativo não esteve isento de desafios estruturais e intercorrências de campo que redefiniram as estratégias de coleta de dados. Como pesquisadora mulher, embora houvesse uma consciência teórica sobre as vulnerabilidades inerentes ao trabalho de campo, deparei-me com situações de assédio que, embora não explicitadas em sua crueza neste texto, impuseram barreiras e exigiram um constante redimensionamento das abordagens e da segurança pessoal, evidenciando como as questões de gênero perpassam e, por vezes, hostilizam o fazer científico.

Somado a esse fator, o histórico de intervenções de órgãos públicos na FCU Fundão, frequentemente pautado por abordagens invasivas e remoções, gerou um clima de compreensível desconfiança por parte dos moradores. Experiências anteriores envolvendo questionários e entrevistas formais para fins institucionais deixaram marcas na memória coletiva, dificultando a aceitação de roteiros rígidos de pesquisa. Diante dessa resistência, optou-se pela substituição das entrevistas estruturadas por conversas espontâneas e informais, método que permitiu o estabelecimento de um vínculo de alteridade e maior fluidez nos relatos.

Nesse sentido, a escolha dos interlocutores não seguiu uma amostragem aleatória, mas pautou-se na inclinação voluntária e, sobretudo, na construção de uma relação de confiança entre pesquisadora e moradores da localidade. Nem todos os sujeitos abordados dispuseram-se a dialogar sobre a problemática do risco e do território, o que aponta para um silenciamento decorrente de sucessivas situações

de opressão e invisibilização promovidas pelo Estado, tornando o ato de falar, por si só, um gesto de confiança e resistência.

#### 4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO: ENTRE A MEMÓRIA, O TERRITÓRIO E A INTERPRETAÇÃO DO RISCO

Neste capítulo, optou-se por integrar a caracterização da área de estudo à análise dos resultados, uma vez que objetivamos trazer a história da localidade integrada às falas de interlocutores, sobretudo distante da escassez de pesquisas sobre a localidade. Assim, iniciaremos com a caracterização da área de estudo, na qual a mesma também terão resultados de coleta de dados. Em seguida, traremos os eixos estruturados a partir das categorias de análise construídas através da coleta de dados primários que contribuem para responder o problema de pesquisa elaborado nesta dissertação, uma vez que permitem compreender como a população interpreta os riscos socioambientais.

A primeira categoria se refere a cronologia da localidade onde abordaremos os períodos pré e pós-remoções. O objetivo é reconstruir a história da localidade a partir dos relatos dos interlocutores. A segunda categoria, por sua vez, busca analisar o discurso do risco como ferramenta de legitimação para remoções com foco entre risco técnico e risco interpretado. Como subcategoria deste eixo, buscamos discutir as remoções associadas à construção da ponte, justificadas pelo poder público. Por fim, a terceira categoria trata-se do cerne desta pesquisa: a interpretação dos riscos pela população, o que releva categorias implícitas que moldam a percepção e permanência na localidade.

Portanto, foram construídas categorias de análise que se ramificam em eixos representados no quadro abaixo:

**Quadro 08 - Eixos resultantes da análise de conteúdo**

Eixo I	Memória e Transformação Territorial
Eixo II	Lacunas do Morar Feliz
Eixo III	A Interpretação do Risco e a Segurança Ontológica

## 4.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Favela e Comunidade Urbana Fundão está localizada no espaço geográfico da cidade de Campos dos Goytacazes, RJ, entre as margens da BR 356 (Rodovia Campos-Itaperuna) e na Área de Preservação Permanente do Rio Paraíba do Sul, isto é, imediatamente na margem esquerda do referido Rio. Trata-se, nesse sentido, de uma ocupação inserida em áreas estratégicas do ponto de vista da circulação urbana e ao mesmo tempo, marcada pela fragilidade ambiental. Em relatos de moradores, chama-se Fundão, pois existe um redemoinho muito fundo feito pelo Rio Paraíba do Sul próximo a localidade.

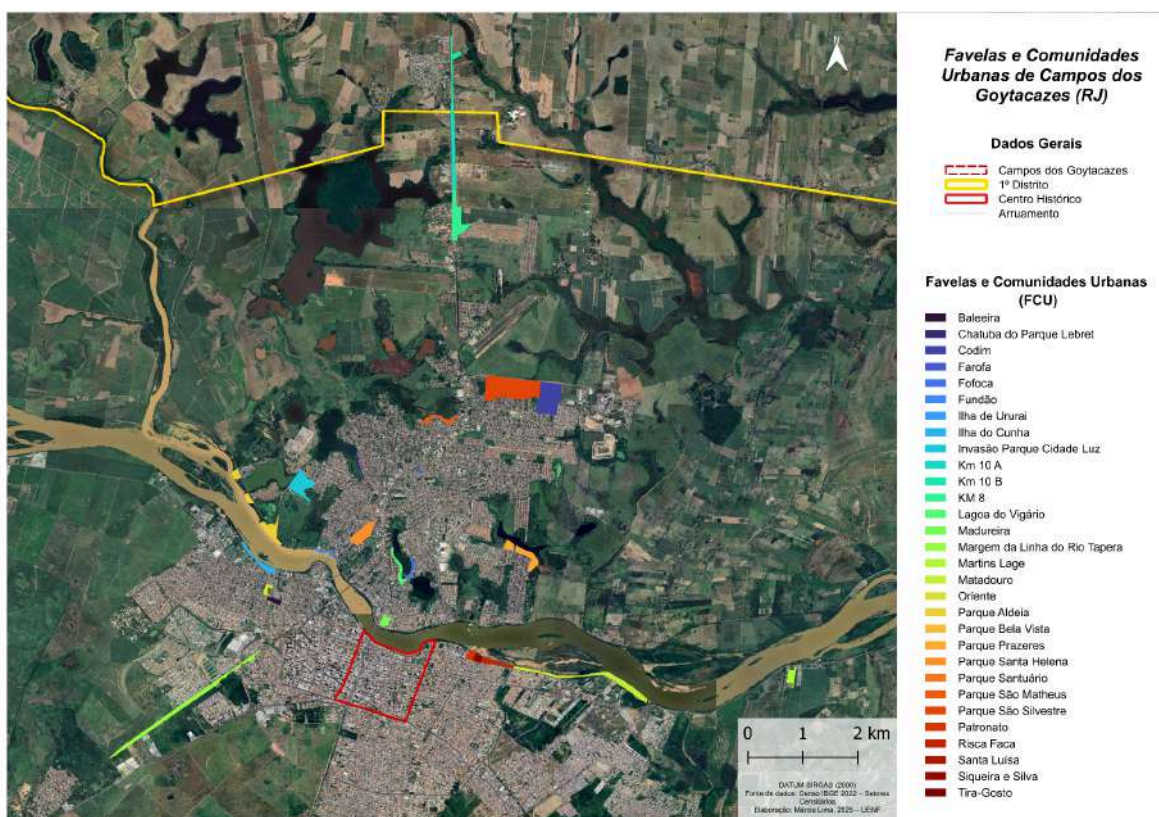
Figura 14 - Mapa de Localização d FCU Fundão



Fonte: Elaboração própria

Localizada próxima a antiga FCU Aldeia, A FCU Fundão integra o quadro de Favelas e Comunidades Urbanas que permaneceram no espaço da cidade segundo o censo do IBGE de 2022, especializado no mapa abaixo. Vale destacar que a maioria das FCU divulgadas pelo Censo de 2022 estão no Distrito Sede (1º Distrito) de Campos dos Goytacazes.

Figura 15 - Favelas e Comunidades Urbanas de Campos dos Goytacazes



Fonte: Elaboração própria

O meio físico sobre o qual está inserida a FCU Fundão, é definido pelo Código Florestal como uma área ambientalmente frágil, uma vez que compõem a Área de Preservação Permanente (APP) do Rio Paraíba do Sul, cuja função socioambiental é preservar os recursos hídricos, a paisagem, estabilidade geológica, proteger o solo e atenuar erosão, além de assegurar o bem-estar de populações humanas.

Área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas (Agência Senado, 2009).

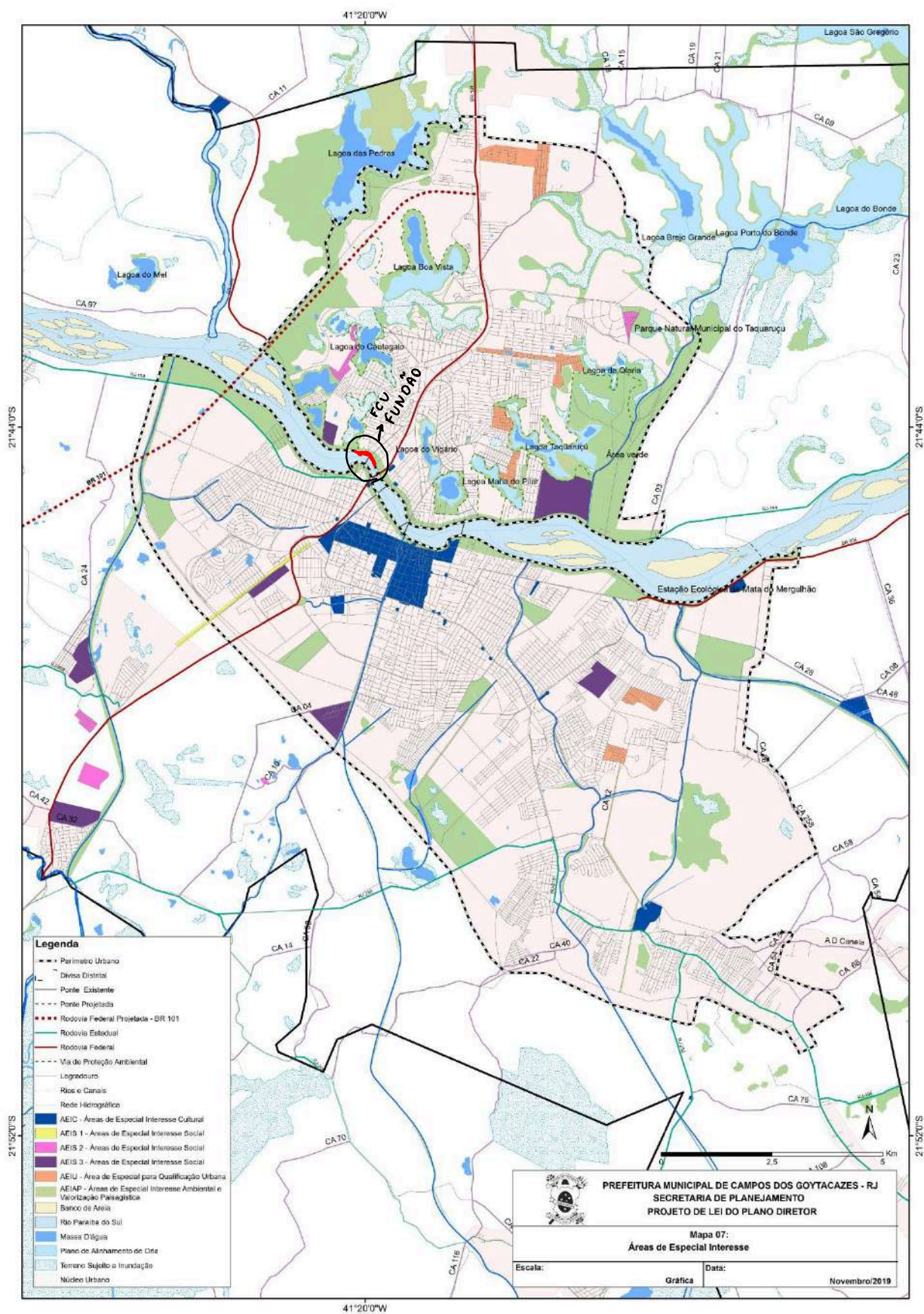
Fazem parte das Áreas de preservação permanente florestas e vegetações naturais situadas ao longo dos rios ou de qualquer cursos d'água desde a montante até sua jusante em faixa marginal, bem como situadas ao redor de lagos, reservatórios naturais ou artificiais, nascentes, topo de morros, montes, montanhas e

serras, em encostas com declividade superior a 45 graus de inclinação dentre outros (Agência Senado, 2009).

No Plano Diretor de 2020 da cidade de Campos dos Goytacazes, a localidade está sobreposta na área caracterizada como Área de Especial Interesse Ambiental e Valorização Paisagística, (AEIAP) – ver mapa abaixo. Segundo o Art. 236 do Plano Diretor de Campos, essas áreas constituem-se áreas fragilizadas por ações antrópicas e que devem ser protegidas para garantir a preservação da biodiversidade. Conforme o próximo Art. 237 essas áreas são:

As Unidades de Conservação Ambiental existentes ou a serem criadas; Os rios, suas APPs e faixas marginais de proteção; As Lagoas e seu Plano de Alinhamento de Orla – PAO. As lagoas e áreas de brejos e suas faixas marginais de proteção; As bacias de acumulação que integram o sistema de macrodrenagem da cidade; Os remanescentes florestais. Os canais e suas faixas não-edificáveis (Campos dos Goytacazes, 2020).

Figura 17 - Zoneamento do Plano Diretor de 2020



Fonte: Plano Diretor - Campos dos Goytacazes, RJ (2020);

É fundamental destacar que o surgimento da FCU Fundão, bem como outras favelas e comunidades urbanas da cidade, precede a consolidação do Código Florestal de 1965, revogado pela Lei 12.651/2012, o que revela como a produção do espaço urbano em Campos dos Goytacazes historicamente empurrou populações de baixa renda para áreas ambientalmente frágeis.

Fato que pode ser evidenciado a partir do Plano de Desenvolvimento Físico-Territorial Urbano de 1978 que identificou 19 favelas no espaço de Campos dos Goytacazes, como elaborado por Arruda (2009). Por meio da tabela abaixo podemos observar a FCU Fundão apontada pelo PDUC como fundada em 1961.

As explicações para a formação das favelas na cidade têm se apoiado no êxodo rural ocasionado pelo esvaziamento das áreas de produção agrícola na região. Campos já tinha sérios problemas estruturais e não estava preparada para tamanha expansão. Na busca de emprego, várias famílias procuraram a cidade (Arruda, 2009, p. 33).

**Quadro 09 - Favelas de Campos dos Goytacazes em meados do século XX**

Favelas	Local	Casa de madeira	Casa de tijolos	Fundação
Baleeira	Pq. Leopoldina	78	46	1952
Oriente	Caju	65	31	
Prazeres 1	Beira-rio			1958
Matadouro / Goiabal	Matadouro	60	30	1958
Lagoa do Vigário	Av. Pedro Barroso	40	150	1958
BR-101 Norte	Aeroporto / Km 13	82	165	1960
Aldeia	Rod. Campos/Itaperuna	165	96	1961
Fundão	Bartolomeu Lisandro	53	10	1961
Escova Urubu	Rod. Campos/Vitória	15	10	1962
Bariri	Av. Salo Brand	16	14	1962
Tira Gosto	Final da Rua Riachuelo	53	0	1966
Prazeres 3	Beira-rio			1966
Inferno Verde	Lapa	35	0	1968

Fonte: Plano de Desenvolvimento Físico Territorial Urbano de Campos de 1978 *apud* Arruda (2009).

#### **4.2 O Risco Percebido: Entre as dinâmicas de remoção e as estratégias de permanência**

No que tange a história “oficial” da favela em documentos institucionais e pesquisas acadêmicas, não foram encontrados dados relacionados, apenas o ano

de sua fundação, conforme disposto acima. Diante disso, buscamos reconstruí-la a partir de encontros e diálogos com os moradores por meio de dados primários realizados durante o trabalho de campo com moradores mais antigos da localidade.

Partindo dos dados encontrados em meios jornalísticos, relatórios da defesa civil (dados secundários) e durante a coleta de dados primários, a FCU Fundação ao longo de sua existência foi marcada por processos de remoção justificados pela sua localização em “área de risco”. Conforme informações disponibilizadas no site da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes (PMCG) numa notícia de 31 de maio de 2012:

A Prefeitura de Campos, através das secretarias da Defesa Civil e da Família e Assistência Social, continua a retirada das famílias que moram em áreas de risco na cidade. As mudanças prosseguem no Parque Aldeia, onde famílias viviam às margens da BR-356 e do Rio Paraíba do Sul. Na medida em que as famílias são levadas para o Morar Feliz do Parque Aldeia, as casas vão sendo demolidas pela Defesa Civil Municipal. Nesta etapa de mudanças, são 96 casas no Morar Feliz do bairro que vão receber novas famílias, de um total de 502 casas no local. As mudanças acontecem desde a última terça-feira (29) e terminam hoje (31) (Ferreira, 2012).

Num primeiro momento, as primeiras remoções ocorreram em sua vizinha, a FCU Aldeia, removida e realocada para o Conjunto Habitacional Aldeia I em 2001 em parceria entre os governos Arnaldo Viana/Anthony Garotinho, como aponta Arruda (2009). As justificativas para as remoções não só da FCU Aldeia, como as demais Favelas e Comunidades Urbanas que localizam-se às margens do Rio, baseiam-se em suas classificações de risco de inundação, bem como ocuparem a Faixa Marginal de Área de Proteção Ambiental, também netendidas como APPs.

De acordo com diálogos com moradores da localidade, os interlocutores apontam que as primeiras remoções na localidade ocorreram em virtude da construção da Ponte Alair Ferreira. Como aponta **Thales de 75 anos** e morador na localidade desde criança:

*O pessoal foi tirado daqui por causa do bate-estaca da ponte e foram lá para o Santa Helena. Um pessoal aproveitou do alvoroço e foi também para o Aldeia II. Muita gente voltou também, mas tiraram por causa da ponte (Seu Thales, 75 anos, 2025).*

Seu Thales não foi o único morador a apontar as remoções como justificativa para construção da ponte, todos os interlocutores dispuseram-se do mesmo argumento.

Conforme, Abreu (2019) – matéria publicada no jornal online *folha 1* — a ponte Alair Ferreira foi inaugurada na gestão do prefeito Alexandre Mocaiber, em 2007 e esbarrou com desapropriações que não foram realizadas na descida no sentido Guarus-centro e em Guarus na avenida de faixa dupla que não foi finalizada.

O projeto impactou diretamente a morfologia da localidade: diversas moradias foram demolidas para dar lugar aos pilares da estrutura. As imagens abaixo evidenciam a mancha urbana da localidade antes e após a construção do empreendimento.

**Figura 19 - Vista por satélite da localidade antes da Ponte Alair Ferreira**



Fonte: Google Earth, 2025.

**Figura 20 - Vista por satélite da localidade após a Ponte Alair Ferreira**



Fonte: Google Earth, 2025.

Posteriormente, durante os anos de 2010 a 2012, após as grandes inundações de 2007 e 2008, na primeira fase do Programa Habitacional Morar Feliz no Governo de Rosinha Garotinho, ocorreu a construção do Conjunto Habitacional Aldeia II, o qual recebeu moradores remanescentes da então FCU Fundão e outras localidades consideradas pelo poder público como de risco. Conforme slides disponibilizados no site da ONU - Estratégia Internacional das Nações Unidas para a Redução de Desastres - UNDRR (UNDRR, 2024), o referido conjunto, iniciado na primeira fase do Programa Morar Feliz, contou com a construção de 502 edificações.

**Tabela 04 - Conjuntos habitacionais 1ª fase do PHMF**

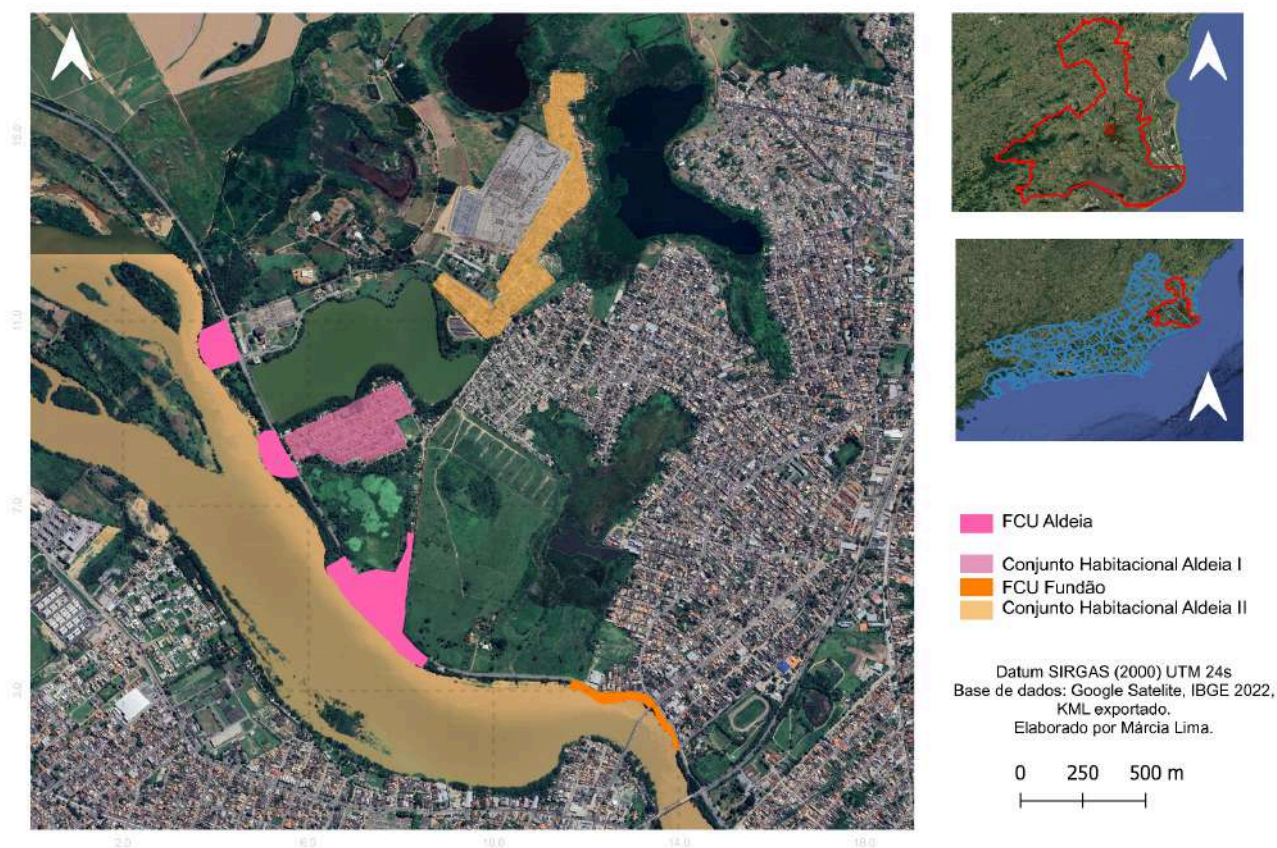
PROJETO	QUANTIDADE DE LOTES
PARQUE PRAZERES I	250
PARQUE PRAZERES II	164
SANTA ROSA	598
TAPERA I	380
TAPERA II	418
ELDORADO I	348
ELDORADO II	936
ELDORADO III	140
JOCKEY	934
PENHA	370
<b>PARQUE ALDEIA</b>	<b>502</b>
LAGOA DAS PEDRAS	100
TRAVESSÃO	100
PARQUE ESPLANADA	186
<b>TOTAL</b>	<b>5426</b>

Fonte: Adaptado - UNDRR, 2024

O mapa abaixo busca espacializar as Favelas e Comunidades Urbanas Aldeia e Fundão e seus respectivos conjuntos habitacionais. Repare que a FCU

Fundão foi retirada para um bairro distante do bairro de origem, diferente, por exemplo, da FCU Aldeia.

**Figura 21 - Localização das FCU Aldeia e Fundão e seus respectivos Conjuntos Habitacionais do PHMF**



Fonte: Elaboração da autora, 2025.

Apesar das remoções e intervenções do poder público justificadas pelos discursos de risco, observa-se a permanência, o retorno e estabelecimento de atividades comerciais na FCU Fundão.

Atualmente a localidade é marcada pela permanência de em média 35 edificações, sendo sete comércios, um banheiro, aparentemente público e uma capela (dados obtidos pela observação de campo). Segundo dados encontrados no Banco de tabelas estatísticas de pesquisas realizadas pelo IBGE<sup>12</sup>, a localidade, segundo o censo de 2022, conta com uma população de 93 moradores.

<sup>12</sup> <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>

## Tabela 05 - População da FCU Fundão, Censo de 2022 - IBGE

Tabela 9888 - População residente, Área territorial e Densidade demográfica em favelas e comunidades urbanas, segundo as Favelas e Comunidades Urbanas	
Variável - População residente em favelas e comunidades urbanas (Pessoas)	
Favela e Comunidade Urbana 2022 - Fundão - Campos dos Goytacazes (RJ)	
Ano - 2022	
	93
Fonte: IBGE - Censo Demográfico	

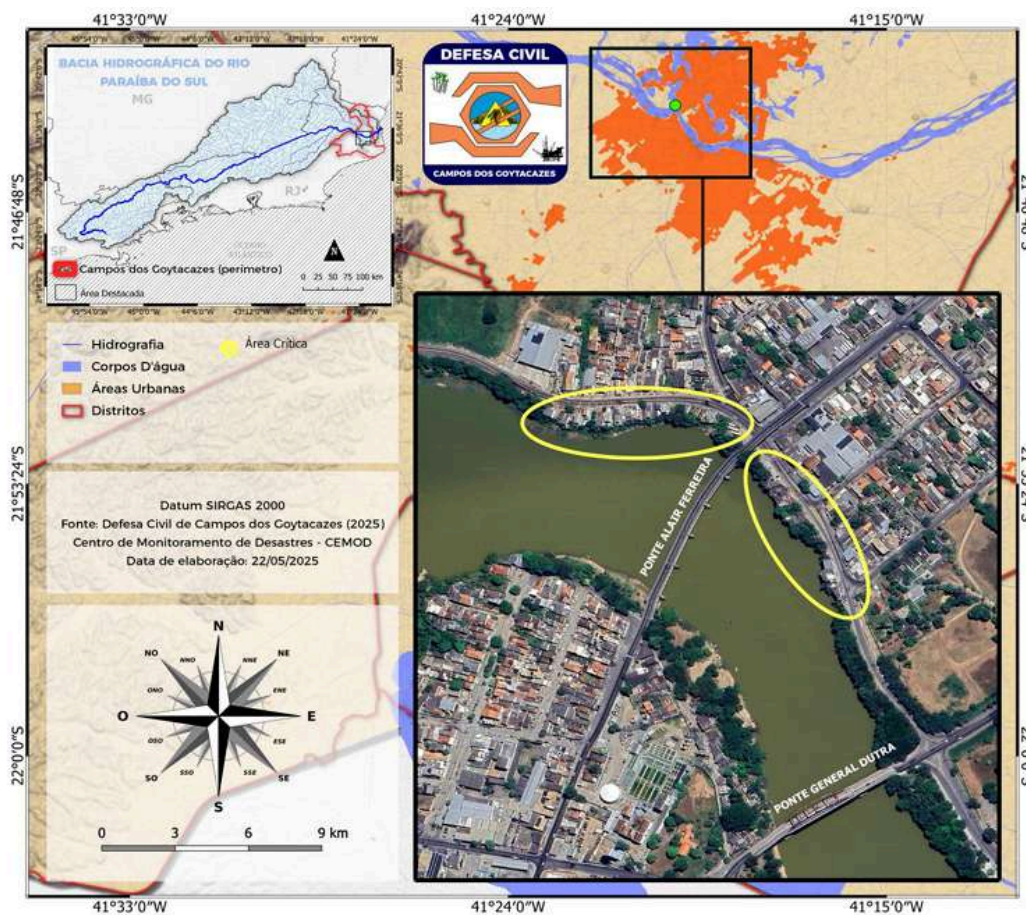
Fonte: Censo 2022 - SIDRA, 2025.

### 4.1 O risco técnico: o que é evidenciado no relatório da Defesa Civil de 2025?

Embora o espaço geográfico no qual se insere a Favela e Comunidade Urbana (FCU) Fundão seja interpretado por seus moradores como um ambiente relativamente estável, percepção que será aprofundada nas seções seguintes, os dados produzidos pela Secretaria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes indicam um cenário distinto, marcado por múltiplas vulnerabilidades socioambientais.

O presente relatório de autoria do Centro de Monitoramento de Desastres – CEMOD foi elaborado a partir de sobrevoo do veículo aéreo não tripulado DJI Mavic 3E, da Secretaria Municipal de Defesa Civil de Campos dos Goytacazes – RJ, com o intuito de imageamento aéreo para destacar casas à beira da margem esquerda do rio Paraíba do Sul na localidade do Fundão, próximo à região Central de Campos dos Goytacazes – RJ.

Figura 22 - Mapa da área capturada no sobrevoo da Defesa Civil, 2025



Fonte: CEMOD (2025)

O relatório elaborado em maio de 2025 pelo Centro de Monitoramento de Desastres (CEMOD) teve como objetivo principal identificar áreas de risco nas margens do Rio Paraíba do Sul, a partir de imagens aéreas realizadas por meio do veículo aéreo não tripulado DJI Mavic 3E. A análise concentrou-se na margem esquerda do rio, na localidade do Fundão, na área de estudo desta pesquisa, próxima à região central do município, permitindo uma leitura detalhada das condições geomorfológicas e antrópicas da área.

Os resultados apontam para a existência de diferentes níveis de suscetibilidade ao risco, organizados, de maneira geral, em duas categorias: áreas com cobertura vegetal e áreas críticas. As áreas vegetadas, embora desempenhem papel relevante na contenção de processos erosivos, apresentam sinais de degradação ambiental, como o acúmulo de resíduos sólidos nas raízes das árvores e a exposição do sistema radicular, indicando processos de instabilidade progressiva.

**Figura 23 - Área com cobertura vegetal**



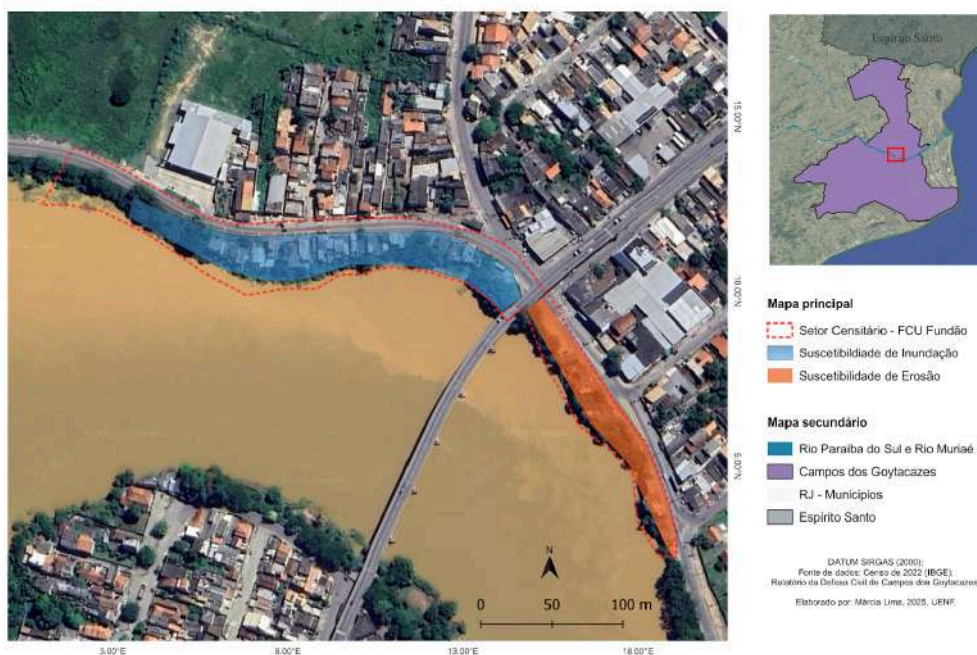
Fonte: CEMOD (2025)

Por outro lado, as áreas classificadas como críticas caracterizam-se pela ausência de cobertura vegetal, elevada exposição do solo e presença de encostas íngremes, configurando um cenário de maior fragilidade geotécnica. Nesses trechos, o risco de erosão marginal e deslizamentos é potencializado, especialmente em períodos de cheia do rio, quando há aumento da energia do fluxo hídrico e intensificação dos processos de solapamento das margens.

A espacialização dessas áreas, conforme demonstrado nos mapas elaborados a partir do relatório da Defesa Civil, evidencia a proximidade direta entre as zonas de maior suscetibilidade e as moradias da população local, reforçando a condição de vulnerabilidade a que essas famílias estão expostas.

**Figura 24 - Mapa de suscetibilidade**

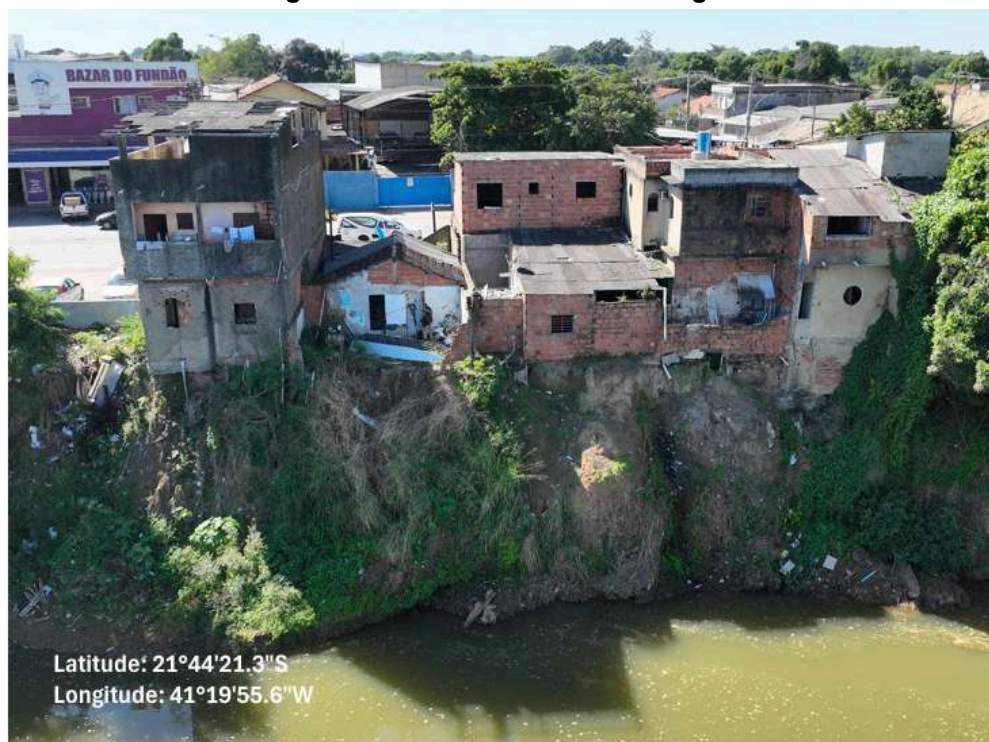
Mapa de Suscetibilidade de inundação e erosão na FCU Fundão, Campos dos Goytacazes, RJ



Fonte: Elaboração própria

Adicionalmente, fatores antrópicos contribuem para a intensificação dos riscos identificados. A ausência de infraestrutura adequada de saneamento básico, com o despejo de efluentes diretamente nas margens do rio, acelera os processos erosivos. Somam-se a isso as construções sobre estruturas precárias, frequentemente sustentadas por estacas instáveis, bem como o acúmulo de resíduos sólidos, que compromete a dinâmica natural do ambiente fluvial.

**Figura 25 - Área sem cobertura vegetal**



Fonte: CEMOD (2025)

Dessa forma, sob a ótica técnico-institucional, a área ocupada pela FCU Fundão configura-se como um espaço de elevada vulnerabilidade socioambiental, no qual a combinação entre fragilidade natural e intervenções antrópicas amplia significativamente o risco de ocorrência de desastres. Essa leitura, fundamentada em critérios técnicos e normativos, constitui a base das políticas públicas de gestão de risco e ordenamento territorial, sendo fundamental para compreender as ações propostas pelo poder público, ainda que, como será discutido posteriormente, nem sempre dialogue com a percepção e a experiência vivida pelos moradores.

#### **4.2.1 O FUNDÃO ANTES DAS GRANDES INTERVENÇÕES: TERRITÓRIO VIVIDO E COESÃO COMUNITÁRIA**

As primeiras ocupações na Favela e Comunidade Urbana Fundão datam de 1961, conforme relatos de 1978 do PDUC. No entanto, tais dados esbarram com relatos de moradores que vivem na localidade desde nascença. Seu Thalles, por exemplo, vive na localidade desde que nasceu e até o momento da pesquisa, ele

possui 75 anos. Ele nos mostra uma casa com data de fundação em 1938 que, segundo ela, é uma loja do avô dele.

**Seu Arnaldo** aponta que foi pra localidade ainda bebe viver com a avó, após seu pai tê-lo abandonado com mais 3 irmãos, hoje ele possui 66 anos.

**Seu Benedito**, comerciante na localidade, aponta que foi nascido e criado na localidade e viu desde quando era estrada de chão que quando chovia virava lama, ele tem 70 anos.

A população que ocupou inicialmente a Favela e Comunidade Urbana Fundão foi composta por trabalhadores pobres, como relata Seu Arnaldo, 66 anos. *“Passei muita dificuldade na vida, muita fome... hoje a vida tá boa”*. Quando perguntamos sobre a localidade quando ele chegou, ele apontou que era uma localidade com muitos barracos *“aqui tinha um monte de barraco na beira-rio”*.

Em complemento, durante o percurso com seu Thales, ele relembra que tudo ali era estrada de chão. Ele também relembra sobre o cemitério que existia próximo a localidade, em frente a Furnas onde é a BR 356 hoje. Ali eles iam passear, pegavam frutas. Segundo ele, naquele contexto o bairro era muito animado *“acabou tudo, na época era movimentado, acabou tudo”*.

Sobre o bairro, seu Arnaldo comenta que tinham bares, barbearia, farmácia, lotérica, mas acabou tudo. Sobre isso, Seu Thales compara a localidade com o bairro vizinho Cidade Luz: *“Cidade Luz virou uma cidade e aqui parou no tempo”*.

As marcas dessa relação de comunidade que o bairro possui, hoje aparecem na principal festa que ocorre todos os anos na localidade: a Festa do Fundão, a qual tivemos o privilégio de prestigiar durante os trabalhos de campo.



**Figura 27 - Capela em homenagem ao São João Batista (1944)**



Fonte: Foto retirada pela autora do acervo do interlocutor, 2025.

**Figura 28 - A Capela nos dias atuais**

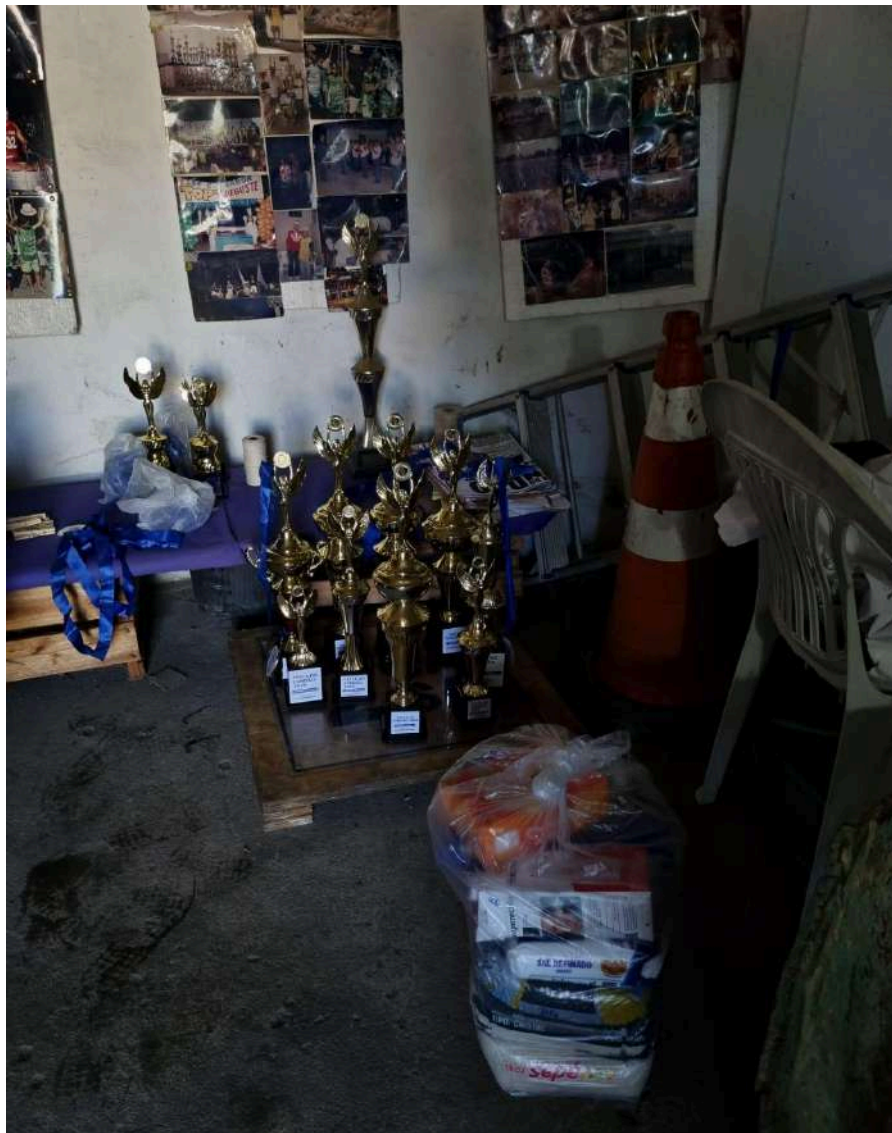


Fonte: Acervo da autora, 2025.

A Festa do Fundão é uma festa popular organizada pelos moradores e sobretudo pelo seu Thales, filho do fundador da Capela. Ele aponta que a festa é organizada por meio de doações da comunidade, do bairro vizinho, políticos e empreendimentos que existem por ali. A festa contou com gincanas, shows e no final com queima de fogos no último dia em homenagem à figura religiosa.

Às premiações, como observados na figura abaixo, são premiações que buscam atender demandas populares, como cestas básicas, botijão de gás e medalhas.

**Figura 29 - Premiação**



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Durante algumas festas do Fundão ocorreram campeonatos de ciclismo, remo, futebol e diversas atividades. As imagens abaixo evidenciam a tradição dessa festa.

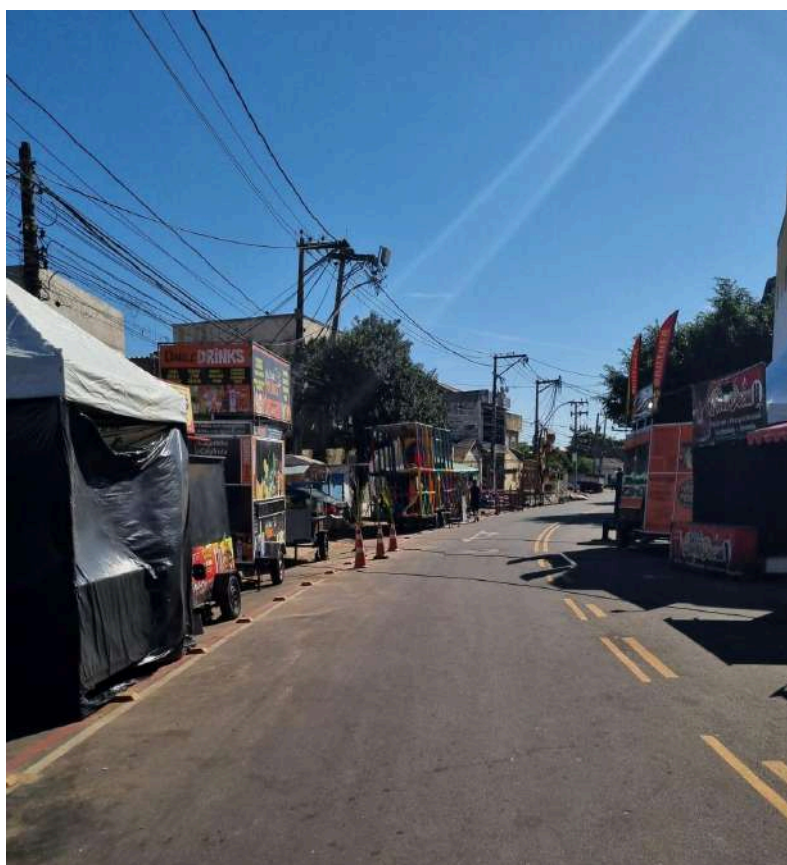
**Figura 30 - Fotos de atividades realizadas durante as Festas do Fundão**



Fonte: Foto retirada pela autora do acervo do interlocutor, 2025.

A figura a seguir busca expor a última festa do Fundão até a presente pesquisa (2025):

**Figura 31 - Organização da Festa do Fundão**



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Na última edição, a edição de 2025, pude trocar com diversos moradores da localidade. Neste dia, observei os moradores saindo de suas casas para curtir a festa, moradores do atual Aldeia I e Aldeia II também presentes na festividade. Moradores que retornaram à localidade. A partir do contato com a festividade, foi possível sentir um pedaço da relação da população com o bairro e elementos que podem atravessar na escolha por deixar ou não a localidade, elementos os quais o poder público não leva em consideração na elaboração de suas políticas sociais de habitação.

#### 4.3 DO RISCO ÀS LACUNAS DO PROGRAMA HABITACIONAL MORAR FELIZ

Conforme relatos de moradores, as primeiras remoções ocorreram no traçado da Ponte Alair Ferreira o qual muitas famílias foram retiradas e recolocadas no Conjunto Habitacional Santa Helena. Posteriormente, os moradores remanescentes tiveram suas casas marcadas para que ocorresse as remoções, mas agora para o Conjunto Habitacional Aldeia II que compôs a primeira fase do Morar Feliz.

O conjunto de imagens abaixo ilustra a evolução da construção do conjunto habitacional Aldeia II. As referidas imagens buscam elucidar o processo de construção do Conjunto, com momentos antes, durante e depois.

**Figuras 32 - Processo de construção do Conjunto Habitacional Aldeia II**



Fonte: Adaptado da ferramenta Google Earth, 2025.

Embora o Programa parte de um viés social que busca ajudar famílias em vulnerabilidade, nesse caso, marcadas por múltiplas vulnerabilidades, o Programa não contou com participação popular dos sujeitos a serem beneficiados, o que

evidencia uma lacuna no Programa (Ribeiro, 2021). Nesse sentido, configura-se uma política do tipo Top Down, onde as decisões são centralizadas no topo da hierarquia. Em suma, trata-se de uma política concebida para a comunidade, porém executada sem ela.

Esta problemática já era discutida por Souza (2011), em um panorama nacional. Segundo o autor, mesmo sob influência do período democrático, o planejamento urbano permaneceu associado ao significado técnico a serviço do Estado que atua por meio de pranchetas, elaboram planos, traçam ruas, alteram formas espaciais para embelezar determinadas áreas. No entanto, raramente, associa-se a participação popular, isto é, aos realmente afetados por problemas urbanos. Em sua concepção, o processo de planejar deve incluir os próprios cidadãos onde os mesmos possam ter voz sobre seus destinos.

É bem verdade que ninguém está acostumado a ver o planejamento urbano dessa maneira; nem os profissionais e teóricos do planejamento, nem seus críticos. Mas é exatamente essa visão diferente e nada usual, que opera uma “descentralização” radical da ideia de planejamento urbano e propõe uma democratização radical da prática [...] (Souza, 2011, p. 81).

Sob essa ótica, Ribeiro (2021) expõe que metodologias baseadas na participação popular e em equipes multidisciplinares poderiam proporcionar melhores resultados e minimizar danos sociais das remoções no Programa Habitacional Morar Feliz. Um exemplo dessa negligência reside nas questões socioeconômicas, como a preservação de comércios, não raro a principal fonte de renda de muitas famílias, o que não foi devidamente considerado no projeto.

Essa tarefa foi definida em escritório por profissionais de uma empresa contratada para assessorar o projeto, composta, em sua maioria, por engenheiros e arquitetos, além de profissionais de fora do município junto à EMHAB que acabava por atuar na parte mais gerencial do projeto, distante do diálogo com a SMFAS, que atuava em toda execução do programa especialmente no contato direto com as comunidades (Ribeiro, 2021, p. 143).

Pelo contrário, as decisões foram tomadas por pessoas que não vivenciam tal realidade, como engenheiros e arquitetos de fora do município, o urbanismo dos administradores ligados ao setor público (estatal) que tende a negligenciar o fator humano Lefebvre (2011).

Somado a isso, a fala de um interlocutor expressa de maneira muito precisa resultados dessa lacuna. **Seu Saviani**, comerciante na localidade há anos, aponta que recebeu proposta de receber duas casas no Morar Feliz caso aceitasse a remoção. Ele aponta que ele não aceitou pois a fonte de renda dele vem do comércio que ele estabelece na localidade e que isso não seria possível na nova realidade do Aldeia II. Nas falas dele:

*A prefeitura coloca qualquer um nas casinhas e acaba que o tráfico comanda. Imagina, eu tentar abrir meu comércio lá e ter que pagar para as facções. Aqui é território neutro, entendeu, aqui não tem facção (Seu Saviani, 2025).*

Nesse sentido, infere-se que, para este interlocutor, o risco social de ser realocado para um território sob controle do tráfico sobrepõe-se a qualquer risco técnico anunciado pelo Estado. Essa fala revela que o local de permanência é lido como um espaço seguro e de autonomia econômica, enquanto o destino imposto é percebido como um cenário de ameaça real à vida e ao negócio. Além disso, por ser uma localização estratégica, próxima a subida de uma ponte que vem da BR-101 e margeia a BR-356, isso ajuda quanto a rentabilidade do comércio, uma vez que existe a circulação frequente de pessoas que vêm de outros Municípios, diferente para onde localiza-se o Conjunto Habitacional Aldeia II, numa área segregada da cidade.

Essa fala evidencia duas problemáticas: a primeira sobre a exclusão dessa população na escolha de para onde vai e como vai ser esse novo habitar e a desconsideração do Programa no que tange a territorialidade das facções nestes conjuntos. Os conjuntos Tapera I e Tapera II evidenciam esse processo, uma vez que ambos possuem duas facções rivais lado a lado.

Sobre a primeira problema, uma das assistentes sociais que participou das remoções na localidade aponta o seguinte:

*Os moradores falavam que não queriam morar em "casinhas", principalmente porque diziam que a prefeitura "mistura" pessoas de vários territórios e lá eles se conheciam e quando mistura assim, aparecem "bandidos" ou pessoas relacionadas a facções criminosas. E outra coisa era quem tinha comércio, pois eles questionavam que iam abrir mão de casa e comércio e só seriam contemplados com a casa e perderiam, assim, suas fontes de renda (Augusta, assistente social, 2025).*

Em complemento, em diálogo com outra assistente social que trabalhou na localidade, **Ana Rita**, me faz o seguinte questionamento:

*Você no lugar deles sairia dali para ir para o Morar Feliz? Eu não iria também. A gente sabe que em diversos conjuntos tem a presença do tráfico (Ana Rita, assistente social, 2025).*

Em diálogo com outros moradores, sobretudo um dos moradores que retornou para localidade **Seu Enzo**, o motivo dele também trata-se da segurança ou insegurança que o Aldeia II remete. Além disso, seu Enzo é pescador, então talvez esse elemento, ou seja, sua relação com o rio, possa se mostrar como elemento de retorno para localidade.

Concomitante, outro morador, este entrevistado, apontou que sua casa foi marcada para demolição, mas ele recusou-se sair justamente pela questão da violência no novo local.

Buscando maneiras de elucidar a fala das interlocutoras e interlocutores, encontramos registros de barricadas no Aldeia II que expõem a problemática referida por eles. Conforme Rodrigues e Biteti (2024):

[...] as barricadas do tráfico de drogas construídas nessa conjuntura, são marcas perceptíveis na paisagem e definem relações múltiplas que por sua vez trazem à tona distintos agentes sociais, sendo construídas em becos e ruas antes livres dentro das favelas, com o intuito de retardar ou impedir o acesso através de manilhas e estrutura de concreto armado fincadas no chão, sofás e entre outros objetos que denominamos barricadas (Rodrigues e Biteti, 2024, p. 6).

**Figura 33 - Barricadas em uma das entradas do Aldeia II**



Fonte: Google earth, 2011

Outra lacuna que marca o Programa Habitacional Morar Feliz trata-se da infraestrutura e arquitetura das casas.

Embora o programa preveja, em sua formulação teórica, uma infraestrutura completa, a realidade se mostra de maneira contrária. As imagens a seguir se referem ao Conjunto habitacional Aldeia II, eles conduzem a questionamento sobre a efetiva execução do que foi planejado: ruas Pavimentadas; calçadas arborizadas e adaptadas para pessoas com deficiência; áreas destinadas ao lazer da comunidade e construção de escolas, creches e outros equipamentos, dentre outras infraestruturas.

**Figura 34 - Entrada do Conjunto Habitacional Aldeia II (2024)**



Fonte: Google Street View, 2024.

As próximas imagens elucidam a proximidade das edificações, muitas embora autoconstruções que não fazem parte do programa, com a área de inundação da Lagoa do Cantagalo e torres de alta tensão de Furnas.

**Figura 35 - Proximidade da localidade com a lagoa do Cantagalo**



Fonte: Google Street View, 2024.

**Figura 36 - Proximidade das residências do conjunto com a torres de alta tensão de FURNAS**



Fonte: Google Street View, 2024.

No que tange à tipologia das unidades habitacionais, ambas seguem um modelo que remete a imagem de habitação social mínima. Ao analisarmos a planta baixa, podemos observar uma divisão interna que não prevê espaços diferentes e com usos diversos, o que pode não atender famílias maiores.

Figura 37 - Planta Baixa padrão das edificações do PHMF



Fonte: UNDRR (2014).

Conseqüentemente, essa disposição atua como um empecilho à instalação de pequenos comércios, por exemplo, o que ignora um elemento que se mostra vital para muitas famílias removidas da FCU Fundação, sobretudo para o Saviani que trouxemos falas dele em momentos anteriores. Observa-se na imagem abaixo algumas adaptações de comércios no conjunto habitacional.

**Figura 38 - Comércio Aldeia II**



Fonte: Google Street View, 2024.

A disposição arquitetônica evidenciada fornece subsídios para entendermos o que veremos a seguir sobre a permanência de muitos moradores na localidade que possuem comércios na região. Essa disposição arquitetônica, pode dificultar a instalação de pequenos comércios, oficinas, um elemento que pode ser vital para vida econômica de diversas famílias removidas da FCU Fundão.

Na visão da Assistente social Augusta, as intervenções priorizaram mais a lógica administrativa do reassentamento que as formas de sobrevivência das famílias. Nas falas dela:

*A ausência dessa leitura social compromete a efetivação do direito à moradia em seu sentido mais amplo, uma vez que as necessidades e preocupações expressas pelos moradores não foram incorporadas ao processo decisório, mesmo com o Serviço Social atuante à época sinalizando a importância dessa escuta (Augusta, assistente social, 2025).*

Essas falas retomam o que sinalizamos anteriormente com Marcelo Lopes de Souza (2011), com a falta de descentralização e participação popular em políticas sociais vinculadas ao planejamento urbano.

#### **4.4 - INTERPRETAÇÃO DO RISCO**

O espaço geográfico de Campos dos Goytacazes, naturalmente, é marcado por eventos hidrológicos, decorrentes de sua geografia física que vai deles a forma do relevo, até seus tipos de solo. Somado a isso, as ações antrópicas sobre este espaço não devem ser negligenciadas. Tivemos na história da cidade diversas inundações marcantes que atingiram diversos bairros da cidade e tiveram como resultados a construções de diques, como os diques construídos pelo prefeito Alair Ferreira e obras de drenagem.

A partir desses eventos hidrológicos, questionamos aos moradores da localidade a relação da FCU Fundação com enchentes e sobre os impactos na localidade. Seu Thales aponta que a única inundação que chegou até a localidade foi a de 1966. Essa percepção é reforçada por Seu Arnaldo que relembra que durante muitas enchentes, a localidade raramente era atingida e, em contraste com bairros vizinhos, como o Bairro da Paróquia Santo Antônio (Av. Bartolomeu Lizandro, Jardim Carioca). Ele destaca: *Você conhece o Santo Antônio ali? ali enchia de água em época de enchente, onde é o superbom ali... hum.*

Em complemento, Seu Thales aponta que já nadou em uma inundação que atingiu a localidade da Paróquia Santo Antônio – cabe destacar aqui que o referido bairro compõem uma das áreas privilegiadas de Guarus, a qual ocorrem reformas urbanísticas notórias. Ambos moradores apontam que em virtude dos eventos que frequentemente atingiam tal bairro, houve um grande investimento público que ajudou a problemática das inundações neste bairro.

A estratégia discursiva dos moradores ao supracitado o Bairro objetiva, em nossa inferência, evidenciar uma contradição muito presente no espaço urbano sob o capitalismo: investimentos em obras de melhorias em áreas de interesse do capital, ou seja, áreas valorizadas em detrimento da escassez de políticas nesse sentido em áreas periféricas que não são de interesse especulativo, como o caso da FCU. Aqui pode-se observar o risco como uma construção social que atua também

como marcador de exclusões socioespaciais. Isto é, o risco de um determinado espaço merece investimentos, enquanto o risco de outro, é excluído das agendas destes investimentos.

A figura abaixo trata-se da da inundação de 2007 que atingiu a referida área da Av. Bartolomeu Lizandro, bairro supracitado pelos moradores.

**Figura 39 - Inundação de 2008**



Fonte: Arquivo da Defesa Civil, inundações de 2008.

As falas dos moradores sobre a FCU raramente ser atingida por inundações pode ser justificada devido ao relevo da localidade que encontra, boa parte, sobre os tabuleiros de Guarus, áreas mais altas em relação à margem direita, por exemplo ou outros trechos da margem esquerda.

Sobre a classificação da localidade como “área de risco” conforme os relatórios técnicos, por exemplo o elaborado pela Defesa Civil em 2025, os moradores evidenciam em suas narrativas a seletividade espacial que define tais perímetros. Nas falas de Seu Thales e Arnaldo, surge um questionamento contundente sobre a insistência do poder público em rotular a FCU Fundação como

área de risco, enquanto o Conjunto Habitacional Francisco Lamego, conhecido popularmente como Balança-Mas-Não-Cai, permanece sem rótulos semelhantes.

A crítica encontra-se na contiguidade geográfica das duas localidades situadas na margem esquerda do Rio Paraíba do Sul e compartilham de vulnerabilidade semelhantes, uma vez que a localidade do Francisco Lamego, segundo os moradores frequentemente é atingida por inundações. Nesse ínterim, os moradores denunciam que os prédios que são atingidos por inundações não sofrem a mesma pressão do poder público. Conforme observamos na imagem abaixo, os edifícios à direita representam o conjunto Francisco Lamego, nas descida da Ponte da Lapa sentido Centro-Guarus.

**Figura 40 - Transbordo do Rio Paraíba do Sul em 2008**



Fonte: Arquivo da Defesa Civil, inundações de 2008.

Essa disparidade revelada pelos interlocutores, conduzem para o entendimento que conceito de "risco" é mobilizado de forma política e desigual: enquanto atua como justificativa para a erradicação da favela e comunidade urbana, é negligenciado em outras estruturas urbanas próximas, expondo a fragilidade dos critérios puramente técnicos diante das escolhas políticas de gestão urbana.

Seu Arnaldo exemplifica essa percepção em um diálogo marcante com um professor que visitou a localidade para conversar com os moradores antes das remoções:

*"Um professor chamado professor Renato<sup>13</sup>, chegou aqui dizendo que a gente tá em área de risco. – Senhor, Orlando, o senhor sabe que tá em área de risco, né? Aí eu virei pra ele e perguntei porquê, e ele disse que era porque tinha enchente. Aí eu retruquei: 'E o Balança, mas não Cai? E a Pelinca? Lá também é área de risco? Lá da enchente direto... aí ele ficou quieto e saiu pra lá'" (Seu Arnaldo, morador da localidade, 2025).*

**Figura 41 - Conjunto Habitacional Francisco Lamego - Inundação de 2008**



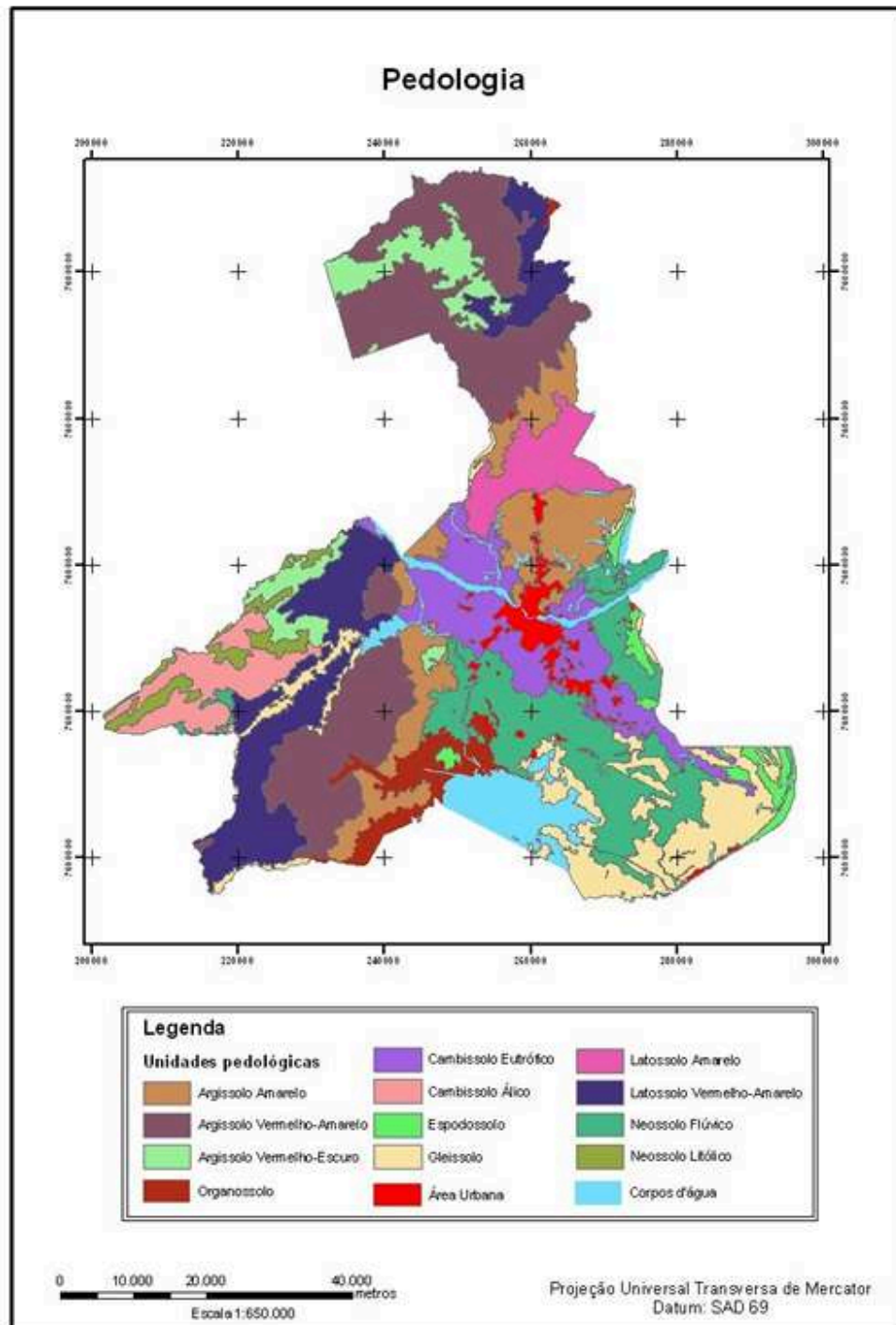
Fonte: Arquivo da Defesa Civil, inundações de 2008.

Em diálogos com outros moradores, muitos também apontam que a localidade não é atingida por enchentes e inundações, mas para uma parcela é identificado outro risco: o risco de erosão e consequentemente deslizamento. Seu Thales por exemplo, deixa claro que em sua perspectiva o risco da localidade mostra-se evidente onde o solo aparenta estar cedendo, conforme as imagens abaixo.

---

<sup>13</sup> O nome real foi substituído pelo codinome Renato.

Figura 42 - Pedologia de Campos dos Goytacazes



Fonte: Ribeiro e Alves (2005, p. 92).

Sob a ótica técnica, essa percepção encontra respaldo na análise pedológica da região. Conforme ilustra a Figura 38, este trecho é marcado pela presença de Argissolo Amarelo. De acordo com Ribeiro e Alves (2005), solos com essa classificação, quando situados em ambientes íngremes e desprovidos de cobertura vegetal, como é o caso do determinado trecho da FCU Fundão, apresentam alta suscetibilidade à erosão, especialmente em encostas com declividade superior a 30°. Essa vulnerabilidade física é visível nas Figuras 39 e 40, que mostram edificações em vertentes frontais e estruturas habitacionais precárias, cujas fundações em tonéis sobre uma encosta extremamente íngreme.

**Figura 43 - Vista das edificações na vertente frontal**



Fonte: Acervo da autora, 2025

**Figura 44 - Vista da estrutura das construções da FCU Fundão**



Fonte: Relatório da Defesa Civil, 2025

Ao confrontarmos esses dados técnicos com o saber local, observamos uma dissociação. Os moradores das edificações, essas residenciais e comerciais, relatam que a recusa ao reassentamento se deu pela preservação de suas fontes de renda, o que expõe as lacunas do PHMF que apresentamos anteriormente. Ao questionarmos este morador sobre o histórico de deslizamento na localidade, a resposta foi que ali não há perigo, pois permanece a mesma coisa desde que o mesmo era criança. *"[...] é a mesma coisa desde que eu era criança. Não tem perigo não" (Seu Benedito, 70 anos).*

A partir das narrativas, infere-se que muitos moradores não interpretam os riscos ambientais da localidade como riscos imediatos. Essa interpretação pode ser ancorada devido a estabilidade do terreno que permanece o mesmo, a não ocorrência de algum evento que tenha levado a desastres. Esses fatores remetem diretamente à segurança Ontológica de Giddens (1983), na qual a confiança básica está na continuidade do substrato o qual localiza-se a FCU Fundação há décadas. Essa rotina, conforme Giddens (1983), pode reduzir preocupações em relação ao risco.

## 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dialética espacial da Cidade de Campos dos Goytacazes, foi marcada pelo jogo de forças entre os agentes vinculados ao capital e os grupos sociais excluídos ao longo de sua história, com intermédio do Estado. Enquanto determinados espaços da cidade, os com melhores condições ambientais foram destino dos agentes destacados por Corrêa (1989) como proprietários fundiários, os proprietários dos meios de produção, promotores imobiliários; em contrapartida os espaços com maior fragilidade ambiental tornaram-se destino dos grupos sociais excluídos, como margens de rios, lagoas, encostas íngremes, aquilo que Rolnik (1999) apontou como Urbanismo de Risco.

No contexto do Urbanismo de Risco a Favela e Comunidade Urbana Fundão surge como um caso emblemático desse processo, fruto da exclusão territorial. A Favela e Comunidade urbana Fundão teve sua gênese a partir de trabalhadores pobres que inicialmente construíram barracos na beira do Rio Paraíba do Sul, numa localidade que pode ser considerada como estratégica, pois localiza-se próximo a principais vias e equipamentos urbanos.

No entanto, há uma divergência cronológica quanto a essa origem: enquanto o PDUC situa o surgimento da comunidade na década de 1960, a memória coletiva dos moradores locais aponta para uma ocupação consideravelmente mais antiga. Essa discrepância entre o registro oficial e a vivência prática é apenas uma das faces de um território que, ao longo de décadas, vem sendo marcado por processos reducionistas, ora impulsionados por interesses de empreendimentos privados, ora legitimados sob a justificativa técnica do risco.

A partir desse cenário, a presente pesquisa permitiu compreender que a relação entre a população da FCU Fundão e o espaço em que está inserida é mediada por uma interpretação subjetiva que desafia a lógica puramente técnica. Essa percepção é moldada por um conjunto de fatores que influenciam a maneira como os moradores significam e hierarquizam as ameaças cotidianas. Com base nas falas dos interlocutores, identificou-se que essa hierarquia dos riscos é estruturada pelos seguintes elementos centrais:

1. Relação com o bairro;
2. Hierarquia dos riscos;

### 3. FCU Fundação como uma zona neutra longe do tráfico.

Nesse sentido, a disparidade entre risco técnico e risco percebido pode ser evidenciada no que tange os documentos oficiais, como relatórios da defesa civil, Plano Diretor *versus* a interpretação dos moradores, que não utilizam da mesma métrica.

A interpretação local do risco é seletiva e dicotômica, sobretudo quando os interlocutores criticam o Conjunto Habitacional Francisco Lamego "Balança-mas-não-cai". Os moradores denunciam que o risco é frequentemente mobilizado pelo Estado como um dispositivo político para justificar remoções em áreas de interesse urbanístico, enquanto áreas com vulnerabilidades similares, porém mais valorizadas, recebem investimentos em mitigação

No que tange a interpretação dos riscos, inferiu-se que a permanência na localidade não decorre da falta de conhecimento sobre perigos, mas parte de uma complexa relação entre elementos que culminam na hierarquização dos riscos. A "segurança ontológica" (Giddens, 2002), construída através de décadas de estabilidade percebida no solo e na rotina, sobrepõe-se ao risco ambiental. A partir das falas dos interlocutores, o risco de perder a fonte de renda, os laços de vizinhança e a identidade territorial é interpretado como uma ameaça mais latente e imediata e que a possibilidade de um desastre.

O conceito de risco, amplamente mobilizado por instituições, torna-se instrumento chave na disputa por esses territórios urbanos. Como argumenta Mary Douglas (1992), o risco não é uma simples medida estatística ou científica, mas uma construção social carregada de valores. A rotulação de certas áreas como "de risco" revela mais sobre quem define o risco do que sobre os próprios fenômenos naturais. Essa estratégia, como demonstra Valencio (2009), legitima a exclusão de populações vulnerabilizadas sob o pretexto da proteção técnica, promovendo remoções que desconsideram os vínculos sociais e simbólicos com o território.

Embora existam laços simbólicos e sociais consolidados com esses espaços, a valorização desses vínculos não significa negar os riscos reais a que as populações estão expostas, tampouco sugerir que a permanência seja uma escolha isenta de condicionantes estruturais. O que se impõe, nesse contexto, é o tensionamento, e a necessária coexistência, entre o risco percebido e o risco técnico. Conforme propõe Norma Valencio (2009), o desastre não é um evento puramente físico, mas um

processo sociopolítico; portanto, a legitimidade da métrica da Defesa Civil não deve resultar na invisibilização das estratégias de sobrevivência e do saber local, sob pena de transformarmos a gestão de riscos em uma mera ferramenta de exclusão socioespacial.

Por meio desta pesquisa, através da história oral, a história do bairro revelou raízes de comunidade que foram ignoradas pelo Programa Habitacional Morar Feliz. Tal política ao focar na remoção compulsória, preocupada apenas numa ideia, ao nosso ponto de vista, higienista, deixou lacunas ao não considerar a dimensão do habitar, das relações econômicas e relação com arquitetura das casas.

As lacunas do programa morar feliz, mostram-se como catalisadoras de permanências e retornos. Dessa forma cabe a indagação: não estaria essa política social de habitação, o Morar Feliz, orientada por um viés de interesse higienista e de controle urbano do que, de fato, uma preocupação social e de mitigação de desastres?

Como desdobramento para trabalhos futuros, idealiza-se a investigação de modelos de intervenção urbana que priorizem a contenção de encostas e a urbanização de assentamentos precários. O desafio posto à Geografia e ao Planejamento Urbano permanece: como desenhar soluções geotécnicas e políticas habitacionais de forma participativa, garantindo a segurança física sem destruir a autonomia econômica e o capital social da comunidade?

## REFERÊNCIAS

ABREU, Daniela. **Estado das pontes de Campos é questionado**. Folha1, Campos dos Goytacazes, 9 nov. 2019. Geral. Disponível em: [link da matéria]. Acesso em: 7 jan. 2026.

ADGER, W. Neil . Vulnerability, *Global Environmental Change*, Volume 16, Issue 3, 2006, Pages 268-281, ISSN 0959-3780,  
<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2006.02.006>.  
(<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378006000422>)

ADGER, W. Neil; ARNELL, Nigel W.; Tompkins, Emma L. Successful adaptation to climate change across scales, *Global Environmental Change*, Volume 15, Issue 2, 2005, Pages 77-86, ISSN 0959-3780,  
<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2004.12.005>.

ALCOCK, Pete; May, Margaret; Wright, Sharon (Eds.). *The Students Companion To Social Policy*. 4. Ed. Chichester: Wiley-Blackwell, [2012].

ALMEIDA, Claudiméia do Rosário. **Dilemas sócio-ambientais no espaço urbano: os casos das lagoas do Vigário, dos Prazeres e do Sapo em Campos dos Goytacazes (RJ)**. 2009. 112 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2009.

ALMEIDA, Thaís Conceição Feitosa. Cultura Urbanística: análise da Zona de Comércio do Centro Histórico de Campos dos Goytacazes, RJ. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 24, n. 3, p. [14 - 23], jul./dez. 2022.

ALVES, Humberto Prates da Fonseca. Análise da vulnerabilidade socioambiental em Cubatão-SP por meio da integração de dados sociodemográficos e ambientais em escala intraurbana. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 30, p. 349-366, 2013.

ALVES, Neliane de Sousa; CORREA, Ana Carolina Gomes; SILVA, Igor Ribeiro da. Urban socio-environmental risks and vulnerability in Iranduba-Amazonas. *Geopauta*, v. 8, p. e14300, 2024.

ACSELRAD, Henri. Justiça Ambiental e Construção Social do Risco. Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, MG, Brasil, 4 a 8 de novembro de 2002.

ARRUDA, Ana Paula Serpa Nogueira de. Política habitacional e remoção de favelas em cidades de porte médio: a experiência do conjunto habitacional Aldeia em Campos dos Goytacazes. 2009. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais, UENF. Campos dos Goytacazes.

AZEREDO, Verônica Gonçalves. Territorialidades familiares em território de pobreza em Campos dos Goytacazes. In: MORAES, Carlos Antonio de Souza; MENDES, Juliana Thimoteo Nazareno (org.). **A Questão Social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos**. Campos dos Goytacazes, RJ: Essentia, 2022. p. [página inicial - página final]. Disponível em: [link de acesso]. Acesso em: 7 jun. 2025.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. ed. **Revista e Ampliada. São Paulo: Edições**, v. 70, 2011.

BECK, Ulrich et al. Sociedade de risco. **São Paulo: Editora**, v. 34, p. 49-53, 2010.

BERNARDES, Júlia Adão. 2014. Reescrevendo a História do Norte Fluminense Sucoalcooleiro no contexto da última modernidade. In: BERNARDES, Júlia Adão; SILVA, Catia Antonia de. Modernização e Território. A produção social do espaço e do tempo da modernização: desafios analíticos para a compreensão do município de Campos dos Goytacazes. 1º edição. Rio de Janeiro: **Editora Lamparina**, p. 12-22.

BORGES, Kelly Maria Resende et al. Sensoriamento remoto e Geoprocessamento como subsídio ao manejo do fogo e ao combate aos incêndios florestais em Unidades de Conservação Federais. **Biodiversidade Brasileira**, v. 11, n. 2, p. 168-178, 2021.

BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Dispõe sobre o Estatuto da Cidade. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS\\_2001/L10257](http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/LEIS_2001/L10257).

CÂMARA, G.; DAVIS, C.; MONTEIRO, A. M.V. Introdução à Ciência da Geoinformação. Disponível em: <http://www.dpi.inpe.br/livros.html>. Acesso em: 19 de dezembro de 2024.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei Complementar nº 0015, de 07 de janeiro de 2020. Institui o Plano Diretor de Campos dos Goytacazes e dá outras providências. Campos dos Goytacazes, 2020a.

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Secretaria Municipal de Defesa Civil. Centro de Monitoramento de Desastres (CEMOD). **Relatório de sobrevoo na localidade do Fundão**: pauta: sobrevoo realizado em 22/05/2025. Campos dos Goytacazes: CEMOD, 2025. 9 p.

CARDONA, Omar Darío. "Midiendo lo Inmedible" Indicadores de Vulnerabilidad y Riesgo. **Instituto de Estudios Ambientales (IDEA)**, 2006.

CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. Dos pântanos à escassez: uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes. **Annablume**, 2004.

CARVALHO, Ailton Mota De. Políticas Sociais: Afinal Do Que Se Trata. **Agenda Social**, V. 1, N. 3, P. 73-86, 2007.

CARVALHO, Celso Santos; MACEDO, Eduardo Soares de; OGURA, Agostinho Tadashi. Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios. **Brasília: Ministério das Cidades**, p. 2007, 2007.

CIDADE, Lúcia Cony Faria. Urbanização, ambiente, risco e vulnerabilidade: em busca de uma construção interdisciplinar. **Cadernos Metrópole**, v. 15, n. 29, p. 171-191, 2013.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. Cortez editora, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato et al. O espaço urbano. **Ática**, 1989.

COSTA, Aline Nogueira; POLIVANOV, Helena; DA GLÓRIA ALVES, Maria. Mapeamento geológico-geotécnico preliminar, utilizando geoprocessamento, no município de Campos dos Goytacazes, Estado do Rio de Janeiro. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 31, n. 1, p. 50-64, 2008.

COSTA, Nadja Maria Castilho da; COSTA, Vivian Castilho da. Detecção de áreas de risco de escorregamento, baseada no uso de sig, em locais de atratividade ecoturística na cidade do Rio de Janeiro (Brasil). 2015.

COSTA, Reinaldo Corrêa. Áreas de risco em bacias hidrográficas urbanizadas. In: COSTA, Reinaldo Corrêa (org.). Riscos, vulnerabilidades e condicionantes urbanos. Jundiaí: **Paco Editorial**, 2019. v. 68.

BERTRAND, Georges. Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. R. RA'E GA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. **Editora UFPR**.

SANTOS, Milton. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. São Paulo: Boletim Paulista de Geografia, nº54, junho, p. 81-99, 1977. R. RA'E GA, Curitiba, n. 8, p. 141-152, 2004. **Editora UFPR**

CRUZ, J. L. V. (2023). Norte Fluminense/RJ: desenvolvimento e impactos na estrutura do mercado de trabalho. In C. A. de S. Moraes & J. T. N. Mendes (Orgs.), *A questão social no Norte Fluminense: expressões e enfrentamentos* (pp. 47–75). **Essentia Editora**.

CARLOS, A.F A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Rev. Direito Práxis**. Rio de Janeiro, v.11, n.01, p.349-369, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br>. Acesso em: 01 dez. 2025.

CARTIER, R., Barcellos, C., Hübner, C., & Porto, M. F.. (2009). Vulnerabilidade social e risco ambiental: uma abordagem metodológica para avaliação de injustiça ambiental. **Cadernos De Saúde Pública**, 25(12), 2695–2704. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2009001200016>

CUTTER, S. L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 93, n. 1, p. 59-70, jun. 2011.

CUTTER, S. L. Vulnerability to environmental hazards. *Progress in Human Geography*, v. 20, n. 4, p. 529-539, 1996. doi:10.1177/030913259602000407.

DECARLI, Nairane ; FILHO, Paulo. Plano Diretor no Estatuto da Cidade: uma forma de participação social no âmbito da gestão dos interesses públicos. Disponível em: . Acesso em: 05/06/2022.

DEPIERI, Marcelo. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA COMO POLÍTICA PÚBLICA: O PAPEL DO ESTADO NO ÂMBITO DAS DESIGUALDADES URBANAS. Desigualdades urbanas, segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras. **Paco Editorial**, 2018, p. 91-115.

DIMENSTEIN, Magda; NETO, Maurício Cirilo. Abordagens conceituais da vulnerabilidade no âmbito da saúde e assistência social. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 15, n. 1, p. 1-17, 2020.

DOUGLAS, M. Pureza e perigo. Lisboa: Ed. 70, 1966.

DOUGLAS, Mary; WILDAVSKY, Aaron. Risk and culture: An essay on the selection of technological and environmental dangers. Univ of California Press, 1983.

DOUGLAS, Mary. Risk and blame. Routledge, 1992.

DUARTE, Danielle Barros. A descentralização da política habitacional: o caso de Campos dos Goytacazes. 2008. 143 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, 2008.

DUTRA, Rita de Cássia et al. Indicadores de Vulnerabilidade: No contexto da habitação precária em área de encosta sujeita a deslizamento. 2011.

ESCRITÓRIO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A REDUÇÃO DO RISCO DE DESASTRES (**UNDRR**). **Programa Habitacional do Município de Campos dos Goytacazes**. Disponível em:

<https://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/uploads/city/attachments>. Acesso em: 23 setembro 2025.

FARIA, T. P. 1992. Arquitetura residencial urbana em Campos dos Goytacazes – transformações ao longo do século XIX e início do século XX. Monografia do curso de especialização em História da Arte e da Arquitetura no Brasil – Rio de Janeiro – RJ. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC – RJ, 83p.

FARIA, Teresa Peixoto. Configuração do espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes, após 1950: novas centralidades, velhas estruturas. **ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**, v. 10, p. 4778-4799, 2005.

FERREIRA, Thábata. Continuam mudanças para Morar Feliz do Parque Aldeia. Campos dos Goytacazes: Prefeitura de Campos dos Goytacazes, 31 maio 2012. Disponível em: Continuam mudanças para Morar Feliz do Parque Aldeia. Acesso em: 23 setembro 2025.

FLORESTAS, S. O. S. Código Florestal: entenda o que está em jogo com a reforma da nossa legislação ambiental. **Cartilha**. Janeiro de 2011.

GIDDENS, Anthony. Modernidade e identidade. **Editora Schwarcz-Companhia das Letras**, 2002.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 4. ed. - São Paulo: **Atlas**, 2002.

GIRÃO, Ítalo Renan Ferreira; RABELO, Davi Rodrigues; ZANELLA, Maria Elisa. Análise teórica dos conceitos: riscos socioambientais, vulnerabilidade e suscetibilidade. **Revista de Geociências do Nordeste**, v. 4, p. 71-83, 2018.

GIRÃO, O., CORRÊA, A. C. de B., & GUERRA, A. J. T. (2010). ENCOSTAS URBANAS COMO UNIDADES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO, A PARTIR DO ESTUDO DE ÁREAS A SUDOESTE DA CIDADE DO RECIFE - PE. **Revista De Geografia**, 24(3), 239–267. Recuperado de <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistageografia/article/view/228730>

GODOY, Antônio Leandro Crespo; DE OLIVEIRA, Daniela Bogado Bastos; ALIPRANDI, Danielly Cozer. Da margem à luta por direitos: a Comunidade da Margem da Linha. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 5, n. 2, p. 113-134, 2015.

GONÇALVES, Bianca Siqueira; CRUZ, José Luis Vianna da. O direito à moradia e a mercantilização da cidade: o caso de Campos dos Goytacazes. **Boletim Petróleo, Royalties e Região**, Campos dos Goytacazes, v. 16, n. 60, ago. 2018.

GUERRA, Antônio José Teixeira (org.). Geomorfologia Urbana. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2011.

GUERRA, Antonio José Teixeira (org.). Gestão ambiental de áreas degradadas. Rio de Janeiro: **Bertrand Brasil**, 2005. 320 p.

GUIMARÃES, Berenice Martins; PÓVOA, Fabiana Machado Rangel (2005). Formação e Evolução das Favelas em Campos dos Goytacazes. Relatório de Pesquisa de UENF/CCH/LESCE, Campos dos Goytacazes, Dezembro.

HARVEY, David. **Social justice and the city**. University of Georgia press, 2010.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. **Annablume**, 2005. (<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378004000901>)

<[http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02\\_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf](http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/02_babel/textos/harvey-producao-capitalista-espaco.pdf)>. Acesso em: 03 out. 2024

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Favelas e comunidades urbanas: notas metodológicas n. 01: sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [liv102062.pdf](#). Acesso em: 6 jul. 2025.

JACOBI, Pedro Roberto; SULAIMAN, Samia Nascimento. Governança ambiental urbana em face das mudanças climáticas. **Revista Usp**, n. 109, p. 133-142, 2016.

LAGE, S. D. L. e, & FILHO, Francisco, L. L. (2020). A construção do Estatuto da Cidade e da ideia de Plano Diretor numa perspectiva histórica: discutindo a adequação destes instrumentos aos municípios de pequeno porte populacional. **Risco Revista De Pesquisa Em Arquitetura E Urbanismo (Online)**, 18, 1-16. <https://doi.org/10.11606/issn.1984-4506.v18i1p1-16>

LAMEGO, Alberto. 1945. *O homem e o brejo*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4e éd. Paris: **Éditions Anthropos**, 2000). Primeira versão : início - fev.2006

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. 5. ed. 3. reimp. São Paulo: **Yangraf Gráfica e Editora**, 2011. 137 p.

LEITE, Adriana Filgueira. Resultantes ambientais da drenagem de superfícies brejais e lacustres na baixada Campista, Norte do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Vértices**, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 98–128, 2021. DOI: [10.19180/1809-2667.v23n12021p98-128](https://doi.org/10.19180/1809-2667.v23n12021p98-128). Disponível em: <https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/15902>. Acesso em: 6 jun. 2025.

LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos. São Paulo : **Oficina de Textos**, 2002.

YNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1960.

MARANDOLA Jr., E., & HOGAN, D. J. (2005). Vulnerabilidades e riscos: entre geografia e demografia. *Revista Brasileira De Estudos De População*, 22(1), 29–53. Recuperado de <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/253>

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: **Atlas**, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4. ed. São Paulo: **Atlas**, 2002.

MARICATO, Erminia. Meio ambiente e reforma urbana. **Meio Ambiente e Reforma Urbana. Setembro**, 1994.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos, 2002.

MARICATO, Ermínia. Conhecer para resolver a cidade ilegal. **Urbanização brasileira: redescobertas**, 2003.

MARTINS-NOGUEIRA, Maria Cezira Fantini; BÓGUS, Cláudia Maria. Considerações sobre a metodologia qualitativa como recurso para o estudo das ações de humanização em saúde. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 44-57, set./dez. 2004.

MENDES, Juliana Thimóteo Nazareno. O habitar: práticas socioespaciais no Conjunto Morar Feliz do bairro Penha, Campos dos Goytacazes/RJ. 2015. 165 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MESQUITA, Z. G., & Teixeira, S. (2010). Usina do Queimado: patrimônio industrial integrante da paisagem cultural de Campos dos Goytacazes. In *Seminário de Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira / Colóquio Ibero-Americano Desafios e Perspectivas* (Vol. 1, pp. 1–15).

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 2ª ed. **Petrópolis**, RJ: Vozes, 2002.

MIRANDA, Rosemeire Nicácio; BERNARDO, Marlene; SCARPARO, Adélia Aparecida. Plano Diretor–aspectos conceituais e históricos. **Cadernos Jurídicos**, São Paulo, ano 14, nº 37, p. 85-104, Setembro-Dezembro/2013.  
MORAES, Marcela Malta de Barros. As ocupações irregulares e suas relações com as áreas de risco no espaço urbano de Cariacica-ES: o caso de Porto de Santana. 2017.

MORETTI, R. S. (2000). Urbanização em áreas de interesse ambiental. *Oculum Ensaio*, (1), 99–116. Recuperado de <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/1749>

OLIVEIRA, Julio Cezar Pinheiro de; PEDLOWSKI, Marcos Antonio. Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ). **Análise Social**, Lisboa, v. 47, n. 204, p. 636-663, 2012. Disponível em: <https://www.analisesocial.ics.ulisboa.pt>. Acesso em: 6 jan. 2025

OLIVEIRA, R. C. de. (1996). O trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista De Antropologia**, 39(1), 13-37.

<https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.1996.111579>

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL. Disasters and inequality are two sides of same coin. Disponível em:

<https://wmo.int/media/news/disasters-and-inequality-are-two-sides-of-same-coin>.

Acesso em: 29 dez. 2024.

PANT, Y.R. Disaster Risk Reduction (DRR) Education from Social Disciplinary Theoretical Perspectives. *Open Journal of Earthquake Research*, 13, 41-83, 2024.

<https://doi.org/10.4236/ojer.2024.131003>

PESSANHA, Roberto Moraes; SILVA NETO, Romeu. *Economia e Desenvolvimento no Norte Fluminense-Da cana-de-açúcar aos royalties do petróleo*. São Paulo: **WTC Editora**, 2004.

PIQUET, R., & Serra, R. V. (2007). *Petróleo e região no Brasil: O desafio da abundância*. Garamond.

POHLMANN, M. A de O. O discurso higienista na construção da cidade moderna: O papel da Revista A AURORA- LETTRAS–ARTES–SCIÊNCIA. Dissertação do curso de Mestrado em Políticas Sociais – Campos dos Goytacazes – RJ. Universidade Estadual do Norte Fluminense/UENF–RJ. 2002.

POSET, F. S. T., & Silva, W. R. Z. da. (2014). Setor sucroenergético e os novos empreendimentos no Norte Fluminense: Um novo cenário regional. In J. A. Bernardes & C. A. Silva (Orgs.), *Modernização e território: Entre o passado e o presente do Norte Fluminense* (pp. 23–41). Lamparina Editora.

PRATA, Maria Catharina Reis Queiroz. As pedras da memória: patrimônio urbano e cultural em Campos dos Goytacazes. *Patrimônio e Memória*, v. 16, n. 2, p. 444-468, 2020.

QUARANTELLI, E. L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In: \_\_\_\_\_ (Org). *What is a disaster? Perspective on the question*. London and New York: **Routledge**, 1998. p.1-7

RAMALHO, R. de S. Diagnóstico do Meio Físico como Contribuição ao Planejamento do Uso da Terra do Município de Campos dos Goytacazes. Campos dos Goytacazes-RJ: UENF, 2005.

RAMOS, Yoly S. et al. Integração geoprocessamento/sig para identificação de áreas susceptíveis à inundação. *Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável*, v. 7, n. 5, p. 25, 2012.

RAMOS, Yoly S. et al. Integração geoprocessamento/sig para identificação de áreas susceptíveis à inundação. **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, v. 7, n. 5, p. 25, 2012.

RIBEIRO, Luziane Santos; ALVES, Maria da Gloria. Análise de Suscetibilidade à Erosão Laminar no Município de Campos dos Goytacazes/RJ através de Técnicas de Geoprocessamento. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 6, n. 1, p. 89-100, jun.

2008. Disponível em: <http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>. Acesso em: 22 maio 2024.

RIBEIRO, Pollyana Lopes Dutra. A volta dos que não foram: um estudo sobre as famílias de áreas de risco que recusaram a proposta do programa habitacional Morar Feliz em Campos dos Goytacazes-RJ. 2011. 154 f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2011.

RODRIGUES, I. P. R. D. Território e poder: as elites e a organização do território em Campos dos Goytacazes. 2016. Dissertação de mestrado em Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes.

ROLNIK, Raquel Guerra dos lugares : a colonização da terra e da moradia na era das finanças /Raquel Rolnik. - 1. ed. - São Paulo : **Boitempo**, 2015. ISBN 978-85-7559-460-5 1. Mercado imobiliário. 2. Plane

ROLNIK, Raquel. Exclusão territorial e violência. São Paulo em perspectiva, v. 13, p. 100-111, 1999.

SAITO, Kohei. O capital no Antropoceno. **Boitempo Editorial**, 2024.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço. 4. ed. 10. reimpr.. ed. São Paulo: Edusp, 2020. 384 p.

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. **Edusp**, 2005.

SANTOS, Jonatas Mendonça; FAUSTINO, Raphael Brito. ST 3 Megaeventos esportivos como restrição do direito à cidade: Jogos Olímpicos e violação dos direitos humanos no Brasil. **Anais ENANPUR**, v. 17, n. 1, 2017.

SENDAI, Marco. Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030. 2015.

SIENA, Mariana. Política de Remoção: “Fazer Viver e Deixar Morrer”. Sociologia dos Desastres: construções, interfaces e perspectivas no Brasil – volume II /organizado por Norma Valencio – São Carlos: **RiMa Editora**, 2010.

SILVA, C. A. da, & RAINHA, F. A. (2014). Reescrevendo a história do Norte Fluminense sucroalcooleiro no contexto da última modernidade. In J. A. Bernardes & C. A. Silva (Orgs.), *Modernização e território: A produção social do espaço e do tempo da modernização: desafios analíticos para a compreensão do município de Campos dos Goytacazes* (pp. 42–55). **Lamparina Editora**.

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata; MALAGODI, Marco Antonio Sampaio. Desastres e remoções em Campos dos Goytacazes/RJ: O caso Ururá. **Livros**, 2013.

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata; MENDES, Juliana Nazarena; FILHO, Alex José Lemos. Desastres ambientais e conflitos socioespaciais no Brasil. p. 109 – 121 – junho – dezembro, 2016. Disponível em:<

<https://periodicos.ufes.br/index.php/geografares/article/view/14756> >. Acesso em: 17 dez. 2024.

SIQUEIRA, Edmundo. **Sob o domínio das águas**: as grandes enchentes de Campos. Campos dos Goytacazes: Folha1, 2022. Disponível em: [Sob o domínio das águas: as grandes enchentes de Campos Folha1 - Edmundo Siqueira](#). Acesso em: 19 nov. 2024.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do desenvolvimento urbano. 1. ed. **São Paulo: Unesp**, 2011. (e-book)

SOUZA, Marcelo Lopes. O Desafio Metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. 2ª ed. **Bertrand Brasil**: Rio de Janeiro, 2000, 368 p.

SPINK, Mary Jane Paris. Viver em áreas de risco: reflexões sobre vulnerabilidades socioambientais. São Paulo: **EDUC**; Terceiro Nome, 2018.

TAVARES, Érica et al. Desastres ambientais e apropriação do espaço: a política urbana e as experiências com as inundações em Campos dos Goytacazes. *Petróleo Royalties e Região*, v. 15, n. 58, 2017.

THIBAUD, Jean-Paul. Les parcours commentés. *In*: GROSJEAN, Michèle;

THIBAUD, Jean-Paul (ed.). **L'espace urbain en méthodes**. Marseille: Editions Parenthèses, 2001. p. 79-99.

TONIOL, Rodrigo; FLEISCHER, Soraya. E quando a limonada antropológica azeda?. Porto Alegre: **Zouk**, 2023. 195p.

VALENCIO, Norma. et. al. (Org.). Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil. São Carlos: Rima Editora, 2009. 280p. Vol 1.

VARGAS, Alan Carlos Vieira *et al.* Um breve olhar sobre o sistema de canais da Baixada Campista: sua origem, conflitos, situação atual e sugestões para o futuro. **Boletim do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego**, v. 1, n. 2, jul./dez. 2007.

VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Desigualdades urbanas, segregação, alteridade e tensões em cidades brasileiras. **Paco Editorial**, 2018.

XAVIER, Diego Ricardo; BARCELLOS, Christovam; FREITAS, Carlos Machado de. Eventos climáticos extremos e consequências sobre a saúde: o desastre de 2008 em Santa Catarina segundo diferentes fontes de informação. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, p. 273-294, 2014.

ZACCHI, Raquel Callegario. O papel dos proprietários fundiários e do Estado no processo de conversão de terras rurais em urbanas e na produção de loteamentos fechados: Campos dos Goytacazes/RJ (1980-2011). Campos dos Goytacazes: UENF, 2012.

## ANEXO I

### ROTEIROS

<b>Entrevista semi-estruturada com moradores</b>
Como se chama?
Há quanto tempo mora aqui?
Como era o bairro quando você veio para cá?
Seus responsáveis na época que chegou a localidade eram vinculados a cana de açúcar?
Durante as remoções, foram oferecidas indenizações aos moradores?
Por que as casas que existiam aqui foram demolidas?
Você considera a localidade como de risco?
<b>Entrevista com assistente social</b>
Como se chama?
Quando trabalhou na localidade?
Na sua concepção, os moradores tiveram escolha em seu local de habitação, me refiro a arquitetura das casas, localização?
Suas demandas foram ouvidas?
<b>Temas que nortearam as conversas espontâneas</b>
Tempo que reside na localidade
Por que a maioria das casas foram demolidas?
Aqui em algum momento veio "enchente" ou houve deslizamento?
Você considera área de risco?

## ANEXO II

FACULDADE DE MEDICINA DE  
CAMPOS/FUNDAÇÃO  
BENEDITO PEREIRA NUNES



### COMPROVANTE DE ENVIO DO PROJETO

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** URBANISMO DE RISCO: UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DA MARGEM FLUVIAL NO BAIRRO FUNDÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ

**Pesquisador:** MARCIA VALERIA DA SILVA LIMA

**Versão:** 1

**CAAE:** 93980825.5.0000.5244

**Instituição Proponente:**

#### DADOS DO COMPROVANTE

**Número do Comprovante:** 150651/2025

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

Informamos que o projeto URBANISMO DE RISCO: UMA ANÁLISE DA OCUPAÇÃO DA MARGEM FLUVIAL NO BAIRRO FUNDÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ que tem como pesquisador responsável MARCIA VALERIA DA SILVA LIMA, foi recebido para análise ética no CEP Faculdade de Medicina de Campos/Fundação Benedito Pereira Nunes em 24/11/2025 às 08:25.

**Endereço:** Avenida Dr. Alberto Torres, 217

**Bairro** Centro **CEP:** 28.035-580

**UF:** RJ **Município** CAMPOS DOS GOYTACAZES

**Telefone** (22)2101-2964 **Fax:** (22)2101-2929 **E-** cepsh@fbpn-campos.com.br

## ANEXO III

### NOTÍCIA NO DETALHE

---

# Continuam mudanças para Morar Feliz do Parque Aldeia

Por: Tribuna Família - Foto: Check - 31/05/2012 - 14:29:00



A Prefeitura de Campos, através das secretarias da Defesa Civil e da Família e Assistência Social, continua a retirada das famílias que moram em áreas de risco na cidade. As mudanças prosseguem no Parque Aldeia, onde famílias vivem às margens da BR 356 e do Rio Paraíba do Sul. Na medida em que as famílias são removidas para o Morar Feliz do Parque Aldeia, as casas vão sendo demolidas pela Defesa Civil Municipal. Nesta etapa de mudanças, são 96 casas no Morar Feliz do bairro que vão receber novas famílias, de um total de 507 casas no local. As mudanças acontecerão desde a última terça-feira (29) e terminam hoje (31).

O secretário de Defesa Civil, Henrique Oliveira, destaca que o lecho às margens do Rio Paraíba do Sul oferece risco à população que morava no local, já que era próximo a barrancos, além de ser área de preservação ambiental. "Essas mudanças representam a retirada de mais uma grande parcela de famílias das áreas de risco, por estar à margem de uma BR e do Rio Paraíba", destaca.

A dona de casa, Luciana Simplicio, mostrou com orgulho as chaves da nova casa. Ao chegar, ela logo conhecendo todos os cômodos com ar de alegria e satisfação. A contemplada com uma das casas do Conjunto Habitacional do Morar Feliz do Parque Aldeia tem 57 anos e morava numa casa de dois cômodos com três, de seus cinco filhos. "Agora tudo é novo e o visual tem muita diferença. Vou até poder dar um quarto para minha filha," diz com satisfação.

Portador de necessidades especiais, Ademário Lima, 47, acompanhado de sua neta, Fernanda Machado, 20, também se mudou hoje para sua nova casa. "Essa casa é muito melhor para eu, porque tem tudo que eu preciso, principalmente, no banheiro. Agora, não posso se inventar com maior orgulho já que a casa possui os acessórios necessários. A outra casa que morávamos estava em condições muito ruins", pontua Fernanda, feliz pela nova situação do avô.

[Continuam mudanças para Morar Feliz do Parque Aldeia](#)